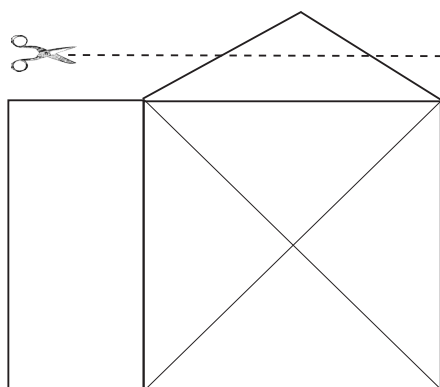




ENSAIO PARA UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO NO LOTE N.º 113

JOÃO RICARDO SANTOS PEREIRA PIRES

ENSAIO PARA UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO NO LOTE N.º 113

JOÃO RICARDO SANTOS PEREIRA PIRES

DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado orientada pelo professor doutor Rui Fernandes Póvoas, docente da
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

O processo moderno, que desenvolveu a cidade do Porto, originou peculiares formas de habitação. Edificadas no interior dos lotes e quarteirões, as tipologias operárias, vulgarmente designadas por “ilhas”, contribuíram para a imagem de uma cidade que cresceu dentro de si mesma. O Porto de oitocentos, ocultou por detrás das fachadas das habitações burguesas, um complexo processo de desenvolvimento urbano. Construídas por entidades privadas, as habitações operárias, estabeleceram uma matriz racional no uso e rentabilização do solo urbano, representando a principal forma de alojamento até ao início do século XX.

Actualmente, estes conjuntos habitacionais continuam a constituir parte integrante do tecido central da cidade. A política de realojamento, adoptada pelas entidades camarárias, originou a segregação das populações residentes, assim como contribuiu activamente para a deterioração do correspondente espaço físico.

A presente dissertação, visa, através de um enquadramento espacial e urbano, compreender esta tipologia habitacional, tanto na sua origem como na sua forma, utilizando o edificado do lote n.º 113 como objecto de estudo.

O processo de requalificação e reconstrução proposto, pretende desmitificar o pré-conceito, associado a este conjuntos de edifícios, demonstrando pela utilização do desenho, que espaços com conotação insalubre e precária, colocados à margem da sociedade, podem adquirir na sua especificidade novos programas e funções.

Desta forma o lote n.º 113, enquanto objecto de projecto, serve para ilustrar a capacidade multifuncional de edifícios, aparentemente limitados, se tornarem potenciais pólos dinamizadores de uma zona ou área da cidade.

La modernisation de la ville de Porto a introduit des formes particulières de logement au sein de son architecture. Le Porto du 19ème siècle, dans un processus complexe de développement urbain, s'est caché derrière ses façades d'habitations bourgeoises. La construction intérieure de ces îlots avec de petites et longues parcelles, a d'ailleurs participé à donner l'image d'une ville tournée vers l'intérieur. Construit par des entités privées, les quartiers appelés « blue-collar » furent régis par une matrice d'utilisation rationnelle et rentable des terrains urbains. Ils formèrent le principal mode d'hébergement jusqu'au début du 20ème siècle. Aujourd'hui, ce type de logement reste une partie intégrante du centre ville de Porto. La politique de relocalisation adoptée par les autorités municipales, induite par la ségrégation de la population résidente, a activement contribué à la détérioration de ces ensembles urbains.

Cette thèse vise à évaluer le contexte territorial et urbain par la compréhension de cette typologie de logements, tant dans son origine et sa forme, ainsi que par l'utilisation des bâtiments du lot n° 113, dit "Ilhas", comme objet d'étude. Le processus de requalification et de reconstruction proposé vise à démystifier l'idée préconçue associée à ce genre de corps de bâtiments. Par l'utilisation du dessin, il est démontré que malgré l'écart opéré par la société vis-à-vis de ces espaces perçus insalubres et précaires, ceux-ci peuvent acquérir, de par leur caractère spécifique, des programmes et des fonctions nouvelles.

Le lot n° 113, objet du projet, sert à illustrer la capacité multifonctionnelle des bâtiments, apparemment limitée et à en démontrer les potentialités pour la dynamisation d'une zone ou d'un quartier de ville.

The modern process, which developed the city of Oporto, led to peculiar forms of housing. Built in the interior of lots and blocks, the so-called "ilhas", contributed to the image of a city that has grown from within. The Oporto of the eighteen hundreds, hid behind the facades of bourgeois habitations, a complex process of urban development. Built by private entities, "blue-collar" *neighborhoods* established a matrix of rational and profitable use of urban land, and became the main form of accommodation until the early twentieth century. Nowadays, this type of housing remains an integral part of the Oporto's downtown area. The resettlement policy adopted by the municipal authorities induced the segregation of the resident population and actively contributed to deterioration of the corresponding physical space.

This dissertation aims at, by assessing the spatial and urban context, understanding this housing typology, both in its origin and form, using the building of lot n.º 113 as its object of study.

The proposed process of requalification and reconstruction intends to demystify the preconception associated with this set of buildings, by demonstrating through the use of drawing that spaces perceived unhealthy and precarious, sidelined by society, may acquire in their specificity new programs and functions.

Lot n.º 113 thence, as project object, serves to illustrate the multifunctional capacity of buildings, apparently constrained, of becoming potential engines for the dynamization of a zone or city area.

I | resumo

III | résumé

V | abstract

VII | índice

02 | **introdução**

06 | **enquadramento**

- 06| a evolução da realidade construída;
- 12| o porto oitocentista. a expansão da cidade e a estruturação da habitação operária;
- 22| o lugar das tipologias operárias na cidade do porto;
- 34| a tipologia operária enquanto organismo espacial de intervenção e recuperação;

46 | **caracterização do edificado existente**

- 46| caracterização do quarteirão;
- 52| caracterização do lote n.º 113;
- 60| elementos construtivos / degradações e danos observados;

66 | **proposta de intervenção do lote n.º 113**

- 66| estratégia de intervenção;
- 70| proposta;
- 76| plantas / alçados / cortes;

118 | **considerações finais**

122 | fontes bibliográficas

“Podemos dizer que existiam (...) duas cidades: a aparente e representativa, e a cidade escondida nos interiores do quarteirão, dos pátios e das ilhas. Esta é a cidade marginalizada, tolerada porque é indispensável ao seu desenvolvimento.”¹

A presente dissertação propõe, desenvolver uma proposta de projecto para a requalificação e recuperação do edificado do lote n.º 113 na rua de S. Victor, na cidade do Porto.

O objecto de estudo, à semelhança do que acontece em vários lotes situados no centro urbano da cidade, apresenta características formais que correspondem a uma tipologia vulgarmente designada por “Ilha”.

Enquanto matéria de projecto, esta complexa estrutura espacial, possibilita uma reflexão diacrónica da cidade, onde através do desenho se compreende a origem e a forma dos conjuntos de edifícios que sustentaram a habitação operária no Porto durante os dois últimos séculos.

Contextualizar a cidade, conjuntamente com estas formas de habitação, pressupõe compreender as transformações urbanas, a dois níveis: individual e colectivo. Sendo o primeiro mais específico e particular a cada zona ou lugar, complementa o segundo que surge da junção dos factores do primeiro, tornando-se, desta forma, mais visível, concreto e objectivo. As transformações que daí derivam não devem ser entendidas como o somatório de várias opções individuais, mas sim dos elementos comuns que se interligam, criando contextos próprios, vitais para o desenvolvimento urbano. Num olhar atento, emancipam-se as diversas realidades que constituem o tecido urbano, anunciam-se as permanências do passado, as construções do presente e as visões do futuro. *“A transformação da cidade é fenómeno natural é prova de vitalidade, se de acordo com as suas necessidades, ou seja, com as necessidades colectivas do cidadão.”²*

Hoje, o centro urbano da cidade do Porto apresenta um tecido heterogéneo que comporta diversas realidades, específicas a cada século. Actuar na zona de intervenção prioritária, definida pelos vários programas e empresas do município, acentua a necessidade de compreender os diversos contextos e realidades que deram origem à tipologia em estudo. A proposta de projecto para a requalificação e recuperação do edificado do lote n.º 113, tem como principal objectivo actuar sobre os edifícios existentes, sem no entanto, adulterar a identidade do local e respectiva estrutura urbana. Pretende, pelo uso do desenho, demonstrar que espaços aparentemente limitados podem sofrer transformações, adaptando-se, na sua especificidade, às exigências e necessidades da sociedade contemporânea.

Desta forma, a proposta para o edificado do lote, procura questionar o espaço enquanto prática de projecto, na pesquisa de novos vocabulários e ideias, sem perder o sentido do lugar, “ (...) *acrescentando-lhe uma*

¹ [08] CASTANHEIRA, Carlos; “As cidades de Álvaro Siza” / ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa: Figueirinhas, 2001.

² Ibid.

*nova camada ao que já existe, numa operação no qual “o novo resulta do velho mas o velho também se modifica na presença da luz do novo.”*³

Intervir no edificado urbano de uma forma controlada e ordenada, permite adaptar os edifícios à realidade local, potencializando a capacidade espacial de cada um. Contudo, este ensaio não deve ser entendido como uma solução geral para todas as tipologias do mesmo género, uma vez que, cada caso é específico ao lugar onde se insere e ao seu contexto social e urbano. Deverá então ser entendido como uma alternativa a uma ansiosa expectativa face ao futuro, que ambiciona poder contribuir para uma melhor compreensão destes espaços enquanto matéria a requalificar.

*“Os arquitectos vão redesenhar as velhas e as novas ilhas e vão considera-las elemento base do tecido urbano, por aquelas razões ideológicas, mas também por razões de desenho.”*⁴

³ [39] **TESTA**, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza=The architecture of Álvaro Siza” / Peter Testa; trad. José Quintão. — Porto: FAUP, 1988; p.144.

⁴ [48] **J.A.** 204. “A Questão do Alojamento 1”; “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.12.

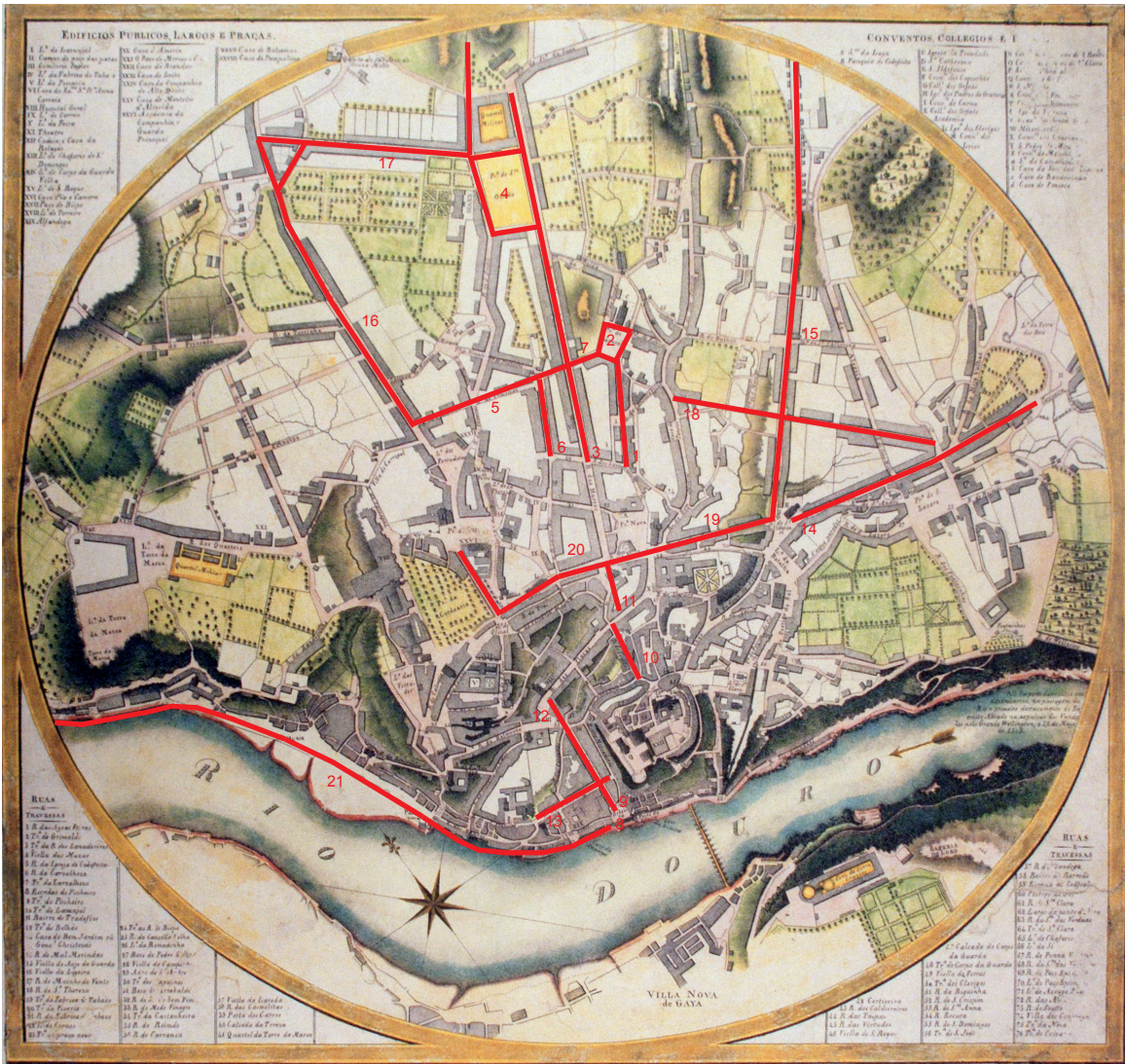


fig.01 [04] p.22
Trabalhos Urbanos executados entre 1760 a 1800; (Planta da cidade do Porto, por George Balck; 1813).

1.ª FASE DE URBANIZAÇÃO	2.ª FASE DE URBANIZAÇÃO	3.ª FASE DE URBANIZAÇÃO	4.ª FASE DE URBANIZAÇÃO
1 – Rua Nova do Almada (1762)	8 – Praça da Ribeira (1763)	14 – Rua Direita de Santo Ildefonso (1778)	19 – Rua de Santo António (1787)
2 – Praça do Almada (1765)	9 – Rua de S. João (1765)	15 – Rua de Santa Catarina (1774)	20 – Praça dos Clérigos (1787)
3 – Praça de N.ª S.ª da Conceição (1762)	10 – Praça de Sant’Ana (1775)	16 – Rua de Cedofeita (1782)	21 – Frente Ribeirinha (1795)
4 – Praça de Sto. Ovídio (1762)	11 – Porta do Almada (1774)	17 – Rua da Boavista (1782)	
5 – Rua da Conceição (1762)	12 – Praça Triangular de S. Domingos (1774)	18 – Rua Formosa (1784)	
6 – Rua da Picaria (1762)	13 – Rua dos Ingleses (1775)		
7 – Travessa da Rua do Almada (1762)			

A EVOLUÇÃO DA REALIDADE URBANA CONSTRUÍDA

“Havia uma janela de comboio na qual surgia subitamente a cidade. Uma visão rápida, quase irreal. Era necessário treino e truques para apreender tudo – instantâneo perfil petrificado, animal desdobrado, sucessão de episódios, intervalos, Torre dos Clérigos dourada pela limalha dos cabos eléctricos, torres de igrejas conventuais, Grilos, Sé, cubo imponente de Nasoni, muralha cruzando o arco de ferro da ponte, encostas desfeitas e casario, reflexos de azulejo, empenas em chapa zincada de sumptuoso vermelho veneziano, telhas, vidros de clarabóia cortantes como espelhos.”⁵

Porto, segunda metade do século XVIII. A expansão da cidade extramuros começa a fazer-se sentir, à semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa. O desenvolvimento da ciência, o progresso da indústria e a revolução dos transportes, contribuíram para a expansão económica da cidade e, conseqüentemente, para o aumento da população. O crescimento da cidade e ordenamento do território “passam a ser regulados pelos princípios de uma nova ciência, o Urbanismo, «cuja finalidade é a organização harmónica e racional do espaço».”⁶

O desenvolvimento do comércio do vinho do Porto e a imigração das populações oriundas de Lisboa, após o terramoto de 1755, sobrelotaram o centro da cidade amuralhada, onde se consta que a “população do Porto aumentou de 30.024 habitantes em 1732 para 61.462 em 1787. (...) Nesta zona central, as densidades populacionais aumentavam à medida que novos andares eram acrescentados aos prédios existentes para alojar a população em crescimento. (...) Só dificilmente a cidade se continha dentro das muralhas.”⁷ A habitação foi sendo improvisada, construindo-se piso sobre piso, utilizando materiais leves e baratos, destinando-se aos estratos sociais mais pobres.

Perante um cenário, onde o desenvolvimento da cidade surgia sem um planeamento ordenado, o governador das Armas do Porto, João de Almada e Melo, seguindo as normas nacionais, aplicadas em Lisboa pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, funda em 1763 a Junta de Obras Públicas. Onde, “tinha por finalidade a promoção e controle das iniciativas urbanísticas a efectuar na cidade, sobretudo nos aspectos relacionados com o seu financiamento, expropriação, e modo de execução (...)”⁸

⁵ [08] **CASTANHEIRA**, Carlos; “As cidades de Álvaro Siza” / ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa : Figueirinhas, 2001.
⁶ [07] “Casas do Porto : século XIV ao XIX” / Câmara Municipal. Gabinete de História da Cidade. - Porto : C.M. G.H.C., 1961; p.38.
⁷ [38] **TEIXEIRA**, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira ; prefácio de Fernando Távora. Lisboa: F.C.G., 1996; p.18.
⁸ [16] **FERRÃO**, Bernardo; “Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás : 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina” / Bernardo José Ferrão ; prefácio de Fernando Távora. - 3ª ed. - Porto : FAUP, 1997; p.189.

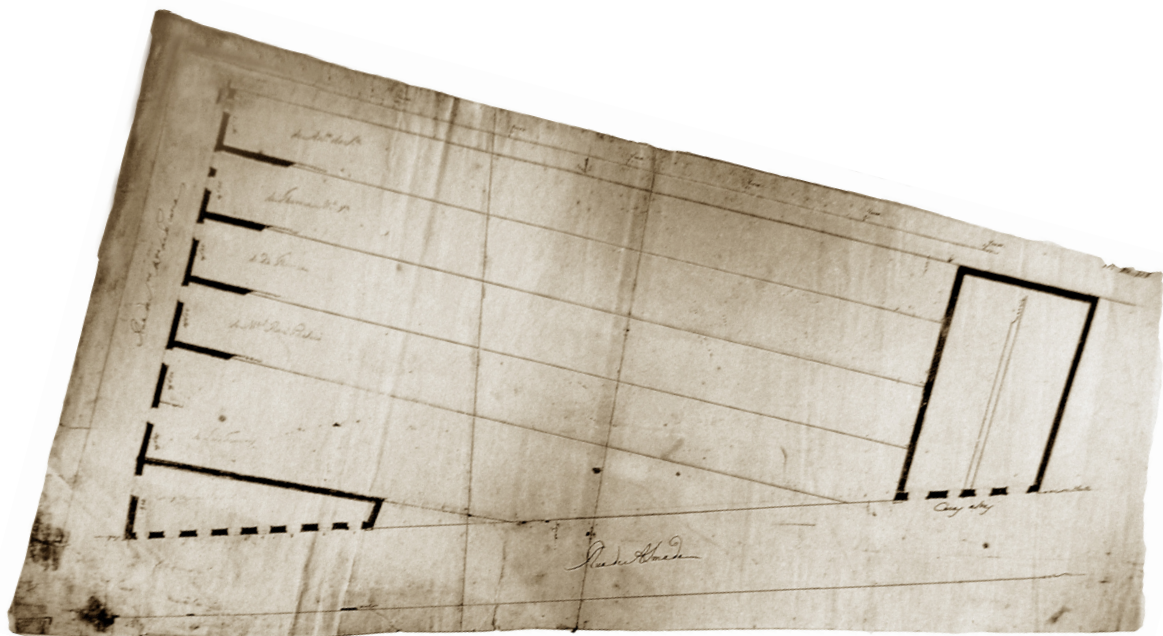


fig.02 [38] p.127
 "Parcelamento Regular do Terreno, na Rua do Almada e na Rua Nova da Picaria. Lotes com 25 palmos (5,5 metros) de largura e 340 palmos de comprimento. Planta não datada, final do século XVIII." Porto.

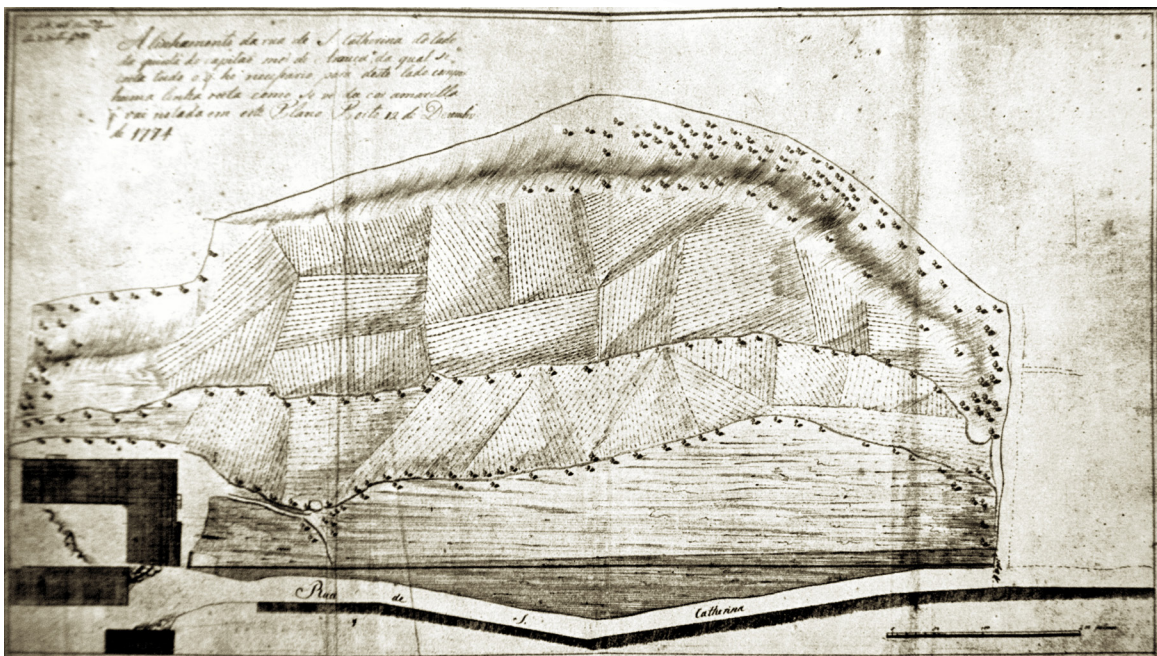


fig.03 [14] n.º 70
 "Alinhamento da Rua de St.ª Catarina" Porto, 12 de Dezembro de 1774; Anónima 2.ª 1 - Pl n.º 95

Os trabalhos de planeamento exercidos desenvolvem-se essencialmente com base na preexistência estrutural do pequeno burgo. Arruamentos, estradas, e a emergência de novos espaços urbanizados na proximidade das portas e postigos da muralha fernandina, originam o mote para as principais intervenções urbanas na cidade. Na manifesta intenção de estabelecer condições para a gestão do espaço urbano, a Junta de Obras Públicas, constituída e apoiada por um corpo técnico, utiliza na prática de gestão urbanística uma “ (...) *representação gráfica codificada e tão rigorosa quanto possível das relações espaciais* (...) ”⁹ estabelecendo desta forma “ (...) *uma ruptura com as práticas tradicionais de gestão do espaço urbano*. ”¹⁰

A utilização do desenho no ordenamento do território, permitiu um maior controlo no desenvolvimento expansivo da cidade e possibilitou a criação e redefinição de novos alinhamentos dentro do perímetro amuralhado, estabelecendo desta forma bases teóricas e disciplinares comuns às práticas do planeamento urbano moderno.

“Ao Arquitecto da Cidade passa a estar atribuída a responsabilidade de usar o desenho como instrumento de análise das relações espaciais, sempre que está em causa a reestruturação do traçado urbano, e a estabelecer, pelo desenho, as premissas formais a que deve obedecer a configuração do espaço público urbano e, deste modo, dar continuidade ao processo desenvolvido pelos engenheiros militares ao serviço de João de Almada, os primeiros a utilizar, de forma sistemática, o desenho para controlar, em simultâneo, duas operações consideradas complementares o traçado urbano e a edificação. ”¹¹

Sobre a amplitude e profundidade das reformas urbanas, o plano para a cidade do Porto, apresentava-se como “ (...) *uma proposta aberta, que progressivamente vai definindo a nova estrutura urbana em estrita consonância com o faseamento da intervenção*. ”¹² À irregularidade medieval do burgo, estabelece-se “ (...) *um eixo inicial de urbanização radial exterior à cidade, a rua do Almada, que constitui a primeira fase da transformação urbana almadina, (...)* ”¹³ tendo como principal objectivo, servir “ (...) *«...de padrão para todas as obras que se quisesem construir dentro do ambito nella compreendido...»* ”¹⁴ Procedem-se, segundo a mesma lógica, as ruas de Santo António, Santa Catarina, Cedofeita, e Clérigos, “ (...) *arruamentos novos mais significativos tanto do ponto de vista formal como da estratégia de expansão almadina* (...) ”¹⁵

Cria-se então uma malha de arruamentos transversais aos eixos principais, que promovem dinâmicas alternativas no desenvolvimento da cidade.

Visto que a estratégia dos novos arruamentos é consequência directa da estrutura pré-existente, o terreno livre para a edificação do quarteirão não contém uma forma específica. “*O facto de haver alguma*

⁹ [19] GUNTHER, Nonell, Anni; “Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo” / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2002; p.118.

¹⁰ Ibid. p.118.

¹¹ Ibid. p.119.

¹² [16] FERRÃO, Bernardo; “Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás : 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina ”/ Bernardo José Ferrão ; prefácio de Fernando Távora. - 3ª ed. - Porto: FAUP, 1997; p.204.

¹³ Ibid. p.205.

¹⁴ Ibid. p.206.

¹⁵ [15] FERNANDES, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.142.

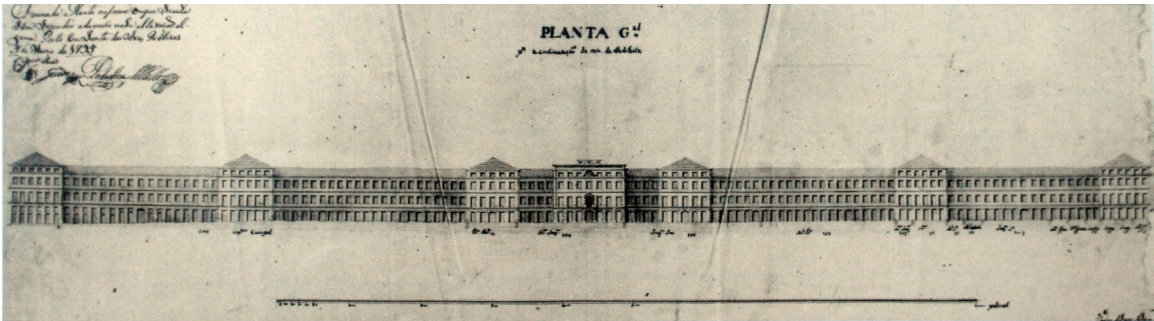


fig.04 [04] p.151
 “Planta geral para a continuação da Rua de Cedofeita”; por Teodoro de Sousa Maldonado; 1795.

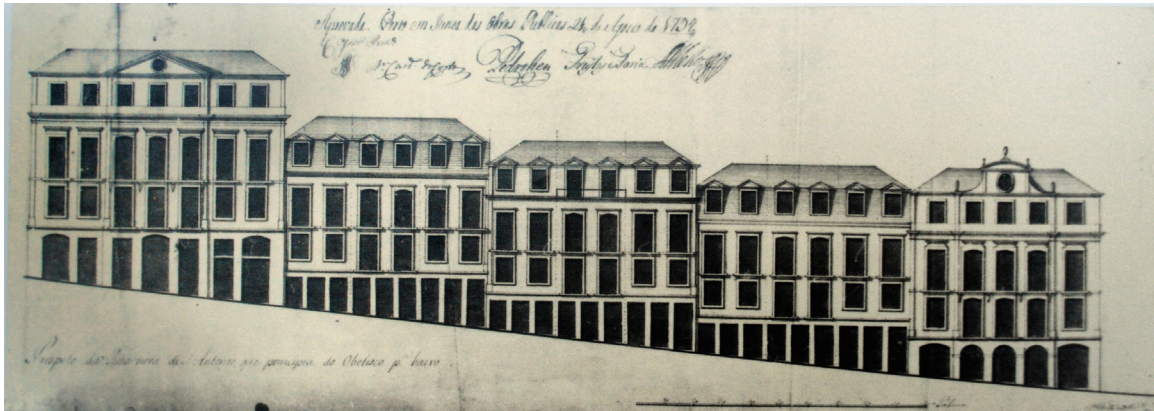


fig.05 [04] p.148
 “Rua Nova de Sto. António”; por António Pinto Miranda; 1794.

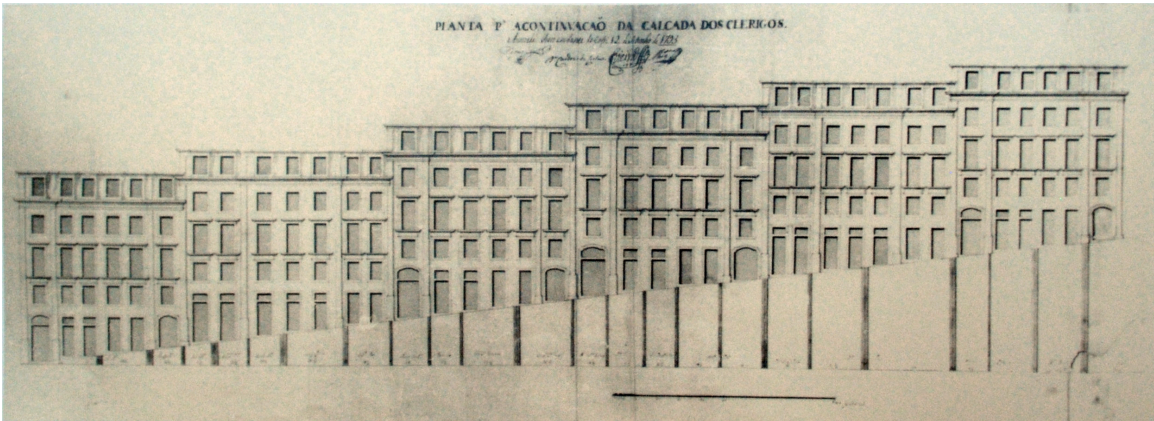


fig.06 [04] p.144
 “Planta para a continuação da Calçada dos Clérigos”; por Teodoro de Sousa Maldonado; 1793.

constância na profundidade das edificações e uma aleatoriedade na profundidade dos logradouros revela que o principal elemento deste planeamento é a rua e não o quarteirão.”¹⁶

Desta forma, o elemento que confere unidade formal e espacial à linguagem aplicada pela Junta, advém de dois factores: o parcelamento regular do solo e a concordância unitária do desenho dos alçados.

Sendo o primeiro (entendido como a unidade básica do loteamento), um instrumento eficaz na estruturação do edificado urbano, “ (...) constata-se que existe uma determinada frente de lote de aproximadamente 6 metros (25 palmos, um quarteirão de frente; casa de quarteirão) que prevalece sobre as formas que propunham outro tipo de casas.”¹⁷ A interpretação do edificado subjacente à nova morfologia urbana estabelece, por comparação aos edifícios que se constroem paralelamente na área amuralhada, uma relação constante entre a forma do lote e a forma do edificado, “ (...) as frentes são sistematicamente maiores, as construções mais profundas e os lotes têm sempre uma área livre destinada a logradouro (...) ”.

¹⁸ O parcelamento do terreno em lotes regulares constituiu a base modular da composição urbana originando, numa fase posterior, a solução formal para o desenvolvimento da habitação operária na cidade.

Por sua vez, e tendo o que o novo edificado tem como principal objectivo alojar as classes burguesas, os “ (...) desenhos dos alçados de conjunto das novas ruas do Porto revelam que Pombal propõe à burguesia portuense habitar em construções que se assemelham, em escala urbana e composição, aos novos palácios da nobreza iluminista”.¹⁹ Esta relação, revela a importância do desenho na definição de directrizes reguladoras do ordenamento das fachadas e, consequentemente, do espaço público. “Do ponto de vista da disciplina urbanística, a obtenção da concordância entre tipologias e morfologias urbanas, foi conseguida através da elaboração quase sistemática de estudos de conjunto de fachadas dos arruamentos a executar, que se sucediam ao traçado destes, onde a Junta de Obras Públicas, responsável pela sua concepção e aprovação, procurava garantir o desenho unitário de cada intervenção (...) ”.²⁰ A ordem formal estabelecida nestes planos ocultava o processo de fragmentação do desenvolvimento da cidade. O modelo adoptado, de extrema coerência formal, apresentava uma notável capacidade de evolução e adaptação.

Desta forma, o desenho, enquanto matéria de projecto, possibilitou estabelecer directrizes que estruturaram o terreno livre, contribuindo para uma base reguladora da expansão da cidade. “Foi simultaneamente, a concretização de uma nova estratégia urbanística de produção de espaço urbano que prefigurava já uma divisão moderna, funcional e social da cidade.”²¹

¹⁶ [15] **FERNANDES**, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.144.
¹⁷ Ibid. p.143.
¹⁸ Ibid. p.143.
¹⁹ Ibid. p.143.
²⁰ [16] **FERRÃO**, Bernardo; “Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almas: 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina” / Bernardo José Ferrão; prefácio de Fernando Távora. - 3ª ed. - Porto: FAUP, 1997; p.221.
²¹ [15] **FERNANDES**, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.169.



fig.07 [06]
"Plano da Cidade do Porto" por José Francisco de Paiva; anterior a 1824.



fig.08 [06]
"Planta da Cidade do Porto" Desenho de W. B. Clarke, impresso J. Henshall. Publicado por Baldwin & Cradock em Londres; 1833.

O PORTO OITOCENTISTA. A EXPANSÃO DA CIDADE E A ESTRUTURAÇÃO DA HABITAÇÃO OPERÁRIA

*"O crescimento contínuo da actividade económica, na segunda metade de 800, provocou o deslocamento do centro da cidade, que se estendeu para além da muralha fernandina. A chegada do caminho-de-ferro, com a construção da ponte D. Maria Pia e a substituição da ponte Pênsil pela D. Luís, permitindo o atravessamento do rio a dois níveis, vai acelerar o desenvolvimento da cidade na cota alta: baixa sobe."*²²

No início do século XIX a cidade do Porto prosperava. O comércio vinícola, estabelecido com a Grã-Bretanha Imperial, impulsionava o desenvolvimento económico da cidade. As Junta de Obras Públicas, simultaneamente com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, estabeleceram os principais órgãos de gestão e transformação da cidade, tanto a nível económico como cultural.²³

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, procurará assegurar a gestão dos recursos económicos da produção do vinho do Douro, assim como, *" (...) desenvolver e modernizar a área onde exerce a sua actividade, daí resultando um efectivo controle administrativo, económico e cultural dos destinos da cidade (...) "*²⁴ As obras realizadas na regularização do leito do Douro, assim como na construção e melhoramento dos cais do rio, estabeleceram as condições necessárias para a fixação da colónia inglesa na cidade. Contribuindo, desta forma, para a modernização da mentalidade burguesa portuense, assim como, para a introdução da nova linguagem Neopalladiana no desenho da cidade emergente. *"A completa adopção do novo estilo não será porém imediata, pois o espírito rococó continuará a predominar sobretudo nos círculos eclesiásticos, onde se criticava a acção da Junta; (...) "*²⁵ no entanto, será essa a linguagem *" (...) adoptada pelos arquitectos da Junta, que exaustivamente a vulgarizarão no Porto, até meados do século XIX."*²⁶

A cidade estabelecia um nível de desenvolvimento excepcional, que se reflectia na *" (...) acção integrante de três componentes: a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a Junta de Obras Públicas e o idioma clássico Neopalladiano: promovendo e financiando a primeira, concebendo e executando a segunda, exprimindo e formalizando o último."*²⁷ *"As invasões francesas (1807-1813) e, mais tarde, a guerra civil (1832-1834) desempenharam um papel importante na estagnação do Porto nas*

²² [48] J.A. 204. "A Questão do Alojamento 1". "A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano". Janeiro-Fevereiro. 2002; p.09.

²³ Segundo Anni Gunther Nonell, a Companhia foi instituída *" (...) por alvará Régio de 10 de Setembro de 1756, e reinstituída em 1776 (Alvará de 28 de Agosto)(...) "*. *"Criada no âmbito da política de "nacionalização da economia" seguida por Pombal, para solucionar a crise de produção do vinho do Douro, refrear a concorrência de outros vinhos nacionais e vigiar a influência inglesa, a Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro constituiu um organismo simultaneamente público e privado, tutelado pelo Governo que, até ao advento do Liberalismo, se afirma como interlocutor privilegiado da coroa."* [19] GUNTHER, Nonell, Anni; *"Porto, 1763/1852 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo"* / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto: Faup Publicações, 2002; p. 103.

²⁴ [16] FERRÃO, Bernardo; *"Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás : 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina"* / Bernardo José Ferrão ; prefácio de Fernando Távora. - 3ª ed. - Porto: FAUP, 1997; p.187.

²⁵ Ibid. p.187.

²⁶ Ibid. p.193.

²⁷ Ibid. p.195.



fig.09 [06]
"Planta Topográfica da Cidade do Porto" por Joaquim da Costa Paiva; 1839.



fig.10 [06]
"Planta da cidade do Porto contendo o Palácio de Christal, nova Alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844" por F. Perry Vidal; 1865.

principais décadas do século XIX. A população da cidade chegou mesmo a diminuir entre 1787 e 1838, de 61.462 para 59.370 habitantes.”²⁸

O modelo de Estado Absoluto, que estabeleceu as premissas para a expansão da cidade extra-muros, é suspenso e com ele todos os organismos que lhe estavam na origem, sendo “ (...) substituído pelo paradigma da livre iniciativa, o novo tópico ideológico da sociedade liberal.”²⁹ Na segunda metade da década de 30 e depois do rescaldo da guerra civil, a cidade recomeça um novo período de crescimento, “ (...) simbolicamente marcado pela introdução, em 1835, da primeira máquina a vapor ao serviço da indústria.”³⁰

“Entre 1838 e 1864 a população aumentou 46% (...) ”.³¹ A modernização das manufacturas e, consequentemente, o aumento demográfico da população, aceleraram o processo de industrialização da cidade, ainda que a “ (...) dinâmica de crescimento e reestruturação urbana subjacente ao aumento da rede viária, do parque habitacional, da criação dos novos equipamentos de serviços público em vários sectores de actividade não correspondeu a um processo vigoroso de industrialização dos meios de produção na cidade do Porto ou na Região Norte, durante o século XIX, tal como ocorrera em cidades britânicas, germânicas, flamengas, lombardas e piemontesas, catalãs e bascas, e francesas.”³² Foi antes um processo lento, onde a produção industrial se encontrava associada a uma base pré-industrial, e a “ (...) classe de industriais burgueses emergiu lentamente do estrato dos artífices e pequenos fabricantes, e nunca foi suficientemente forte para substituir a poderosa classe dos comerciantes como classe dominante na estrutura social do Porto.”³³

No início de oitocentos, o sistema económico portuense, continuava a exercer a sua actividade no núcleo urbano da cidade, regido essencialmente por um comércio mercantil e, por uma manufactura de cunho artesanal. “Numa cidade onde proliferam as pequenas oficinas artesanais e o trabalho a domicílio, são sobretudo as questões relacionadas com a poluição das águas, o fumo ou o mau cheiro, o perigo de incêndio, que dão origem às queixas dos moradores e à intervenção pontual do Senado.”³⁴

O processo de industrialização e a modernização dos estabelecimentos e oficinas, acentuaram as condições de insalubridade pública. “O Código de Posturas de 1839, aprovado durante a vigência do código administrativo de Passos Manuel, que atribui expressamente às câmaras municipais a capacidade de obstar ao estabelecimento de fábricas insalubres dentro das povoações, remete para a permanência de

²⁸ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.18.

²⁹ [19] GUNTHER, Nonell, Anni; “Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo” / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto: Faup Publicações, 2002; p.96.

³⁰ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.19.

³¹ Segundo o autor Manuel Teixeira, “ (...) um crescimento superior ao crescimento natural da população. (...)) Na realidade, a maior parte dos 27.000 novos habitantes do Porto entre 1838 e 1864 eram emigrantes rurais que foram habitar e sobreocupar ainda mais os bairros antigos da cidade.” Ibid. p.19.

³² [15] FERNANDES, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.169

³³ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.156.

³⁴ [19] GUNTHER, Nonell, Anni; “Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo” / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto: Faup Publicações, 2002; p.135.

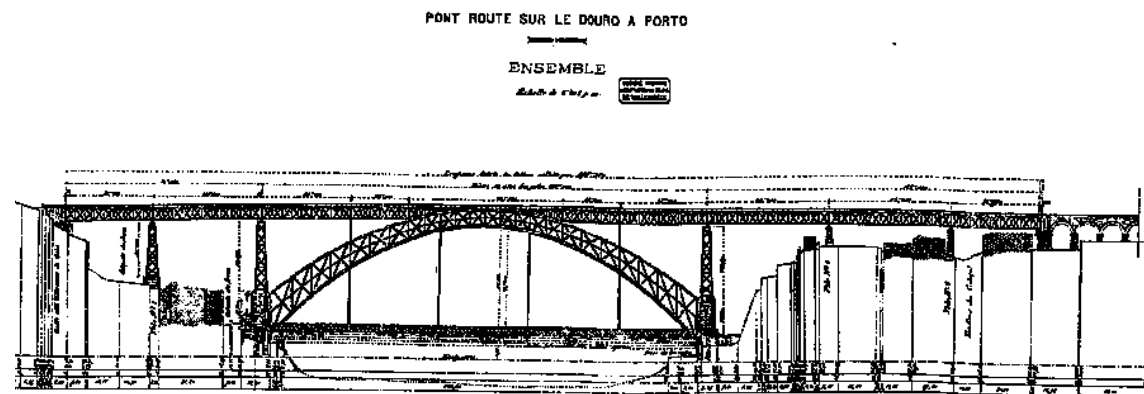


fig.11 [69]
"Pont Route sur le Douro a Porto"; Desenho de Teófilo Seyrig; 1881.

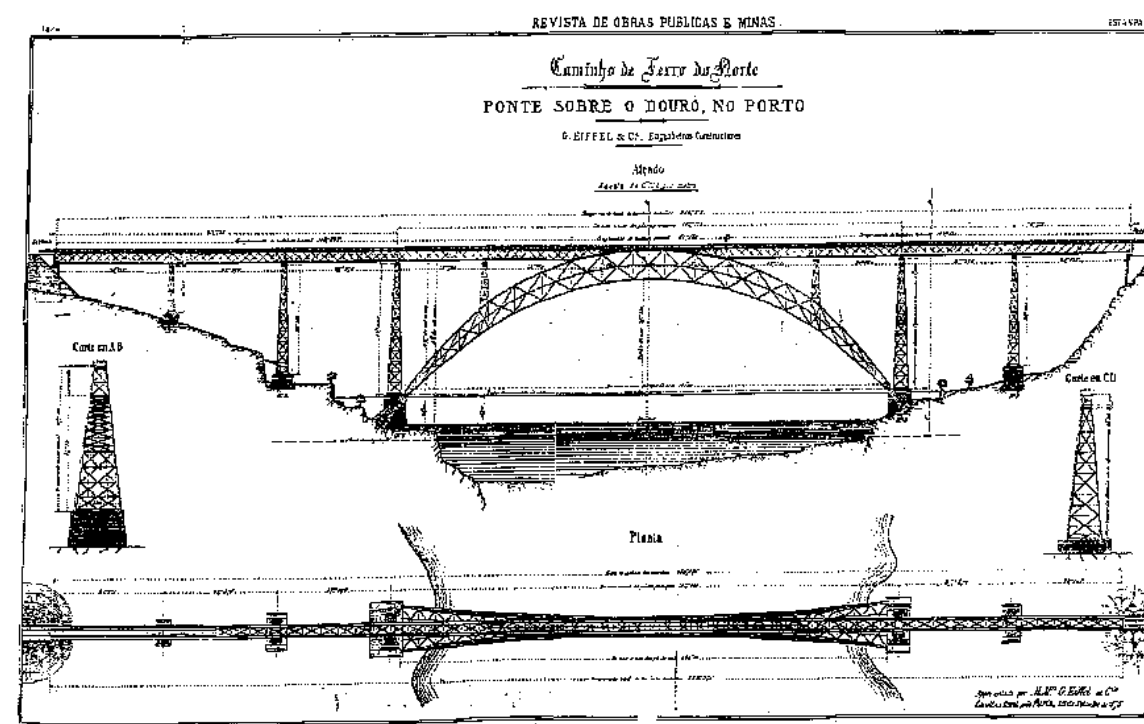


fig.12 [69]
"Ponte Sobre o Douro, no Porto"; Desenho de G.Eiffel & C.^a; 1875.

actividades de cunho pré-industrial, mal deixando adivinhar as profundas transformações no uso do espaço urbano devidas ao desenvolvimento das forças produtivas.”³⁵

Na falta de um planeamento urbano que defina um local próprio para cada actividade, preparado especificamente para o efeito, regista-se uma coexistência espacial da actividade laboral com a de habitar. A lenta transferência das instalações industriais de maior dimensão para a periferia oriental enlaçou-se com a rápida construção de edifícios de habitação.

“Na segunda metade do século, a evolução tecnológica e o crescimento de alguns ramos da indústria levaram à realocização do emprego industrial, essencialmente nas freguesias de Bonfim e Campanhã, o que contribui para acentuar ainda mais a tendência da população trabalhadora para se concentrar nesta área do Porto, que cedo adquiriu um carácter marcadamente industrial.”³⁶

A racionalização do pensamento sobre o espaço físico da cidade a par do desenvolvimento das infra-estruturas de circulação e do crescimento económico e demográfico, produzem profundas alterações na estrutura espacial urbana. O terminal da linha ferroviária de Lisboa, situado em Campanhã, acentuou o desenvolvimento da indústria na área, uma vez que acelerou as trocas comerciais entre o Norte e o Sul, facilitando o transporte de matérias-primas e o escoamento dos produtos acabados. A ponte de D. Maria (1877) representou, à semelhança da ponte de D. Luís (1886), um vasto investimento que só se poderia justificar “ (...) na década de 1870, quando os efeitos das políticas de Regeneração começaram a fazer-se sentir plenamente e o processo de industrialização foi decisivamente estimulado, praticamente após 1880.”

37

Este desenvolvimento, de carácter industrial, foi sendo reforçado pela chegada de imigrantes oriundos das províncias rurais, contribuindo para o violento aumento da população e consequentemente para a saturação exaustiva dos velhos bairros do centro da cidade e das zonas circundantes. “De 86.761 habitantes em 1864, a população do Porto cresceu para 105.838 habitantes em 1878, 138.860 em 1890 e 167.955 em 1900, isto é um acréscimo de 81.000 habitantes ou uma quase duplicação da população num período de 36 anos.”³⁸ Foi um processo que correspondeu à ampliação da cidade para o exterior da muralha, através de um planeamento urbano, que seguiu as linhas de expansão almadinas, sem contudo conseguir definir áreas precisas para a localização da habitação e estabelecimentos industriais, originando desta forma, uma ocupação diversifica do solo urbano.

A burguesia liberal portuense procurava locais de residência nas últimas linhas semi-concêntricas da expansão urbana, afastando-se sempre que possível do núcleo central, cedendo as suas habitações a grupos familiares de rendimentos cada vez mais baixos. A sobrelotação dos edifícios no centro da cidade originou na procura de novas formas de habitar.

³⁵ [19] GUNTHER, Nonell, Anni; “Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo” / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto: Faup Publicações, 2002; p.136.

³⁶ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa : F.C.G., 1996; p.19.

³⁷ Ibid. p.111.

³⁸ Ibid. p.20.

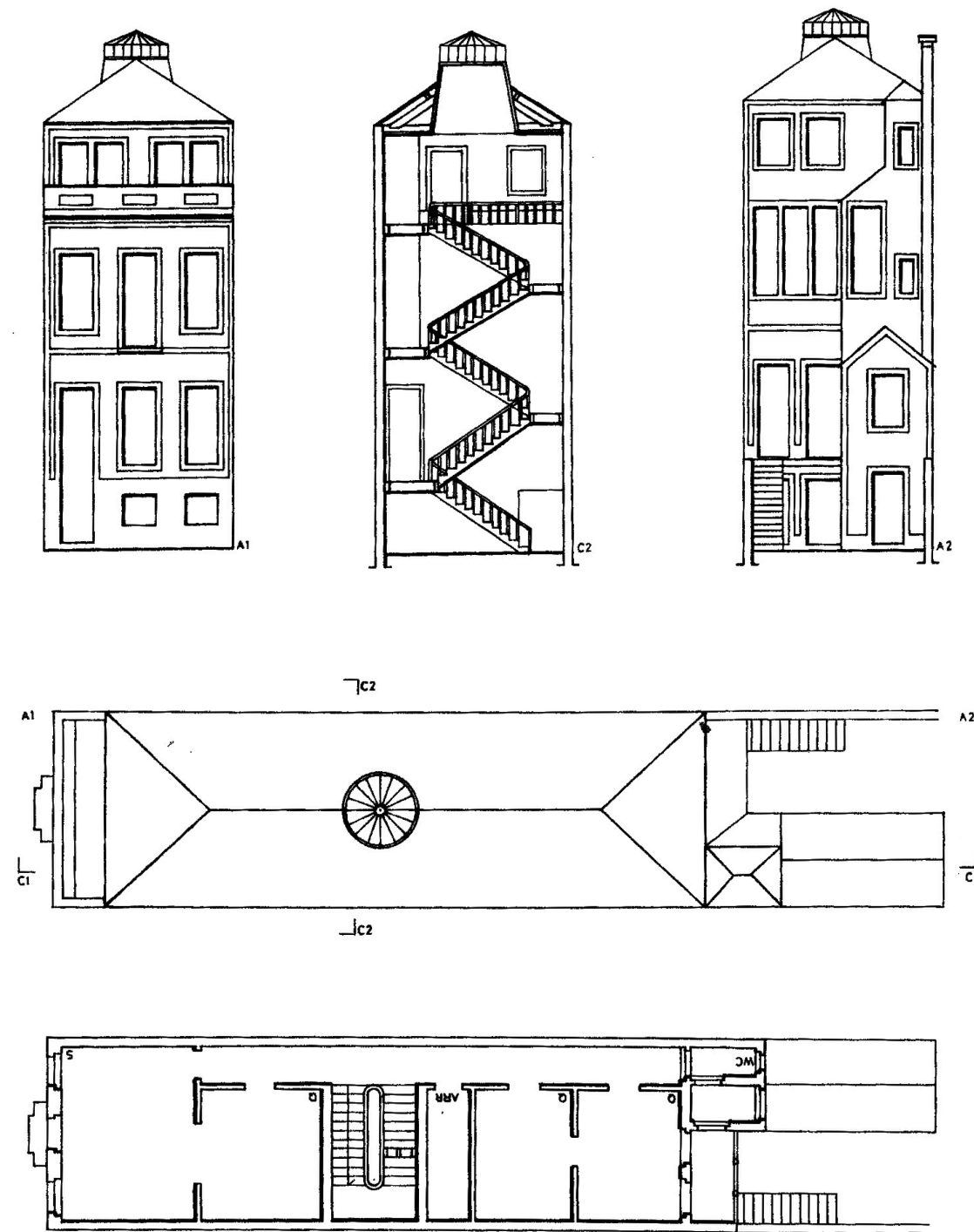


fig.13 [15] p.193
 “Tipo de habitação unifamiliar, monofuncional, com rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada.”; Desenho de Francisco Barata Fernandes; 1999.

Com o único objectivo de proporcionar alojamento às classes proletárias, assiste-se a um investimento de capitais limitados, por parte de pequenos burgueses, que utilizam os terrenos livres dos logradouros para realizarem empreendimentos de pequena escala. A burguesia portuense “ (...) *preferia realizar uma pequena casa de cada vez, podendo vendê-la ou alugá-la de imediato, do que investir no “prédio de rendimento” que implicava um maior investimento inicial de capital, uma maior complexidade na gestão e administração do edifício e uma menor flexibilidade nas decisões de venda ou aluguer.*”³⁹

Utilizando a directriz do parcelamento regular do solo, na ocupação e expansão da malha urbana, podemos distinguir dois grupos de edifícios de habitação burgueses: “ (...) *o da continuidade com a tipologia polifuncional almadina e o da casa burguesa monofuncional, que estabeleceu uma ruptura com aquela tipologia.*”⁴⁰ Os edifícios burgueses unifamiliares correspondem a uma especialização de uma tipologia urbana, que responde unicamente à função de habitar.⁴¹

Utilizando como estrutura o traçado viário desenhado na segunda metade do século XVIII, a burguesia portuense vai ocupar o terreno livre numa lógica semelhante à proposta seguida pela Junta de Obras Públicas, embora agora, o lote pressuponha a pré-existência da rua. Estabelecendo uma relação dominante com a topografia acidentada da cidade, o lote apresenta uma só frente que pode variar entre os cinco metros e meio e os seis metros de largura, sendo a sua profundidade ajustável. “*A edificação é sempre erguida na extremidade do lote adjacente à rua e o logradouro desempenha um papel essencial na caracterização da tipologia.*”⁴²

Pelo facto de não dependerem de um desenho de fachada global, estruturador do espaço público, os novos edifícios adquirem um carácter unitário, e o seu alçado é regulado segundo a disposição e organização dos compartimentos interiores, assim como pela localização dos vãos de acesso. Esta autonomia permite que as habitações oitocentistas, destinadas à alta burguesia liberal, optem por uma nova organização do espaço interior, onde a cave, “ (...) *elemento de concordância entre plataformas desniveladas, (...),*”⁴³ permite elevar ligeiramente o piso térreo evitando o contacto directo com o nível da rua. “*As soluções encontradas para se introduzir este novo elemento arquitectónico, aparentemente secundário, irão condicionar a capacidade de adaptação do novo modelo de habitação a eventuais programas mistos de utilização.*”⁴⁴

Naturalmente os edifícios, que ocuparam as áreas industrializadas, estabeleceram com a envolvente condições que permitiram uma adaptação inequívoca das habitações a novos usos e programas, originando diversas alterações ao modelo original. Aplicaram a mesma relação de proporção com o lote, divergindo

³⁹ [15] **FERNANDES**, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.180.

⁴⁰ Ibid. p.170.

⁴¹ “Esta nova tipologia exhibe os seus modelos de habitação, fundamentalmente, naquela área da cidade que pode ser definida por uma coroa semicircular polarizada no centro muralhado e referenciável, de nascente para poente, à Avenida Rodrigues de Freitas/Rua do Heroísmo, ao Bonfim/Rua de S. Roque da Lameira, à Rua D. João IV, Rua da Alegria e de Santa Catarina (parte alta), à Praça do Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Rua da Constituição, à Praça da República, Rua Álvares Cabral, e à Rua e Avenida da Boavista. Estes modelos de habitação surgem igualmente nos dois extremos opostos da cidade: Foz do Douro e Campanhã.”; Ibid. p.170.

⁴² Ibid. p.171.

⁴³ Ibid. p.172.

⁴⁴ Ibid. p.172.



essencialmente na relação que estabeleceram com a rua. “O primeiro piso é térreo e comunica directamente com o arruamento. Este facto tão elementar permite de novo estabelecer soluções de contacto do rés-do-chão com a rua. Permite abrir duas portas para a rua. É nesta possibilidade que reside toda a capacidade de adaptação destas tipologias.”⁴⁵

O desenho do alçado altera-se essencialmente no piso térreo, onde a disposição dos vãos varia consoante os acessos ao edifício e ao logradouro. A adaptação funcional desta tipologia vai permitir a construção de edifícios no interior do lote, uma vez que possibilita um acesso directo e independente. A versatilidade destes edifícios burgueses possibilitou “ (...) agregar usos distintos e, inclusivamente, de fazer coexistir habitações de diferentes níveis económicos e sociais. À tipologia de matriz burguesa associa-se uma outra destinada à classe operária denominada “ilha”. ”⁴⁶

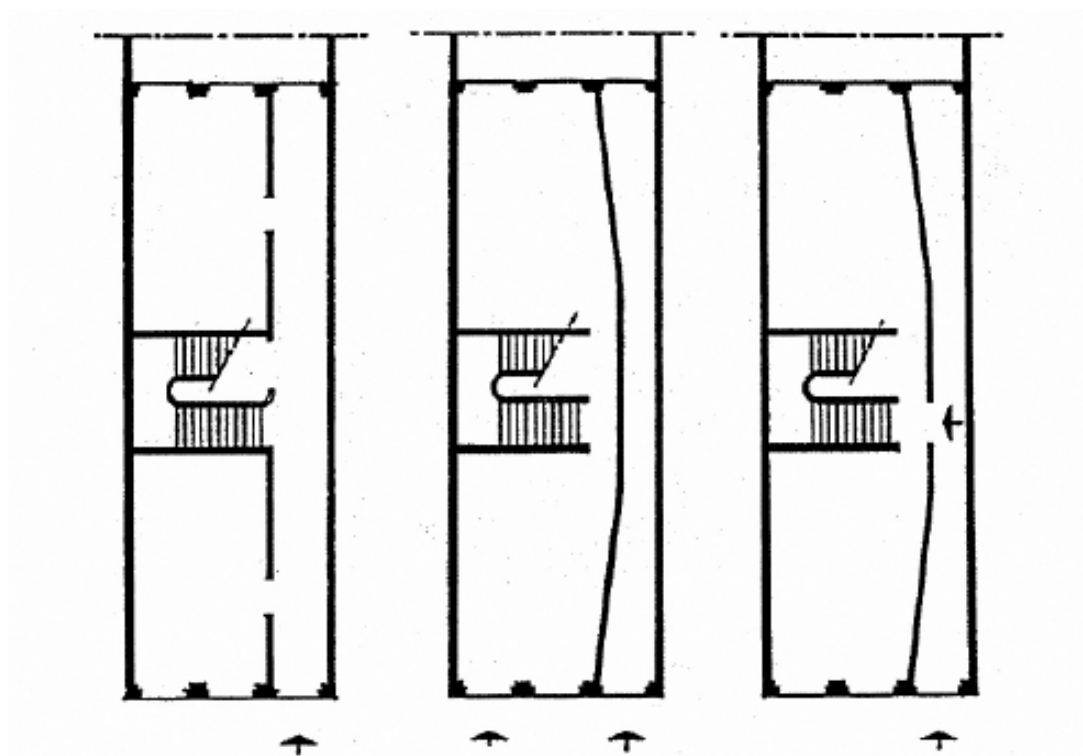


fig.14 [38] p.185
Adaptação funcional da casa burguesa de frente de rua, para acesso independente ao logradouro.

⁴⁵ [15] **FERNANDES**, Francisco Barata; “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” / Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999; p.178.

⁴⁶ Ibid. p.178.

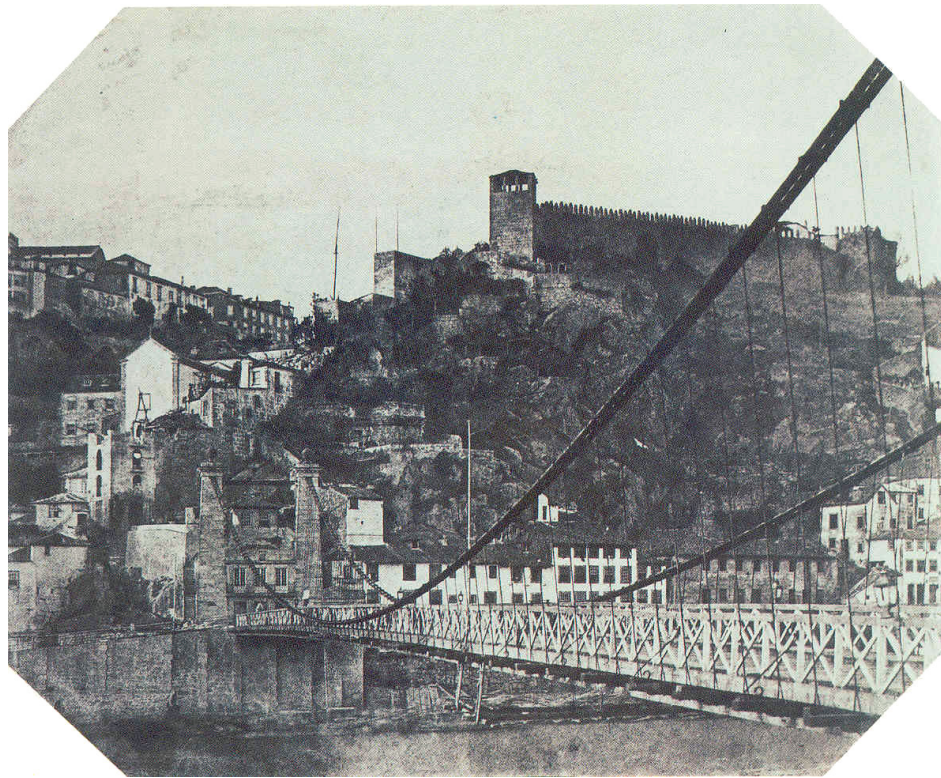


fig.15 [69]
Porto Século XIX; Prova actual em papel salgado a partir do calótipo de Frederick William Flower; não datada.

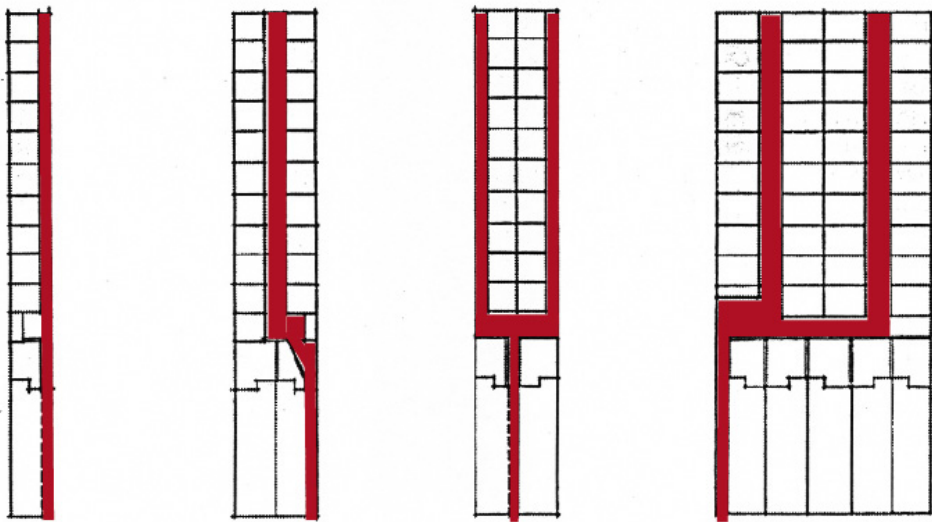


fig.16 [38] p.184
Organização e disposição das tipologias operárias no interior dos lotes e respectivos acessos.

O LUGAR DAS TIPOLOGIAS OPERÁRIAS NA CIDADE DO PORTO

“O Porto mantinha o seu carácter e a sua paisagem urbana. A sua antiga burguesia comercial, dedicava-se, agora, à rentabilização de lojas e quintais, sacrificando, apesar dos suspiros tristemente românticos das esposas, as maravilhosas japoneiras ou os floridos redondendros, tão viçosos nesta terra de nevoeiro, as grutas com água corrente onde se colocava a imagem de S. João em data precisa, os canteiros com buxo, as árvores de fruto, as pencas, as galinhas e os coelhos que sempre tinham criação.”⁴⁷

As tipologias de habitação operária, que se desenvolveram na cidade do Porto na primeira metade do século XIX, consistem “ (...) em filas de pequenas casas de um só piso, construídas nos quintais das habitações da classe média, com acesso à rua somente através de estreitos corredores sob estas habitações burguesas (...) ”.⁴⁸

Estas formas de alojamento, ao contrário do que acontecera noutras cidades europeias em desenvolvimento industrial, não derivaram de uma evolução de uma determinada tipologia habitacional. São, antes, edifícios de carácter singular, que se adaptaram à especificidade da realidade urbana existente, para uma melhor rentabilização do uso do solo.

Na segunda metade do século XVIII, os edifícios de habitação, localizados no núcleo central da cidade, promoveram uma partilha comum aos vários estratos sociais, diversificada exclusivamente pela qualidade e tamanho das habitações. O século XIX, contudo, viria a evidenciar a segregação das classes laborais, separando fisicamente a habitação média burguesa da habitação operária. Desta forma, os dois tipos de habitação, adquirem na sua estrutura espacial formas tipológicas distintas, embora partilhem morfologicamente a mesma realidade urbana.

A casa unifamiliar de frente de rua é essencialmente um elemento singular, que estrutura a composição do alçado do arruamento, adquirindo na sua base formal, uma relação directa entre o espaço público e o espaço privado. Como resultado de sucessivas transformações e adaptações à envolvente, o modelo tipológico de habitação da classe média adoptou, através do rés-do-chão, várias relações de acesso com a rua. Nos lotes comuns de seis metros de largura, este tipo de edifício poderia abranger no desenho da fachada três vãos de porta, contendo respectivamente, o acesso à habitação, ao logradouro e, em muitos casos, a uma loja ou pequeno comércio, onde normalmente o proprietário do prédio desenvolvia a sua actividade comercial.

Por outro lado, a casa operária, compreendida no interior do lote, é aparentemente entendida como uma subestrutura secundária à consolidação do arruamento. O acesso realizado através da permeabilidade do

⁴⁷ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.11.
⁴⁸ [40] WELLENKAMP, Margarida; “Ilhas” / coord. Margarida Wellenkamp, Luis Pisco. - Porto: Panmixia, 2004; p.15.

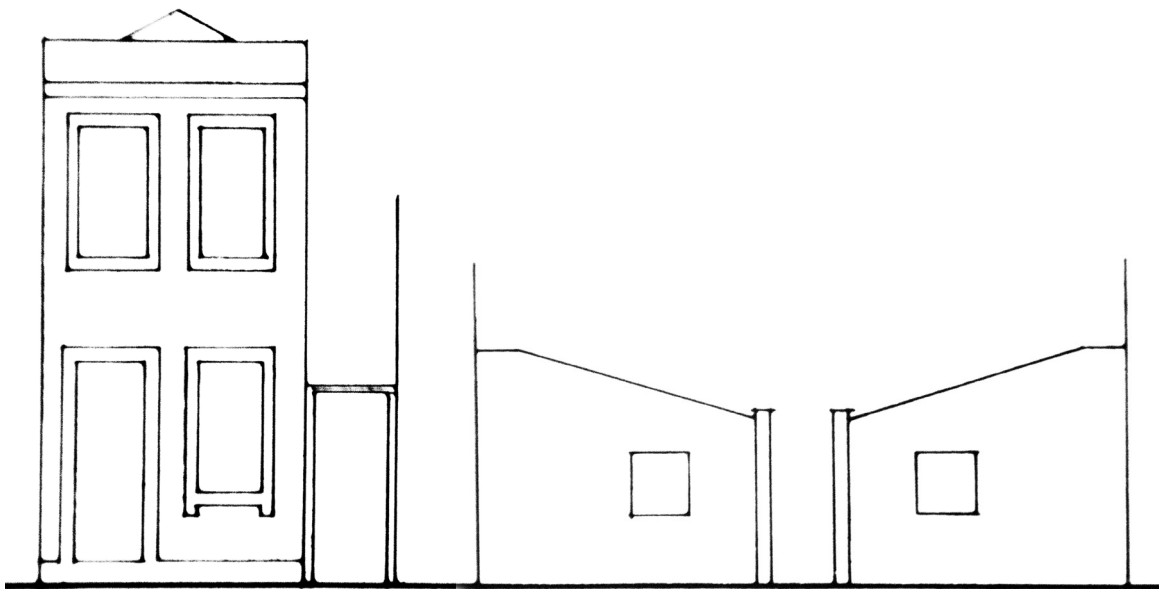


fig.17 [38] p.186
 Fachada de edifício burguês com acesso independente aos edifícios no interior de lote; fachada de habitações de classe operária contíguas à rua.



fig.18 [15] p.206
 Localização na cidade do Porto dos principais focos de desenvolvimento da tipologia operária de interior de quarteirão.

edifício principal menospreza o seu valor urbanístico, acabando por ser relevante, em situações mais pontuais, quando as habitações da classe laboral, normalmente sempre de baixa qualidade, contribuem para a linguagem geral do alçado da rua. Porém, é na capacidade de concentrar um elevado número de habitantes que alcança concretamente o seu valor urbano, contribuindo de uma forma activa para a imagem e consolidação da cidade.

Nesta fórmula simplificada e sintética de crescer para dentro, a habitação operária foi um organismo autónomo que acompanhou o tecido urbano desenvolvendo, no interior dos lotes, um modelo tipológico que rapidamente proliferou por toda a cidade.

Sem um plano urbanístico que definisse uma estratégia global para o desenvolvimento da cidade, as diversas áreas de expansão urbana, abrangiam programas mistos, onde a habitação, a indústria, e o comércio, coexistiam simultaneamente na mesma zona. Esta heterogeneidade determinou um crescimento urbano parcelar, assente no negócio especulativo e dependente das condições económicas dos seus promotores. A “ (...) falta de capacidade empresarial da burguesia e o lento desenvolvimento económico da cidade nunca impuseram um planeamento urbanístico racional que libertasse as zonas centrais do Porto da ocupação da classe trabalhadora, disponibilizando-as para utilizações mais rentáveis dos solos.”⁴⁹

O forte crescimento da população urbana, ocasionado tanto pelo êxodo rural como pelo crescimento natural positivo, obrigou ao longo de todo o século XIX a uma realocação dos postos de trabalho e dos locais de residência. Entre “1838 e 1864, observa-se que os maiores aumentos se registaram nas freguesias de Bonfim e Campanhã (56% e 61%, respectivamente), zona oriental do Porto, que em breve se tornaria a zona industrial mais importante da cidade.”⁵⁰

A população de trabalhadores, que se instalou nas proximidades das áreas industriais, acompanhou quantitativamente o crescimento e modernização da indústria. Ainda que as habitações proletárias não tenham contribuído, no plano urbanístico do município, para a expansão da cidade, cooperaram significativamente para um aumento demográfico. A localização estratégica, na relação com os postos de trabalho, conjuntamente com o arrendamento a baixo custo, fizeram deste conjunto de edifícios a forma mais económica e racional de alojar os estratos laborais mais estáveis. “No total foram construídas no Porto, entre 1864 e 1900, cerca de 10.000 casas de ilhas, o que corresponde a cerca de 63% do volume total de construção na cidade nestes 36 anos.”⁵¹

A capacidade de agregar, na sua estrutura formal, um conjunto diversificado de trabalhadores com o mais variado tipo de profissões, contribuiu para aumentar a polivalência desta tipologia na capacidade de resposta aos mais diversos tipos de necessidades da classe operária. “De acordo com um estudo de dez ilhas efectuado em 1914, a população das ilhas incluía trabalhadores industriais – artífices, operários fabris, assalariados ao domicílio, - que representavam 68 por cento da população trabalhadora, mas os restantes

⁴⁹ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.83.
⁵⁰ Ibid. p.112.
⁵¹ [40] WELLENKAMP, Margarida; “Ilhas” / coord. Margarida Wellenkamp, Luis Pisco. - Porto: Panmixia, 2004; p.16.



fig.19 [38] p.234
Tipologia operária "(...)n.º 106 da rua das Antas"; Porto.

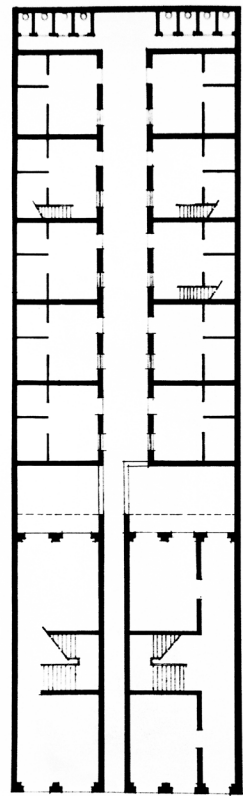


fig.20 [38] p.192
Morfologia básica dos conjuntos operários, na cidade do Porto.

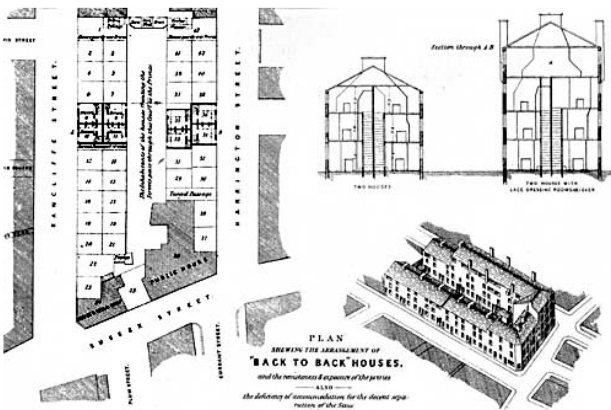


fig.21 [68]
Plano urbano de estruturação da habitação operária em Inglaterra; 1845.



fig.22 [65]
"Back to Back Houses" em William Street, Birmingham; 1905.

32 por cento eram de composição muito variada: *polícias, soldados, bombeiros, empregados de comércio, empregados de escritórios e outras ocupações, como lavadeiras, vendedores ambulantes, carregadores.*"⁵²

O parcelamento do solo, utilizado desde a segunda metade do século XVIII, tornou o lote estreito e comprido na unidade básica de crescimento e organização da cidade. *"Facilitou o desenvolvimento de modelos formais, de regras de desenvolvimento e a padronização da tecnologia e dos elementos de construção."*⁵³ A sistematização desta unidade de medida urbana deve-se, essencialmente, à sua eficácia no plano económico da cidade, uma vez que, a reduzida dimensão da frente do lote possibilitava uma versatilidade na estruturação dos edifícios, usos e programa.

A regularidade do loteamento urbano, foi um elemento activo na formação da habitação operária. A relação indissociável entre a forma do lote e a forma da habitação, promoveu uma norma métrica que possibilitou a expansão desta tipologia um pouco por toda a cidade. A estrutura modelar do edificado, conjuntamente com o corredor longitudinal de acesso, consolidaram a imagem geral dos edifícios de habitação operária na cidade do Porto.

Por comparação, esta tipologia, afigura-se mais ao tipo de habitação operária das cidades industriais inglesas, do que aos conjuntos habitacionais que surgiram em Lisboa, no mesmo século.

A similaridade existente entre os conjuntos de habitação britânica e portuguesa deve-se, essencialmente à forte influência cultural que a comunidade britânica teve no desenvolvimento e expansão do tecido urbano da cidade do Porto. Na descrição de Beresford, sobre as habitações operárias de Leeds, poderá ler-se: *"As novas habitações foram construídas forrando de pequenas casas as paredes interiores de um pátio ou de um jardim; mas, habitualmente, não havia espaços para mais do que uma fila ao longo de cada muro, pelo que a porta da frente – e única – dava para dentro, para o pequeno pátio que restava do pátio."*⁵⁴

Quanto aos conjuntos de habitação lisboeta, tanto o *pátio* como a *vila*, apresentavam uma estrutura integrada no tecido urbano da cidade. O *pátio*, consistia na apropriação espontânea de estruturas pré-existent, onde os edifícios de habitação se organizavam em torno de um logradouro, contribuindo para uma diversidade tipológica de escala e forma. A *vila*, que surge do processo evolutivo do primeiro, constituía um " (...) *estádio intermédio na transição entre o pátio, de origem rural, e outras formas de habitação urbana que, por seu turno, evoluíram a partir das vilas.*"⁵⁵

Ora, a habitação laboral portuguesa não evoluiu ou originou outros tipos de habitação; foi antes " (...) *uma unidade urbanística de construção espontânea, não se identificando com nenhum tipo anterior de construção urbana ou rural.*"⁵⁶

Por norma, a habitação operária portuguesa, organiza-se sempre em torno de um corredor de distribuição que, situado numa extremidade ou no centro (se existir a união de dois lotes), atravessa longitudinalmente o

⁵² [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; "Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto" / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F. C. G., 1996; p.57.
⁵³ Ibid. p.72.
⁵⁴ Ibid. p.56.
⁵⁵ Ibid. p.63.
⁵⁶ [34] SEIXAS, Paulo. "Castro Identidades de uma cidade. As Ilhas e o Porto." In: JORGE, Victor de Oliveira, ITURRA, Raul (coord.). Recuperar o espanto: O Olhar da Antropologia. Porto: Afrontamento, 1997; p.107.



fig.23 [71]
Deterioração geral dos conjuntos habitacionais de interior de lote.

terreno, adquirindo um carácter ambíguo, situado entre o uso semi-público e semi-privado. Esta permeabilidade do corredor permite aceder a todos os edifícios que se consigam, pela lógica modular, construir no lote. A cada edifício de habitação corresponde um módulo de quatro por quatro metros e, uma vez que não existe uma dimensão estipulada para o comprimento do lote, o número de edifícios que este pode conter varia consoante a especificidade da área onde se insere.

Esta modelação permitiu criar uma regularização interna na ocupação do lote, sendo a implantação dos edifícios definida por uma malha ortogonal que, através de directrizes precisas, distribui as áreas destinadas à habitação. O terreno do lote é, então, dividido longitudinalmente em duas áreas distintas: a primeira, maior e mais metodizada, destina-se à construção das habitações, enquanto que a segunda, menor e sobranço do espaço da primeira, promove o acesso e distribuição ao conjunto dos edifícios.

A nível geral, o módulo define-se por um edifício de um só piso, com uma área aproximadamente de 16 metros quadrados, que partilha as mesmas paredes de meação com as habitações laterais ou tardoz, caso o conjunto dos edifícios se organize em dois lotes agregados. A única fachada livre apresenta um vão de porta e de janela, para o corredor, elementos que respectivamente facultam a serventia e promovem a ventilação e iluminação do edifício.

“Back to back houses como se chamaram em Leeds, de “cu tapado” como se chamaram no Porto, esta banda de casinhas com três paredes de meação e uma única exterior, foi uma criação tão genial que a sua lógica modular foi utilizada em largos terrenos que já nada tinham a ver com a forma dos talhões que lhes deram origem, tendo existido até, em tempo intermédio, projectos de raiz para casas de talhão estreito ou duplo com ilha incluída.”⁵⁷

A eficiência económica desta tipologia deve-se essencialmente a dois factores: o primeiro, está associado à utilização racional no uso do solo, que através de uma matriz reguladora estabelece o maior número de edifícios no terreno, sendo o único espaço livre destinado ao corredor de acesso; o segundo, advém essencialmente dos sistemas e materiais de construção utilizados na edificação das habitações. Apesar de continuarem a dominar os mesmos tipos de materiais utilizados nas casas burguesas, a sua utilização e qualidade são, por comparação, bastante mais limitadas e redutoras.

Financiadas por promotores com actividades comerciais baixas e sem grande poder económico, o fraco investimento na construção das habitações acentuou a segregação social das classes laborais, contribuindo para a imagem marginalizada desta tipologia no lugar que ocupa na cidade.

O facto da burguesia portuense não investir em outro tipo de edifícios de habitação, como os blocos de apartamentos, ou numa melhor qualidade da tipologia de interior de lote deve-se, essencialmente, ao sistema económico portuense, que não permitia que as classes laborais suportassem a despesa do aluguer da habitação. Desta forma, os edifícios construídos no interior dos lotes corresponderam às necessidades económicas, tanto de promotores como de operários, contribuindo para uma construção de baixa qualidade, realizada com recurso a uma mão-de-obra limitada e a uma selecção estrita de materiais e sistemas construtivos.

⁵⁷ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.09.

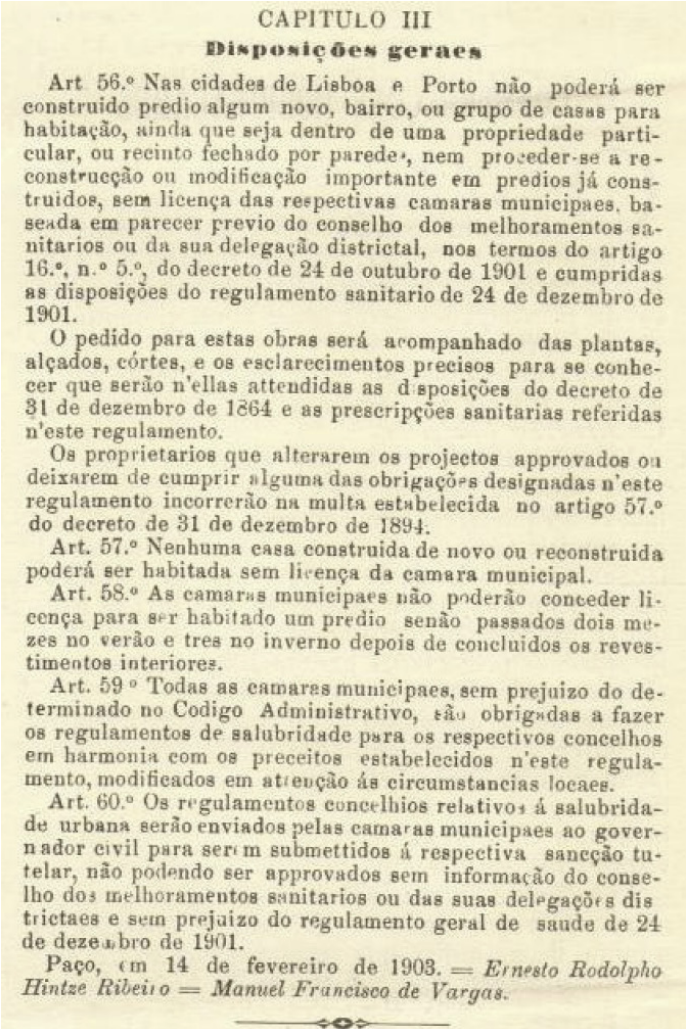
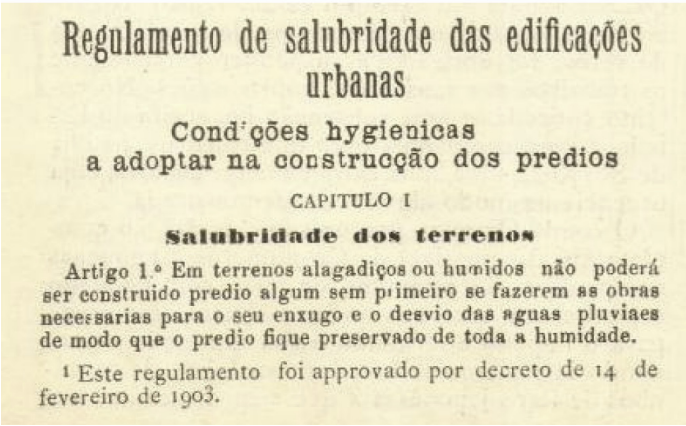


fig.24 [63]
Excerto do Capítulo I/III do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas; Publicado em 1903.

“Em 1899 a peste bubónica atinge gravemente as classes laborais e, embora em menor escala, a própria burguesia portuense.”⁵⁸ A ausência de infra-estruturas de saneamento, a sobrelotação dos espaços de residência e a falta de manutenção do edificado, colaboraram para a deterioração das condições de higiene, acelerando a propagação e contaminação de doenças.

Por consequência, e em resposta aos vários focos que se alastraram um pouco por toda a cidade, com maior incidência em áreas habitacionais sobrelotadas pelas classes laborais, a Câmara do Porto (que até à data mostrava um completo alheamento institucional na questão do alojamento operário) viu-se forçada, por iniciativa estatal, a tomar uma posição para controlar e estabilizar as construções que aleatoriamente se continuavam a realizar no interior dos lotes.

As ações de defesa da saúde pública, nos finais do século XIX, centraram-se essencialmente em estratégias preventivas. Com vista a solucionar parte significativa dos problemas de insalubridade, os responsáveis políticos, através da publicação de normas jurídicas, institucionalizaram medidas higienistas que a seu tempo acabaram por originar regulamentos precisos para a edificação urbana.

A 14 de Fevereiro de 1903, publica-se o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* que define, especificamente, as normas a cumprir para a construção de edifícios no tecido urbano da cidade, com o intuito de combater a insalubridade dos espaços de habitar. Note-se que, até ao presente regulamento, a Câmara do Município do Porto tinha somente controlo sobre as edificações à face da rua ou, a partir de 1889, sobre os edifícios construídos até 5 metros da rua. Assim sendo, as tipologias construídas nos interiores dos lotes surgiam sem qualquer tipo de fiscalização de sanidade, dependendo exclusivamente dos interesses de promotores e proprietários.

Numa primeira fase os regulamentos sanitários tinham como finalidade estabelecer normas para a construção e organização do edificado urbano, factor que rapidamente contribuiu para que, de modo específico, cada município estrutura-se a sua cidade. O art. 59º do capítulo III, do mesmo regulamento, refere: “*Todas as câmaras municipais, sem prejuízo do determinado Código Administrativo, são obrigadas a fazer os regulamentos de salubridade para os respectivos concelhos em harmonia com os preceitos estabelecidos n’este regulamento, modificados em atenção às circunstancias locais.*”⁵⁹

Com a institucionalização de normas e regulamentos, a construção do edificado urbano na cidade do Porto já não está dependente do legado deixado pela Junta de Obras. Ao desenho das fachadas juntou-se um conjunto preciso de outras peças e elementos descritivos que controlaram os processos de edificação e, a seu tempo, abriram caminho para a prática de projecto como método activo na construção e organização do edifício e, consequentemente, da cidade.

O respectivo regulamento pretendeu pôr fim à construção negligente nos terrenos privados. O artigo 56.º do capítulo III descreve “*Nas cidades de Lisboa e Porto não poderá ser construído prédio algum novo, bairro ou grupo de casas para habitação, ainda que seja dentro de uma propriedade particular, ou recinto fechado por parede, nem proceder-se a reconstrução ou modificação importante em prédios já construídos, sem*

⁵⁸ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.11.

⁵⁹ [61] REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, nºs 103, 110, 111,112, 113 E 115, de 1 de Agosto a 1 de Dezembro De 1903.

licença das respectivas câmaras municipais, (...). O pedido para estas obras será acompanhado das plantas, alçados e cortes, e os esclarecimentos precisos para se conhecer que serão n'ellas attendidas (...) as prescrições sanitárias referidas n'este regulamento.”⁶⁰

⁶⁰ [61] REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, nºs 103, 110, 111,112, 113 E 115, de 1 de Agosto a 1 de Dezembro De 1903.

BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS CONSTRUÍDAS NO PORTO			
Bairro	Freguesia	Data de Atribuição	N.º de Habitações
Ilhéu	Campanhã	1935	54
Condominas	Lordelo do Ouro	1937	102
Amial (1.ª fase)	Paranhos	1938	304
azenha	Paranhos	1939	114
Paranhos	Paranhos	1939	180
Ramalde	Ramalde	1939	148
Costa Cabral	Campanhã	1940	240
S. Roque da Lameira	Campanhã	1942	334
Gomes Costa	Lordelo do Ouro	1950	186

Fonte: Adaptação de Marielle Gros, “O alojamento social no Fascismo”. p.63

fig.25 [18]
Quadro de Bairros e Casas Económicas construídas no Porto entre 1935 a 1950.

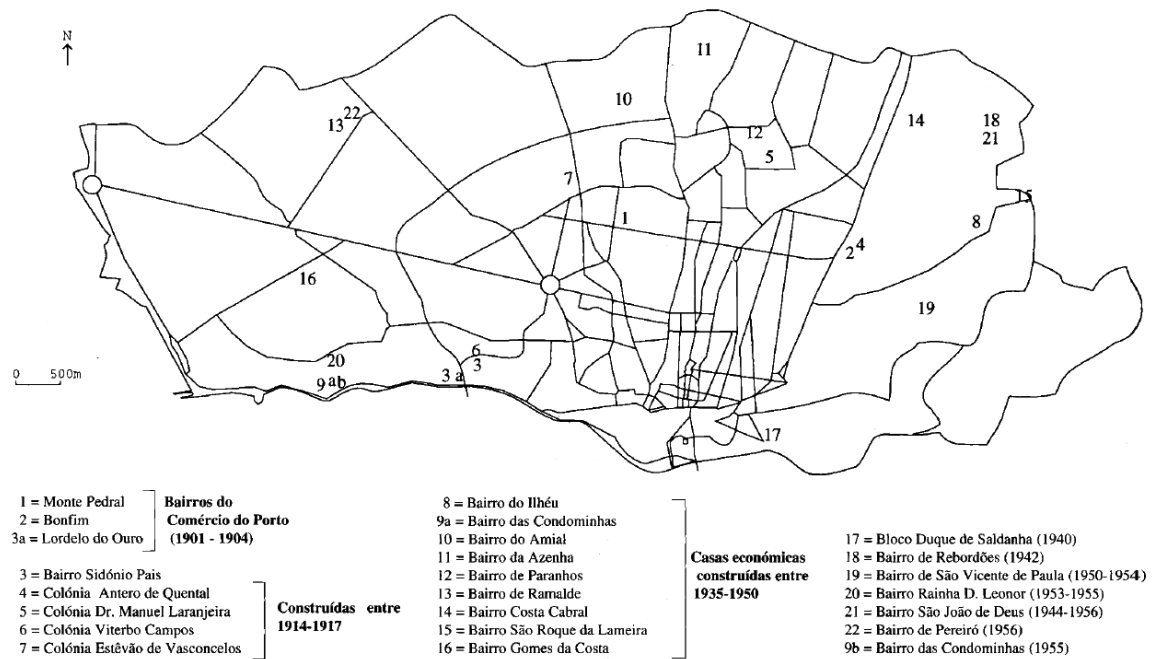


fig.26 [18]
“Localização dos bairros sociais construídos entre 1901 e 1956”; cidade do Porto.

A TIPOLOGIA OPERÁRIA ENQUANTO ORGANISMO ESPACIAL DE INTERVENÇÃO E RECUPERAÇÃO

“Quando se chama ilha às ilhas, estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe a globalidade: é o conjunto de todas as ilhas, é a cidade a construir ou reconstruir.”⁶¹

Ao longo de todo o século XX a Câmara Municipal do Porto, com o objectivo de solucionar os vários problemas associados à habitação operária, desenvolveu diversas políticas de intervenção que se foram revelando desajustadas às necessidades básicas dos habitantes. Os planos municipais adoptados pretendiam deportar a população laboral, residente nos conjuntos habitacionais, para novos edifícios que se construíam na periferia da cidade, contribuindo desta forma para acentuar o processo de segregação. As intervenções urbanas, raramente reconheciam a tipologia operária como parte integrante do tecido da cidade, procedendo sempre que possível à sua demolição. Em situações pontuais e por ineficácia dos planos adoptados, a Câmara permite obras de beneficiação dos conjuntos habitacionais, em conformidade com as normas estatais estipuladas no *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Foi o referido regulamento que clarificou a entidade camarária, estabelecendo que o problema da habitação operária, já não era uma questão do âmbito privado de promotores e proprietários, mas uma questão pública da responsabilidade do Município. As construções que se processavam no interior dos lotes foram parcelarmente interrompidas, e a “ (...) própria Câmara, inspirada na experiência de O Comércio do Porto, promoveu a construção entre 1914 e 1917 de quatro Colónias ou Bairros Operários, totalizando 312 habitações”.⁶²

As medidas tomadas nas duas primeiras décadas, maioritariamente por subscrição pública, acabaram por não ter repercussões assinaláveis no panorama geral da estratégia de habitação. Só a partir de 1930, o Município viria a adoptar estratégias que envolviam a reestruturação do tecido urbano, para o realojamento do operariado. A instauração do Estado Novo, em 1933, dá início a uma nova política habitacional, e, em Setembro do mesmo ano, com o Decreto-Lei n.º 23 052, surgem as “Casas Económicas”. Construídas directamente pelo Estado, destinavam-se a grupos sociais economicamente estáveis, numa promoção ideológica da habitação unifamiliar. Edificadas em banda ou geminadas, apresentavam características morfológicas semelhantes aos valores proclamados pela *Cidade-Jardim*, nomeadamente, a baixa densidade de construção, a valorização dos percursos pedonais e a qualificação do espaço verde, constituindo um dos melhores exemplos de habitação social na cidade do Porto. O inquérito às “ilhas” realizado no ano de 1939 pela Câmara Municipal do Porto, estabeleceu parâmetros precisos, determinando uma estratégia de intervenção, assente num programa de realojamento local. “Para

⁶¹ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.12.

⁶² [47] DOSSIER “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto”. Manuel A. Correia Teixeira; p.83.

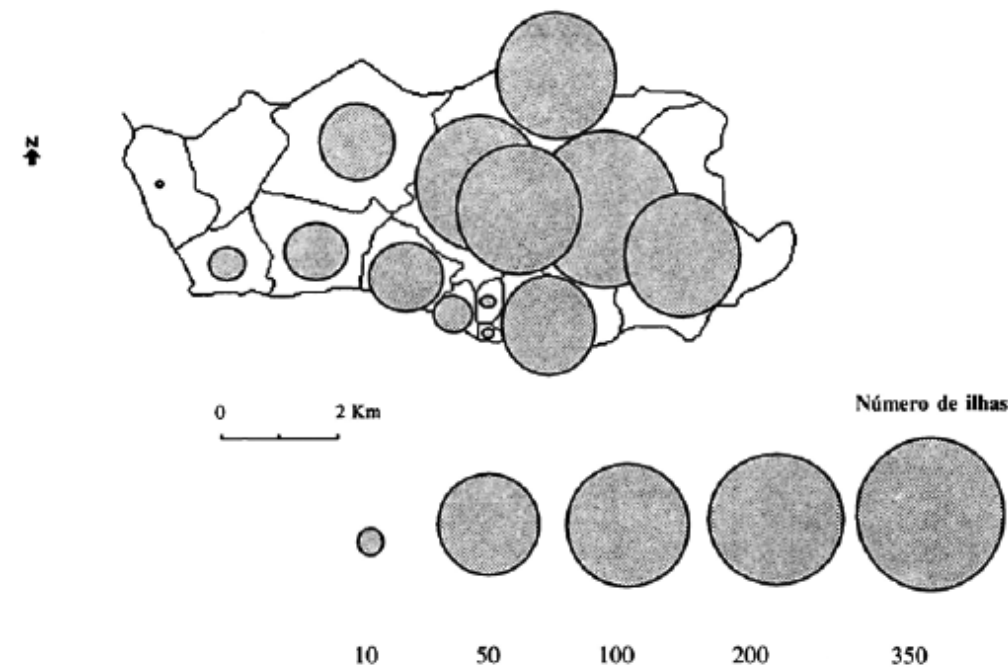


fig.27 [62]
Número de tipologias operárias por freguesia inventariadas em 1940; Câmara Municipal do Porto, plano de Salubridade das ilhas; 1956.

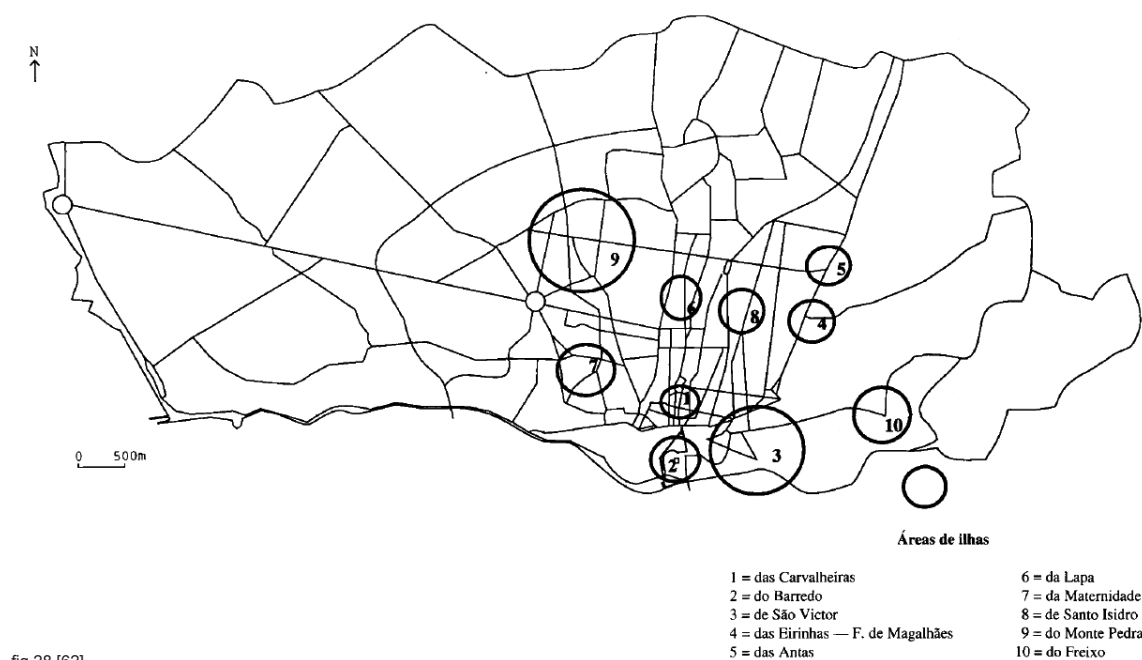


fig.28 [62]
Localização das áreas com tipologias operárias; Câmara Municipal do Porto, plano de Salubridade das ilhas; 1956.

já, proceder-se-ia à expropriação dum conjunto de “ilhas” contíguas, a cujos os moradores intimidados pelo despejo, se oferecia as casas da parte edificada do Bairro Duque de Saldanha. Demolidas essas “ilhas”, construir-se-ia, de seguida no terreno livre, um ou mais núcleos para onde transitariam os moradores das “ilhas” próximas a demolir. E assim por diante.”⁶³

A política municipal pretendia integrar no tecido urbano da cidade os estratos da população mais carenciados. O “bloco de moradias económicas na rua do Duque de Saldanha”, pela sua localização e pelo uso de uma tipologia plurifamiliar, permitiu fixar dentro da mesma área de residência, moradores locais, contrariando assim os processos de deportação social para as periferias da cidade. Porém, e contrapondo-se às ideologias fixadas pelo Estado Novo, a campanha de erradicação das tipologias operárias da área de S. Victor, acabou por nunca corresponder ao ambicioso plano de realojamento, previsto pelo Município. Foi antes uma estratégia parcelar e específica, da qual beneficiou um número restrito de moradores.

“No entanto, verificado o falhanço do plano de construir cerca de 9000 novos fogos, a Câmara toma a iniciativa bastante peculiar de promover concursos municipais entre os habitantes das “ilhas” que mais bem cuidadas tivessem as suas casas”⁶⁴ Este novo entendimento pretendia, através da atribuição de um prémio monetário, incentivar os moradores a colaborarem na manutenção dos seus edifícios de habitação, contribuindo para a diminuição dos elevados índices de insalubridade que continuavam a persistir na década de quarenta. Perante uma política habitacional permissiva, os proprietários das exíguas habitações requerem, à Câmara Municipal, licenças de beneficiação do edificado existente. O requerimento era acompanhado das várias peças de desenho, (planta, corte e alçado), correspondendo na sua especificidade às normas descritas no *Regulamento de Salubridade* publicado em 1903. Apesar destas operações individuais não solucionarem o problema geral da habitação proletária, proporcionaram uma melhor qualidade de vida a quem usufruiu deste simbólico processo de requalificação.

Na segunda metade dos anos cinquenta e com o Plano de Melhoramentos, a Câmara pretendia através de um programa geral, estabelecer uma dupla estratégia onde se previa, “ (...) a destruição e remodelação das ilhas existentes e a construção de novos bairro residenciais.”⁶⁵ A política aplicada no novo plano acabou por ser dirigida à construção de novos blocos de habitação colectiva, continuando a colaborar para a segregação social. De tipologia plurifamiliar, os edifícios contrariavam o modelo moderno das “Casas Económicas”, contribuindo assim para a “ (...) deslocação de mais de 30 000 habitantes de áreas de “ilhas” para a periferia, onde os novos bairros acabaram por ser construídos predominantemente.”⁶⁶

A deportação massiva das populações mais carenciadas para os subúrbios da cidade, provocou a demolição de vários conjuntos habitacionais que se encontravam vazios. A desocupação dos terrenos centrais conduziu a operações especulativas, “ (...) agora já não de escala familiar, mas conduzidas pelas

⁶³ [47] DOSSIER “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto”. Manuel A. Correia Teixeira; p.84.

⁶⁴ Ibid. p.85.

⁶⁵ [61] REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, nºs 103, 110, 111,112, 113 E 115, de 1 de Agosto a 1 de Dezembro De 1903; p.65.

⁶⁶ [47] DOSSIER “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto”. Manuel A. Correia Teixeira; p.85.



fig.29 [40] p.35
Deportação das populações para a periferia da cidade.

O arquitecto Nuno Portas e o direito à habitação

“Apoio às iniciativas democráticas de base e Descentralização da administração urbanística”

— Duas das medidas a tomar, a curto prazo, pela Secreteria de Estado da Habitação e Urbanismo

fig.30 [71]
“Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Construtores Cívicos” Entrevista a Nuno Portas; 1974.

O QUE É O S.A.A.L. ?

O SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local - é um Serviço criado pelo Estado, no Fundo de Fomento da Habitação, para resolver o problema das pessoas com graves problemas habitacionais e que não podem esperar pela sua resolução através de programas de construção tradicionais.

COMO FUNCIONA ?

Quando um grupo de moradores, vivendo em más condições habitacionais, solicita a solução do seu problema habitacional através do SAAL, este Serviço envia um ou mais dos seus elementos, a fim de verificar a possibilidade ou não de intervenção do SAAL.

Em caso afirmativo, é nomeada uma brigada de técnicos, paga pelo Estado, que irá trabalhar com a população na resolução dos seus problemas.

fig.31 [71]
“Informações S.A.A.L. Norte - n.º 1” Boletim informativo sobre o S.A.A.L.

imobiliárias e pelos construtores civis: em lugar das chaminés apareciam os prédios de andares, conformados com a circunstância cadastral.”⁶⁷

A política de segregação, aplicada pela Câmara Municipal, continuava a ser a única possibilidade de responder à sobrelotação dos edifícios de habitação operária, no centro da cidade. A criação em 1962 do *Plano Director* clarificou a estratégia do Município, face ao processo de reabilitação. Definiu áreas precisas para as várias funções urbanas (habitação, comércio e indústria), assim como estabeleceu as zonas a ocupar pelos estratos mais carenciados da população portuense. “Estes, eram compulsivamente despejados, sendo-lhes concedida uma casa, num qualquer bairro, a título precário e sob obrigação de cumprimento rigoroso de um regulamento que, entre outras coisas, obrigava a ter bom comportamento moral e civil.”⁶⁸

O forte controlo, estava assim, dependente de um Fiscal que tinha por dever reportar qualquer acção suspeita, “ (...) uma luz acesa até tarde, um desconhecido que visita, uma chegada ao bairro pelo lado dos pinhais, uma galinha não autorizada (...) ”.⁶⁹ Estas acções, originaram a curto prazo num descontentamento generalizado da população e mesmo antes da revolução de Abril, já se podia ler nas fachadas dos edifícios da cidade, palavras de ordem como “Direito à Habitação” e “Fiscal é PIDE”.

A política seguida pela Câmara na construção dos bairros, acabou por evidenciar carências qualitativas e quantitativas. Os novos blocos de habitação, construídos com recursos limitados, estabeleceram baixos padrões de qualidade e, apesar de contribuírem para a expansão do tecido urbano, não colaboraram para o aumento do número de fogos na cidade. A questão da habitação tornou-se num elemento de tensão: o povo exigia o direito à cidade e o direito a viver na cidade com dignidade.

“O 25 de Abril tornou possível a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade, movimentos durante muitos anos controlados: reprimidos. Para os arquitectos, abriu um campo vasto e urgente de projecto, fundamentado na participação directa e diversificada das populações.”⁷⁰

Na tentativa de suprimir a carência quantitativa e qualitativa da habitação, surge o Serviço de Apoio Ambulatório Local, organismo ligado ao Fundo de Fomento da Habitação, e criado pelo então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o arquitecto Nuno Portas. O plano adoptado baseia-se numa estratégia específica para cada zona, lugar ou local. Ambicionava, através do apoio de um corpo técnico multifuncional, fixar as populações nos seus territórios de origem, reconhecendo a exclusão social que os bairros periféricos fomentavam.

As brigadas técnicas, defensoras da renovação do planeamento urbanístico e do direito ao lugar e à cidade, actuavam directamente no terreno. Esse contacto físico, contribuiu para uma consciencialização real das necessidades quotidianas das populações locais, estabelecendo uma comunicação eficaz entre o poder municipal e os vários moradores que, através de associações, se faziam ouvir.

⁶⁷ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.12.

⁶⁸ Ibid. p.12.

⁶⁹ Ibid. p.12.

⁷⁰ [08] CASTANHEIRA, Carlos; “As cidades de Álvaro Siza” / ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa: Figueirinhas, 2001.



fig.32 [71]
Programa de Exposição sobre o S.A.A.L.; Julho de 1977.



fig.33 [71]
Caricatura sobre o S.A.A.L.; 1975.

2- Brigadas constituídas no âmbito dos programas escolares das Escolas de Arquitectura, para as quais o S.A.A.L. garantiria o fornecimento de condições de trabalho para as brigadas nos próprios lugares de intervenção, através do fornecimento de instalações (exemplo-construção pré-fabricada) e materiais de trabalho e ainda apoio administrativo e de secretariado às equipas através de funcionários itinerantes do F.F.H., dando apoio simultâneo a várias brigadas:

2a- Brigadas de Cidade - actuando nas zonas de influência das cidades onde funcionam as Escolas (Lisboa e Porto), compostas por estudantes que frequentam os diferentes anos de curso, segundo critérios de constituição que pertenceriam às próprias Escolas e orientadas por um docente responsável. Para estas brigadas era feito um contrato entre a Escola e o S.A.A.L. para remuneração base do trabalho em proveito da Escola, competindo à administração de esta a remuneração dos estudantes intervenientes nas brigadas.

fig.34 [71]
"Proposta à Comissão Coordenadora do S.A.A.L." Brigada de S. Victor, 1975.

No Porto, “ (...) as operações decorreram no centro urbano, em espaços abertos junto a antigos bairros operários, (...) foram intervenções que, embora pontuais e fragmentadas, apontavam direito ao centro histórico, onde se admitem vários estratos sociais de moradores e várias funções urbanas; uma cidade onde vários tipos de habitação podem referir tipos antigos e, sendo diferentes deles pela forma assumem o carácter fragmentário da cidade, contrapondo o velho e o novo, sem perda de um carácter geral solidificado pelo uso e o tempo.”⁷¹

O desenvolvimento único que o S.A.A.L. teve no Norte, deve-se, essencialmente, à estrutura urbana da cidade, que permitiu a possibilidade das brigadas técnicas participarem activamente na reestruturação do tecido consolidado. Desta forma, a estrutura urbana existente, a história e o passado passam a ser as premissas de concepção projectual das brigadas que, ligadas às necessidades dos moradores, contribuíram para a criação de uma linguagem espacial mais específica e homogénea. Por outro lado, a acção dos arquitectos, enquanto participantes activos, e da Escola de Belas-Artes do Porto, enquanto base institucional de um discurso disciplinar, fundamentaram reflexões críticas, na luta contra a crise habitacional e contra os processos inoperantes do planeamento da cidade.

Contudo, as propostas do S.A.A.L. não se reduziram a uma estratégia analítica e historicista, mas construíram uma postura de autonomia e inovação. Aos edifícios de habitação, acrescenta-se equipamentos sociais e culturais, percursos, e áreas verdes que, numa sintonia clara com o conjunto, organizavam a área envolvente, contribuindo respectivamente para *fazer cidade* e *dar cidade* às populações carenciadas. “*Implicitamente sugere-se no S.A.A.L. a renovação de uma ordem espacial e social preexistente, na qual se deposita um valor positivo.*”⁷²

A prática de uma política de habitação de carácter local permitiu proceder, pela primeira vez, a um programa camarário de reabilitação e reestruturação da tipologia operária do século XIX. Este processo, pretendia recuperar o edificado existente e promover percursos dentro dos quarteirões, invertendo o conceito de segregação social, associado a estas tipologias. Contrariando os anteriores planos urbanísticos, nos quais as estruturas de habitação operária eram entendidas como locais impróprios, insalubres, deploráveis e incapazes de se adaptarem às necessidades da sociedade moderna, o S.A.A.L. permitiu que estas se tornassem numa das soluções para resolver o problema da habitação social na cidade.

A brigada técnica, dirigida pelo arquitecto Álvaro Siza, propõe um plano urbanístico para a área de S. Victor, que permite a reintegração do edificado laboral na cidade. “*O interesse de experiências deste tipo, depende da capacidade de manter uma permanente relação dialéctica entre Dinâmica de luta dos moradores e resposta ao nível do projecto.*”⁷³

O território, por abranger necessidades distintas, é dividido em duas áreas. A primeira, a Norte da Praça da Alegria, onde se situa a Travessa da Sra. das Dores, e a segunda, a Sul da primeira, constituída pelos dois

⁷¹ [33] PORTUGAL; “Arquitectura do Século XX” / org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang. - München: Prestel, 1997; p.69.

⁷² [12] COSTA, Alexandre Alves “Textos datados” / Alexandre Alves Costa. - Coimbra: Edarq, 2007; p.43.

⁷³ [08] CASTANHEIRA, Carlos; “As cidades de Álvaro Siza” / ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa: Figueirinhas, 2001.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE S. VICTOR

CONCURSO PÚBLICO

**Para arrematação da empreitada de construção de 40
Fogos constituintes do Conjunto Habitacional da
Associação de Moradores de S. Victor - 2ª FASE**

fig.35 [71]
"Concurso público para arrematação da empreitada de construção de 40 fogos | S. Victor "Brigada de S. Victor; 1975.

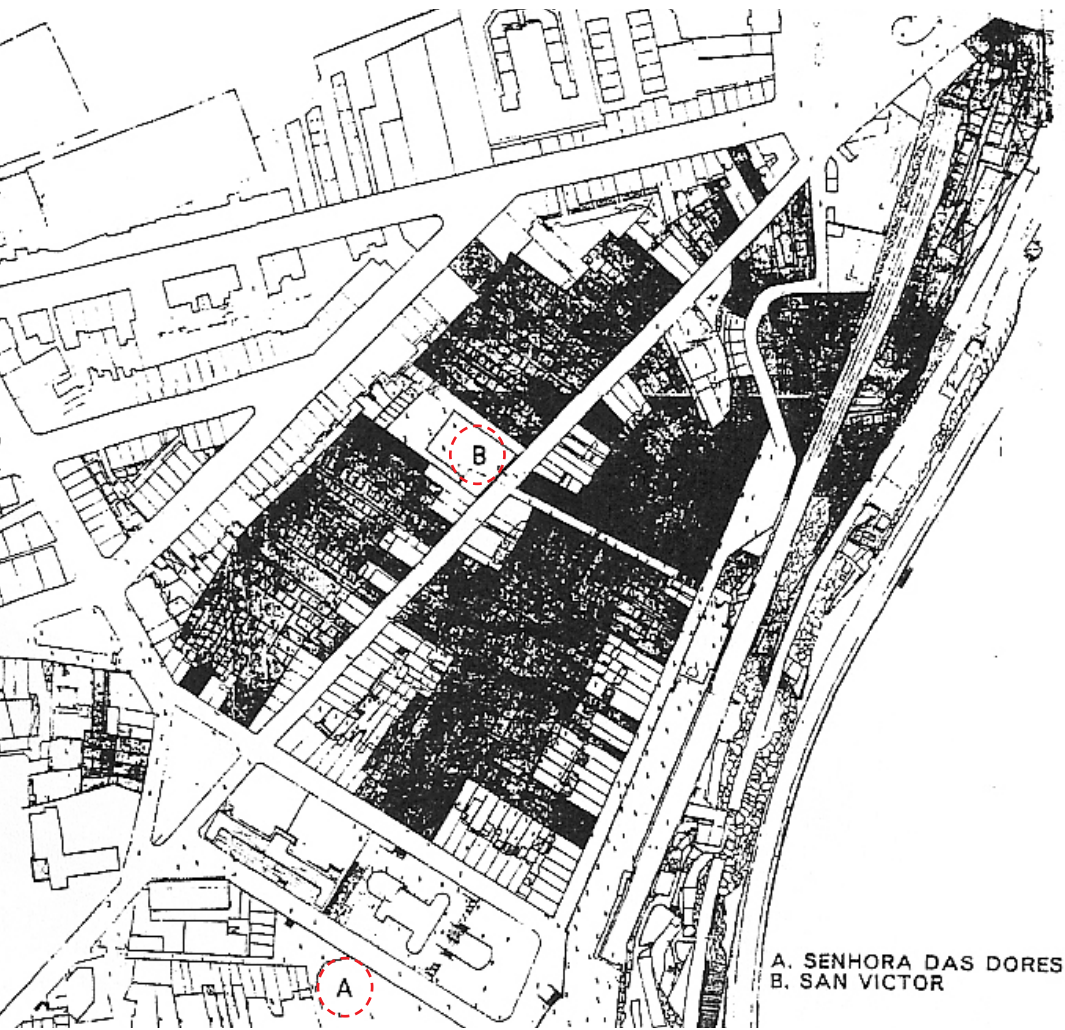


fig.36 [53] p.80
Os dois sectores de intervenção na zona de S. Victor; Brigada técnica dirigida pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira; 1974.

quarteirões ao longo da rua de S. Victor. O conjunto dos edifícios, que constituem o projecto da primeira zona, apresenta características morfológicas e tipológicas bastante diversificadas, tais como: blocos de habitação em banda de frente de rua ou perpendiculares a esta, pequenos edifícios pontuais, recuperação de casas pré-existentes assim como uma predominância constante de edifícios em ruínas. *“No interior do Quarteirão da Sra. Das Dores, onde as condições de natureza mais urbanística não prevalecem, Siza propõe um edifício que contrasta com a envolvente a todos os níveis, tipológico, morfológico e topográfico. As ruínas que existem são mantidas e, ajudando a conformar os espaços exteriores, acentuam a dicotomia que se quer de leitura imediata.”*⁷⁴

A partir de um quarteirão consolidado abre-se uma rede de percursos ou ligações visuais que desfragmentam o espaço, tornando-o parte integrante da cidade. São utilizadas, consecutivamente, os conceitos de público, semi-público e privado, numa lógica de regra/excepção. Embora houvesse vontade de integrar o tecido urbano com relativa extensão e densidade habitacional, tal não aconteceu, construiu-se apenas um edifício de volumetria linear.

Quanto à segunda área de intervenção, os dois quarteirões ao longo da rua de S. Victor, partilham da mesma estratégia que o primeiro. Propõe-se a manutenção da estrutura existente, baseada nos conjuntos de habitação operária, incorporando-os na cidade como elemento base do tecido urbano.

*“Actualmente estamos a examinar a possibilidade de aumentar as superfícies dos fogos mediante a agregação de células ou pela sobreposição de um novo piso. Estamos também a estudar a possibilidade de comunicação entre as várias ilhas, com percursos internos ao quarteirão, considerando a ilha como possível estrutura de desenvolvimento da cidade. Nesta linha, as actuais preocupações dizem respeito, mais a repensar os espaços abertos do que os interiores dos alojamentos, onde parece mais simples encontrar uma tipologia adequada.”*⁷⁵

A intervenção da brigada em S. Victor colocou em prática, nas várias escalas, os pressupostos projectuais de pensar a cidade, reintegrando no tecido urbano a estrutura tipológica da habitação proletária, que, aparentemente, se encontrava condenada.

No ano de 1976, o Serviço Ambulatório de Apoio Local, cessa, com a publicação de um despacho conjunto do ministério da Administração Interna e do Ministério de Habitação, Urbanismo e Construção. Interrompidos os vários projectos que se estavam a construir, a cidade ficou repleta de fragmentos. Reflexo directo do culminar de vontades, manifestações e lutas, na acção interventiva de proporcionar condições dignas às populações mais carenciadas.

Nos anos que se seguiram, procedeu-se à extinção da iniciativa municipal, que deu lugar à iniciativa cooperativa financiada pelo estado. A habitação social, na sua verdadeira definição, deixou de ser construída no Porto. Por um lado, pela perda de habitantes para os concelhos vizinhos que ofereciam melhores condições de vida, por outro, pelo maior poder de compra e acesso a crédito à habitação que permitiam mais facilmente a aquisição de casa própria. Desta forma, a carência habitacional na cidade

⁷⁴ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.13.

⁷⁵ [53] LOTUS INTERNATIONAL. 13 “L’isola proletária come elemento base del tessuto urbano”, 1976; p.86.

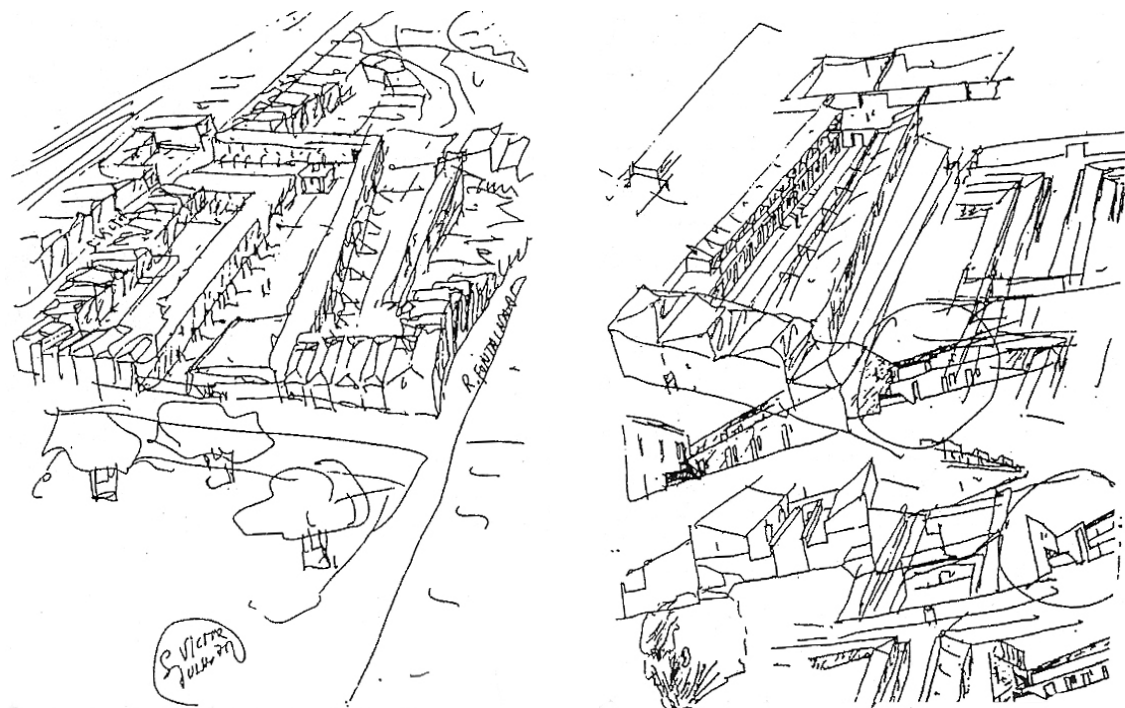


fig.37 [53] p.92
Esquício do segundo sector de intervenção; área correspondente ao quarteirão de S. Victor / Esquício para a proposta de reabilitação dos conjuntos habitacionais de interior de lote; Álvaro Siza Vieira; 1974

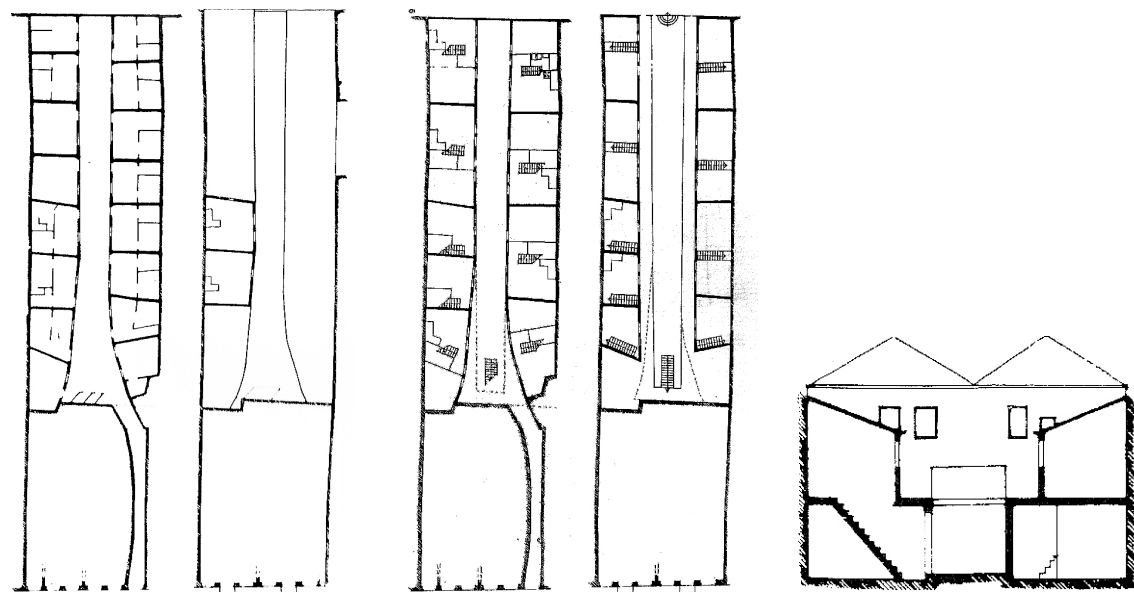


fig.38 [53] p.91
Levantamento da estrutura modular das habitações operárias / Proposta para requalificação e reestruturação do edificado existente; Álvaro Siza Vieira; 1974.

passa de uma dimensão quantitativa para uma qualitativa, ou seja, já não é o número de fogos que está em causa mas sim a qualidade construtiva, tipológica e urbana.

Em 2001, um estudo⁷⁶ socioeconómico, realizado a pedido da Câmara Municipal do Porto, demonstrou que 20.000 pessoas continuavam a habitar em edifícios no interior dos lotes. Apesar duma população envelhecida, o inquérito conclui que a maioria dos habitantes pretende a reabilitação das casas e não o realojamento.

“As pessoas estão ligadas afectivamente ao seu lar, gostariam de o melhorar. Os apoios que já tiveram, no passado, parecem agora só ter como proposta a demolição. Ora, este património do Porto, o construído e o humano, merece um outro olhar. Um olhar de respeito e bom senso.”⁷⁷

Os conjuntos habitacionais no interior do quarteirão, ainda que menos sobrelotados, continuam a necessitar de uma estratégia de intervenção habilidosa e que, cooperativamente, corresponda aos interesses tanto dos moradores como do Município. *“Ao esconder as ilhas, ao destruí-las, ao criar novas, ao querer que as existentes se integrem no Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), as intervenções parecem ter contribuído para uma certa discriminação a qual, por sua vez, poderá consolidar e perpetuar a baixa qualidade de vida destas pessoas. Ou seja, poder-se-á dizer que se está perante um círculo vicioso pautado pelo facto de se considerar este tipo de habitação um problema que urge resolver e não um tipo de habitação que exige reabilitação porque, finalmente, mesmo uma observação menos atenta, revela a presença de espaços desejados por alguns residentes da cidade, como memória e tradição, que pode ser alternativo a outras formas de ocupação, fazendo parte da história da cidade.”⁷⁸*

⁷⁶ [27] PIMENTA, Manuel; *“As ilhas do Porto: estudo socioeconómico”* / Manuel Pimenta... [et al.]. - Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001.

⁷⁷ [49] J.A. 205. *“A Questão do Alojamento 2”*. Março-Abril. 2002; p.45.

⁷⁸ [40] WELLENKAMP, Margarida; *“Ilhas”* / coord. Margarida Wellenkamp, Luis Pisco. - Porto: Panmixia, 2004; p.38.



fig.39 [06]
Área de S. Victor; “Planta da cidade do Porto”, por George Balck; 1813.



fig.40 [06]
Área de S. Victor; “Plano da Cidade do Porto” por José Francisco de Paiva; anterior a 1824.

CARACTERIZAÇÃO DO QUARTEIRÃO

“A área de S. Victor, situada na zona oriental da cidade, era uma das mais importantes concentrações de ilhas da cidade do Porto e uma das primeiras, se não mesmo a primeira, onde se verificou a construção deste tipo de habitação.”⁷⁹

O quarteirão onde se situa o objecto de estudo da presente dissertação localiza-se na freguesia do Bonfim. A sua configuração morfológica é circunscrita pela Rua de S. Victor a Norte; Rua Gomes de Freire a Sul; Travessa de S. Victor a Nascente e Praça da Alegria a Poente. Os arruamentos e espaços públicos envolventes apresentam, nos limites Norte/Sul, pendentes relativamente suaves, ao contrário dos limites Nascente/Poente que, pela sua acentuada inclinação, revelam um quarteirão ajustado à topografia irregular do terreno. Com uma elevada taxa de ocupação do solo, o quarteirão compreende um programa destinado sobretudo à habitação, contendo em pontos excepcionais comércio e outro tipo de serviços de apoio à comunidade local. O loteamento parcelar do solo urbano na área de S. Victor contribuiu para a proliferação da habitação operária, que, ocupando a maioria dos lotes, acentuou o crescimento demográfico e a diferenciação entre classes sociais.

A actual morfologia resultou da abertura da Rua de S. Victor que, em 1818, viria a atravessar a Quinta da Fraga, periférica à cidade. A intervenção urbanística desencadeou, logo no início do século XIX, o desenvolvimento de toda a área circundante. A cartografia oitocentista da cidade do Porto permite, por um processo de comparação, traçar um quadro daquilo que foi o desenvolvimento urbano da zona de S. Victor. Assim sendo, e segundo a Planta Redonda de George Balck de 1813, a área em estudo apresentava-se como uma quinta unitária, delineada somente a Sul pela então Rua de Wellesley, actual Rua Gomes de Freire. A edificação era quase nula, sendo os primeiros edifícios a fomentar o quarteirão implantados a Poente, desencadeando logo, na segunda década de oitocentos, a frente urbana da Praça da Alegria. O plano da cidade do Porto, anterior a 1824, executado por José Francisco de Paiva, previa a ocupação de todas as frentes de rua. A morfologia final do quarteirão era semelhante à que hoje se pode encontrar. A Rua de S. Victor aparece como um elemento estruturador do ordenamento do território, possibilitando a ligação Nascente/Poente, entre a Praça de S. Lázaro e o Largo do Paço Episcopal. O arruamento delimitou o quarteirão a Norte, dinamizando, logo nos primeiros anos após a sua execução, o desenvolvimento da frente urbana.

⁷⁹ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.235.

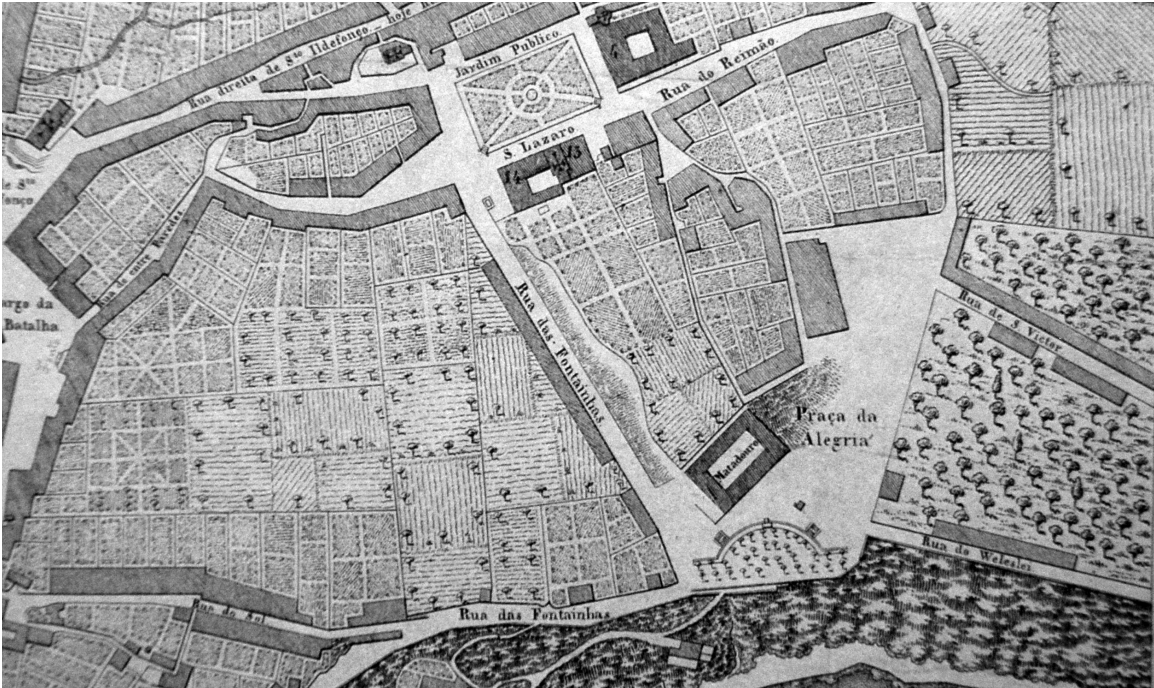


fig.41 [06]
 Área de S. Victor; “Planta Topográfica da Cidade do Porto” por Joaquim da Costa Paiva; 1839.

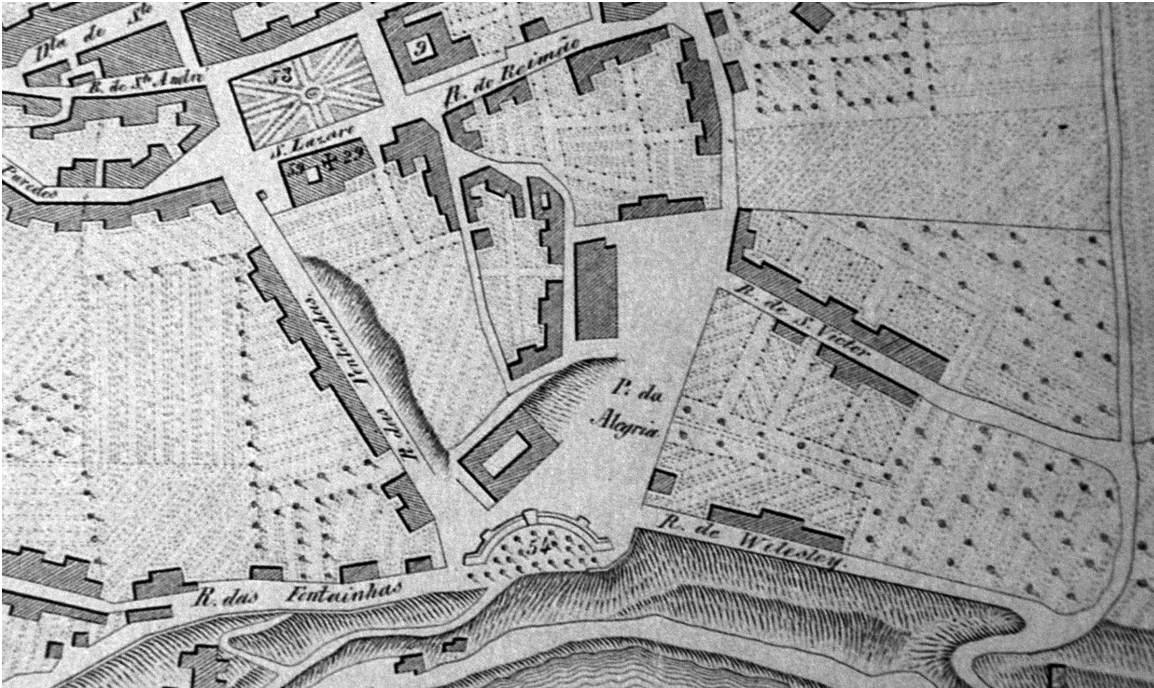


fig.42 [06]
 Área de S. Victor; “Planta da cidade do Porto contendo o Palácio de Christal, nova Alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844” por F. Perry Vidal; publicada em 1865.

A planta topográfica, executada em 1839 por Joaquim da Costa Lima, descreve os primeiros indícios de urbanização. A frente Norte da Rua de S. Victor encontra-se na sua totalidade edificada, sendo a frente Sul parcelarmente ocupada por dois blocos de edifícios. A Poente do quarteirão, a construção continua estagnada, enquanto que a Sul, na Rua de Wellesley, começam a surgir as primeiras edificações.

Por comparação, o plano de consolidação da frente urbana do quarteirão, representado na cartografia de Frederico Perry Vidal realizada em 1844, não projecta grandes alterações. No entanto, é proposto um atravessamento no sentido Poente/Nascente que divide o quarteirão em duas partes.

Numa primeira fase, o processo de urbanização dos terrenos na Rua de Victor, resultou no aforamento de lotes da propriedade privada, da qual o sargento-mor do exército, Alexandre José da Costa, era proprietário.⁸⁰ Com o objectivo de arrendar o terreno para a construção de habitação, o emprazamento da quinta gerou um processo de urbanização definido por premissas contratuais. Os “ (...) *terrenos na Estrada que ficam no meio da Quinta, e que estão convencionados em quatro mil e oitocentos Reys de penção anual por cada terreno em dinheiro metal, e cada terreno consta de vinte e cinco palmos de largo, na frente da Rua que vai abrir-se com o fundo equivalente á direcção da Rua, com todas as condições regulares dos mesmos Prazos que se tem feito na mesma Quinta.*”⁸¹

Com potencialidades para oferecer as condições necessárias à fixação da classe burguesa, a área de S. Victor rapidamente englobou os primeiros anéis periféricos do desenvolvimento expansivo do centro da cidade. A fixação de estabelecimentos e empresas industriais na freguesia do Bonfim modificaram o estatuto da zona, contribuindo para a inevitável consolidação do território que se foi completando com a casa burguesa de frente de rua e a habitação operária no interior do lote.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura do quarteirão sofreu um processo de transformação. A rede viária, inicialmente apontada na cartografia de 1844, foi ocupada por edifícios de habitação operária, criando um quarteirão denso sem atravessamentos longitudinais ou transversais. Desta forma, os caminhos e vielas outrora arborizados foram substituídos por lotes com corredores fechados sobre si, promovendo percursos internos sem saída. “A urbanização de S. Victor seguiu, assim, um padrão semelhante ao de outros desenvolvimentos urbanos do século XIX no Porto: um proprietário directo, neste caso um particular; alguns grandes enfiteutas, comerciantes ou investidores cuja principal fonte de rendimento era a especulação imobiliária, que dividiam os terrenos em pequenos lotes e os subemprazavam; e, finalmente, pequenos subenfiteutas, na sua maior parte membros de pequena burguesia ou das classes médias baixas, que se dedicavam, estes sim, à construção de habitação.”⁸²

⁸⁰ Segundo o autor Manuel Teixeira, “A propriedade pertencia a Alexandre José da Costa, sargento-mor do exército. Nos primeiros anos do século XIX, Alexandre José da Costa iniciou a urbanização desta propriedade, arrendando vários lotes de terreno para construção de habitação a diferentes pessoas. O primeiro aforamento de um lote desta propriedade foi feita em 1805 a um certo Raimundo José Canário, cuja profissão não foi registada. O contrato dizia respeito a um lote de terreno com 50 palmos (11 metros) de largura e 200 palmos (44 metros) de comprimento, e arrenda anual foi fixada em 12\$800 réis. De acordo com os termos do contrato, Raimundo Canário comprometa-se a construir a sua própria residência no prazo de dois anos; se tal não acontece-se, o contrato podia ser anulado e o lote aforado a outra pessoa.” [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto”/ Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa : F.C.G., 1996; p.235/6.

⁸¹ Ibid. p.236/7

⁸² Ibid. p.238.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DA CIDADE DO PORTO 1890, 1900 e 1911						
FREGUESIAS	1890		1900		1911	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Massarelos	7 238	4,9	7 586	4,6	7 613	4,0
Cedofeita	22 677	85,3	25 999	15,5	30 792	16,0
Sto. Ildefonso	19 948	13,6	21 827	13,2	23 918	12,5
Bonfim	22 512	15,4	26 395	15,9	31 493	16,4
	72 375	49,4	81 807	49,7	93 816	48,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1890, 1900 e 1911;

fig.43 [62]
Quadro do Instituto Nacional de Estatística realizado para o Recenseamento Gerais da População de 1890, 1900 e 1911.



fig.44 [67]
Morfologia e localização do Quarteirão em estudo.

O facto de o Porto constituir um importante ponto de chegada e fixação directa das populações emigrantes, provocou um irregular acréscimo demográfico na cidade. A descentralização dos postos de trabalho e da procura de habitação provocou, na freguesia periférica do Bonfim, um considerável aumento populacional. Segundo o quadro do Instituto Nacional de Estatística, realizado para os *Recenseamentos Gerais da População de 1890, 1900 e 1911*, verifica-se um aumento de quase 9 000 habitantes em cerca de vinte anos. No último recenseamento, realizado em 2001, habitam na freguesia do Bonfim cerca de 28 500 habitantes, perfazendo uma média de 9 300 hab. /Km², menos mil que em 1911. A alta densidade habitacional que a freguesia desenvolveu ao longo dos anos, provocou alterações significativas na imagem e organização do quarteirão em S. Victor, tanto a nível social e económico, como em termos formais e funcionais.

Os setenta e seis edifícios de frente de rua, que constituem o quarteirão, apresentam, na sua maioria, uma tipologia típica dos edifícios burgueses do final do século XIX, ainda que actualmente poucos preservem o seu traçado original. As alterações decorrentes do aumento do número de pisos são as mais comuns, podendo ainda observar-se alterações a nível da estrutura, distribuição e organização do espaço interno. Em alguns casos, o edifício é substituído na íntegra por outro mais recente de três ou mais andares, contribuindo para a alteração e descaracterização da linguagem e volumetria original do quarteirão. A maioria dos edifícios encontra-se num estado de degradação avançado.

Quanto ao edificado no interior do logradouro apresenta, à semelhança dos primeiros, graves carências construtivas. A elevada taxa de ocupação do solo, assim como a acentuada topografia, que inviabiliza em muitos casos a instalação de infra-estruturas de saneamento, contribuíram para uma imagem insalubre e pouco adaptada às necessidades contemporâneas.

A reduzida área coberta destinada às habitações ocasiona, quase sempre, a ocupação de todo o espaço aberto, impermeabilizando, desta forma, a maior parte do terreno. Estas construções adicionais, que resultam do aumento do espaço de residência, têm por objectivo a instalação da cozinha e casa de banho individual, o que, consequentemente, contribui para a carência de ventilação e luz natural. São construções improvisadas pelos moradores que, empregando materiais de baixo custo e sistemas construtivos artesanais, acentuam o carácter insalubre de todo o conjunto edificado.

Actualmente, a falta de manutenção do edificado, quer ele se situe à face da rua ou no interior do lote, manifesta-se visivelmente através dos prédios devolutos e da constante degradação das fachadas que, sistematicamente, apresentam indícios de abandono e deterioração.



fig.45 [67]
Morfologia e localização do lote em estudo.



fig.46 [imagem de autor]
Fachada do lote n. 113 e respectiva envolvente.

CARACTERIZAÇÃO DO LOTE N.º 113

*“Do rigor do arquitecto só pode resultar demarcação da caótica estimulante transformação clandestina”.*⁸³

De morfologia característica da cidade oitocentista, o edificado do lote n.º 113 localiza-se a Norte do quarteirão, com frente para a Rua de S. Victor.

O seu limite Nascente é constituído por um lote totalmente edificado, tanto na sua largura como no seu comprimento. O edifício de frente de rua, com rés-do-chão e primeiro andar, sofreu profundas alterações na sua estrutura e distribuição interna. A fachada permaneceu praticamente intacta, contendo elementos arquitectónicos que situam a sua construção em finais do século XIX. Quanto às habitações edificadas no interior, são na maioria de dois pisos, variando para um só piso nas construções efectuadas sobre o espaço aberto dos pátios. O acesso é realizado pelo lote vizinho a Nascente, formando assim uma tipologia construída em duas parcelas de terreno com um corredor central de distribuição para ambas.

O limite Poente apresenta um edificado que sofreu profundas alterações, tanto a nível morfológico como tipológico. O facto de se tratar de um edifício de habitação com rés-do-chão, primeiro e segundo andar, construído na segunda metade do século XX, adulterou toda a lógica do parcelamento regular do solo, uma vez que absorveu parte integrante de outros lotes para construção de uma garagem de apoio à comunidade local. Este é um caso típico das intervenções ocorridas no quarteirão que alteram a malha original assim como a linguagem e escala das fachadas.

Por sua vez, o limite a Sul é configurado por um terreno livre sem qualquer tipo de construção. O edifício de habitação ao qual corresponde o respectivo logradouro contém três pisos e remonta à segunda metade do século XIX, fazendo frente urbana para a Rua Gomes de Freire.

A realidade intrínseca da envolvente reflecte características que, de uma forma ou de outra, descrevem aspectos formais e funcionais do edificado em estudo. Correspondendo às premissas contratuais do plano regulador da Rua de S. Victor, o lote tem uma frente de 5,5 metros e um comprimento de 60 metros. Com um acesso directo à rua, o conjunto de edifícios implanta-se em banda ao longo do lote numa modelação formal de quatro por quatro metros, correspondendo à tipologia básica da habitação operária. A primeira alusão documental data de 1860, quando *“o foreiro do lote, António Monteiro Cantarino, pedia autorização para construir uma casa de um só piso.”*⁸⁴ No requerimento apresentado à Câmara Municipal neste mesmo ano, o desenho da fachada menciona numa das três portas a *“entrada p^a hum quintal ou ilha”*. Essa referência acaba por ter um carácter peculiar, na medida em que revela a posição permissiva das entidades camarárias em relação à construção das habitações no interior do lote. A sua existência denuncia que a construção da casa à face da rua e as procedentes no interior eram contemporâneas. *“Em 1877, a*

⁸³ [08] CASTANHEIRA, Carlos; “As cidades de Álvaro Siza” / ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa: Figueirinhas, 2001.

⁸⁴ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; *“Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto”* / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.242.



fig.47 [38] p.264
Vista Geral da rua de S. Victor.



fig.48 [38] p.270
Fachada do lote n.º 113.

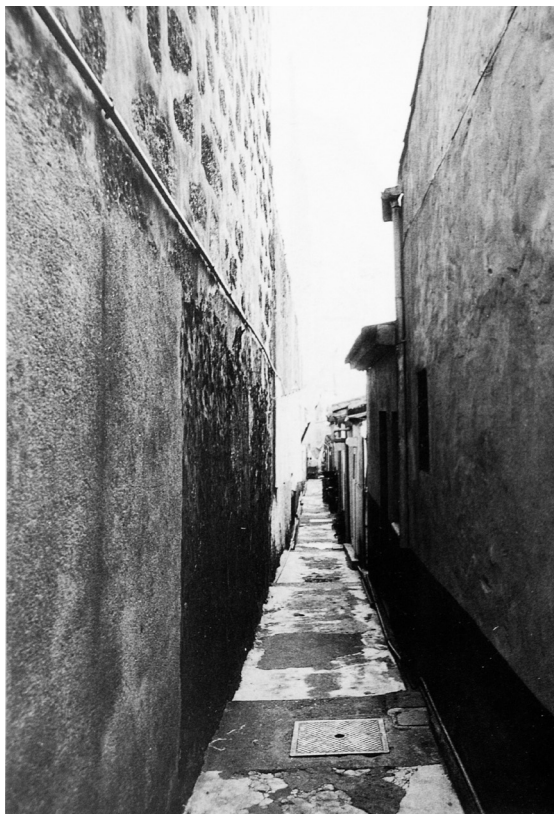


fig.49 [38] p.271
Vista do interior do corredor no sentido Sul.

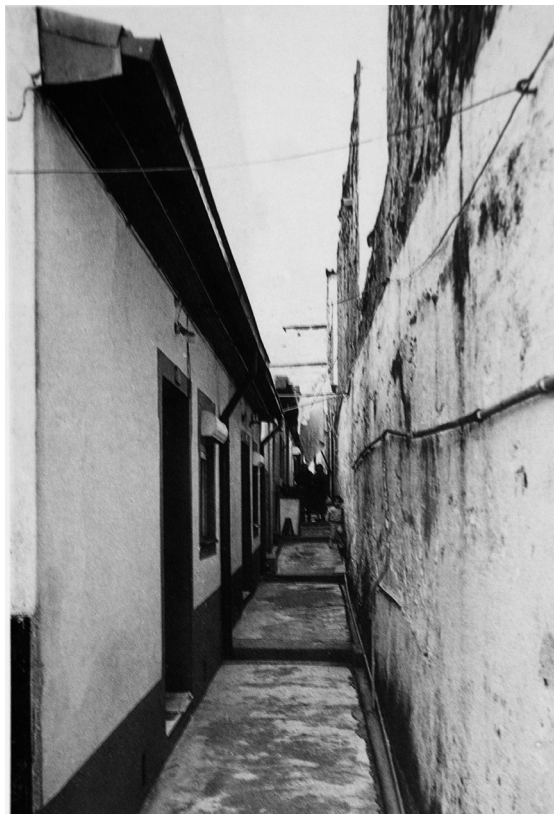


fig.50 [38] p.272
Vista do interior do corredor no sentido Norte.

propriedade era descrita como uma ilha composta por treze casas, uma com frente para a rua e doze outras no interior do lote.”⁸⁵

Ao contrário do que acontece em outros casos, onde as habitações no interior do lote surgem como uma justaposição tardia à construção do edifício de habitação burguês, a casa de rés-do-chão de frente de rua evidencia e clarifica o objectivo do proprietário em rentabilizar o terreno, cedendo-o para alojar as classes operárias, que vinham progressivamente a instalar-se na área de S. Victor.

A construção realizou-se utilizando na organização espacial do lote uma matriz de tipologia simples e economicamente acessível, tanto na utilização dos materiais como na selecção dos sistemas construtivos. O edificado implantou-se ao longo da estreita parcela de terreno, através de uma fila de pequenas casas de um único piso construídas lado a lado, sem qualquer tipo de pátios ou espaços abertos. O acesso às habitações é efectuado por um corredor que, ocupando todo o comprimento do lote, possibilita o acesso a um conjunto de latrinas comuns colocadas no seguimento dos quatro primeiros edifícios.

O conjunto do edificado constitui na sua totalidade uma construção de baixo custo e de fraca qualidade. A sobrelotação do espaço de habitar, associado à degradação do edificado proporcionou factores compatíveis para a propagação de problemas de saúde e higiene. As poucas condições de vida oferecidas aos moradores durante o século XIX, originaram focos de doença, sendo a tuberculose a principal causa da alta taxa de mortalidade registada na Rua de S. Victor.

A constante degradação dos edifícios foi registada por António Ferreira Lemos quando, em 1914, realizou um inquérito a catorze “ilhas”, do qual consta o edificado do lote em estudo. Esse documento, descreve as principais patologias construtivas, como uma das principais causas das deploráveis condições de habitabilidade: “ (...) *paredes exteriores de pedra mal rebocadas, telhados deteriorados com telhas partidas, portas e janelas a apodrecer, algerozes a cair.*”⁸⁶ Com uma área de 16 m², a organização interior de cada habitação acabava por se adaptar ao espaço existente, “*uma sala de estar, com cerca de metade da área total da habitação, ocupava toda a frente da casa; era para esta divisão que davam a porta e janela única de cada habitação. A metade do restante espaço, na parte de trás da casa, era ocupada por uma cozinha e por um pequeno quarto, que uns tabiques de madeira, sem portas, mal separavam um do outro e da divisão principal.*”⁸⁷

Estas pequenas habitações, que se foram mostrando exíguas e insalubres, poucos anos após a sua construção, alojavam famílias compostas por dois a cinco elementos. Em 1914, viviam nestes 12 edifícios, 42 pessoas, o que perfaz uma média de 3,5 pessoas por cada casa, sendo a área de pavimento útil de 4,5 m² para cada morador.

⁸⁵ [38] TEIXEIRA, Manuel C. ; “*Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa : F.C.G., 1996; p.242.

⁸⁶ Ibid. p.248.

⁸⁷ Ibid. p.249.

N.º 113 DA RUA DE S. VICTOR – INQUÉRITO DE 1914					
Casa n.º	Agregado Familiar	Tempo de Residência (em anos)	Profissão	Salário Diário	Renda Mensal
1	Casal, 2 Filhos	10	Sapateiro	-	1\$00
2	Casal	5	Músicos Ambulantes	-	1\$00
3	Casal	5	Serviçais	-	1\$00
4	Mãe, 3 Filhos	9	-	-	1\$00
5	Casal	7	Pintor	-	1\$00
6	Casal, 1 Filho, 1 Rapaz	8	Sapateiros	\$30	1\$00
7	Casal, 2 Filhos, 1 Mulher	7	Picheleiro	-	1\$00
8	Casal	4	Tecelão	-	1\$00
9	Casal, 3 Filhos	2	Marceneiro	\$40	1\$00
10	Mãe, 1 Filha	6	Carrejona	-	1\$00
11	Casal, 3 Filhos	7	Marceneiro	\$60	1\$00
12	Casal, 3 Filhos	12	Carreção	-	1\$00

António Gomes Ferreira Lemos; Contribuição para o Estudo da Higiene do Porto – Ilhas; p.75

fig.51 [38] p.252
Inquérito realizado por António Gomes Ferreira; 1914.

N.º 113 DA RUA DE S. VICTOR – INQUÉRITO DE 1939				
Casa n.º	Agregado Familiar	Profissão	Salário Mensal	Renda Mensal
1	Casal, 2 Filhos	Vendedor Ambulante	180\$00	45\$00
2	Mulher	Carrejona	60\$00	15\$00
3	Casal	Ourives de Prata	260\$00	20\$00
4	Casal	Padeiro/Padeira	200\$00/40\$00	15\$00
5	Casal, 1 Sobrinho, 3 Afilhados	Padeiro/Empregada de Fabrica	240\$00/300\$00	50\$00
6	2 Mulheres, 2 Filhas	-	-	15\$00
7	Casal, 2 Filhos	Trabalhador	200\$00	30\$00
8	Casal	Cobrador	300\$00	15\$00
9	Casal, 2 Filhos	Padeiro	300\$00	50\$00
10	Casal, 2 Filhos	Padeiro/Padeira	240\$00/40\$00	50\$00
11	Casal, 1 Filha	Trabalhador/Costureira	- /64\$00	15\$00
12	Mulher, 1 Sobrinha	-	-	15\$00

Câmara Municipal do Porto, Inquérito às ilhas, 1939, inquérito n.º 70, n.º 113 da Rua de S. Vítor.

fig.52 [38] p.254
Inquérito realizado pela Câmara Municipal do Porto; 1939.

Vinte e cinco anos depois, no inquérito de 1939 realizado por entidades camarárias, pouco ou nada tinha sido realizado para melhorar as condições de habitabilidade, “ (...) *se alguma coisa havia a assinalar, era a aceleração do processo de decadência, pois casas, mal construídas, envelheciam rapidamente.*”⁸⁸

Por comparação ao estudo efectuado em 1914, habitavam, no total das doze casas, 38 moradores. Ainda que reduzido em quatro habitantes, a média de ocupação varia entre as 2 e 5 pessoas por cada casa, sendo a área de pavimento útil na ordem dos 5 m² para cada morador.

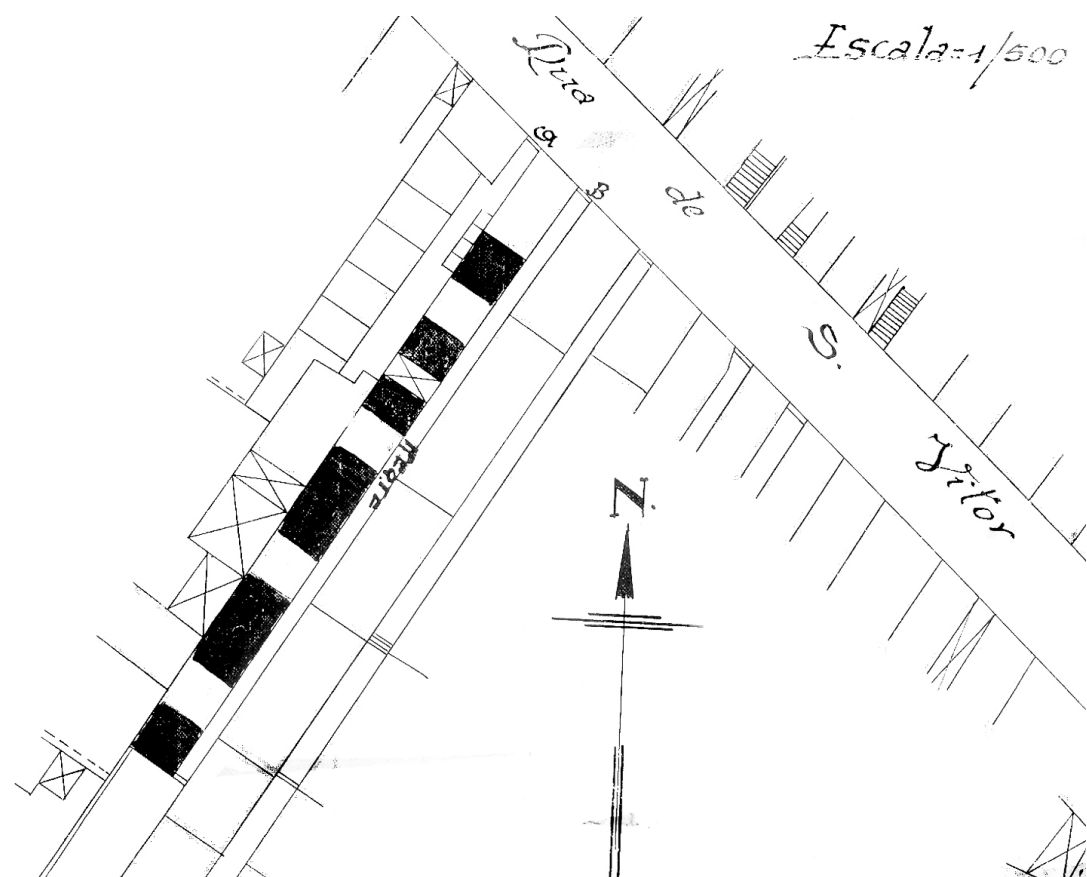
O *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, publicado no ano de 1903, acabou por demonstrar grande eficácia, não só para a construção do novo edificado que constituía a expansão e densificação da cidade, como para a recuperação de edifícios já existentes. O artigo 67.º do capítulo III descreve; “*Tanto os grupos condenados por insalubres, mesquinhos e insusceptíveis de melhoria, como aqueles cujos donos não queiram ou não possam melhorá-los, serão irremissivelmente fechados, podendo a municipalidade competente proceder a respeito delles* (...)”⁸⁹

Face á necessidade de realizar obras de reabilitação do edificado existente, José Ramos Meira, proprietário do lote, requer à Câmara Municipal do Porto, em Outubro de 1942, “*Obras de Beneficiação*”, apresentando, segundo o artigo 56.º do capítulo III do *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, planta, alçado e corte. Aprovado a Novembro do mesmo ano, o projecto de recuperação englobava todo o edificado do lote, com excepção da casa de frente de rua. O requerimento tinha como objectivo, a reestruturação do espaço existente, no sentido de promover uma melhor qualidade construtiva em concordância com a legislação em vigor. As habitações sofrem profundas remodelações, assim como a estrutura e organização do espaço privado dos moradores. Procede-se à demolição de quatro habitações e, em prol da salubridade, abrem-se pátios que, juntamente com o corredor de acesso, representam 40% da área total do lote. O pátio, adquirindo as mesmas dimensões que a habitação, 16m² de área quadrangular, e numa lógica de repetição, configura a relação entre espaço cheio e vazio. Desta forma, a organização do lote, é realizada pela conjugação de dois módulos de habitação interrompidos por um módulo de pátio. Esta estrutura modular de 2+1 estende-se ao longo do lote, tendo como excepção a zona reservada aos sanitários comuns, que representa metade da área total do módulo.

As fachadas para o corredor de acesso, constituídas por um vão de porta e uma janela, não sofreram qualquer tipo de alterações, continuando a ter as mesmas características descritas no inquérito de 1914. Em contrapartida, as novas fachadas para os pátios apresentavam uma janela de guilhotina na parte posterior da habitação, com um vão sensivelmente de 1.00x0.80 m², providenciando a ventilação e luz natural ao quarto de dormir.

Quanto à distribuição interior de cada habitação, as alterações não foram propriamente significativas, mantendo-se a mesma lógica de sala, quarto e cozinha, e alterando-se, exclusivamente, os materiais das paredes divisórias, cobertura e pavimento, para além da construção de uma chaminé na cozinha. A sala,

⁸⁸ [38] **TEIXEIRA**, Manuel C. ; “*Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa: F.C.G., 1996; p.251.
⁸⁹ [61] **REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS**, nºs 103, 110, 111,112, 113 E 115, de 1 de Agosto a 1 de Dezembro De 1903.



que compreendia 50% do espaço de habitar, era também espaço de recepção, podendo tomar vários usos mediante as necessidades de cada família. A cozinha e o quarto de dormir, situados posteriormente a esta, complementavam respectivamente os restantes 20% e 30% da superfície útil do edifício. Os três compartimentos, com um pé direito constante de 2.20 m, eram divididos por paredes maciças de 0.10 m que, na ausência de portas, comunicavam livremente entre si.

Os pátios exteriores, divididos em duas parcelas de 8 m² por um muro com cerca de 1.20 m de altura, complementavam o espaço inteiro das habitações, sendo o seu usufruto destinado aos moradores dos edifícios que o circundavam.

Desta forma, o investimento das obras de beneficiação travou, inicialmente, problemas de salubridade associados a este conjunto habitacional. A reduzida qualidade dos materiais e sistemas construtivos, acrescida da falta de manutenção, constituíram os principais factores que, associados às reconstruções arbitrárias dos pátios (por parte de moradores e sucessivos proprietários), conduziram à aceleração do processo de degradação e deterioração de todo o edificado.

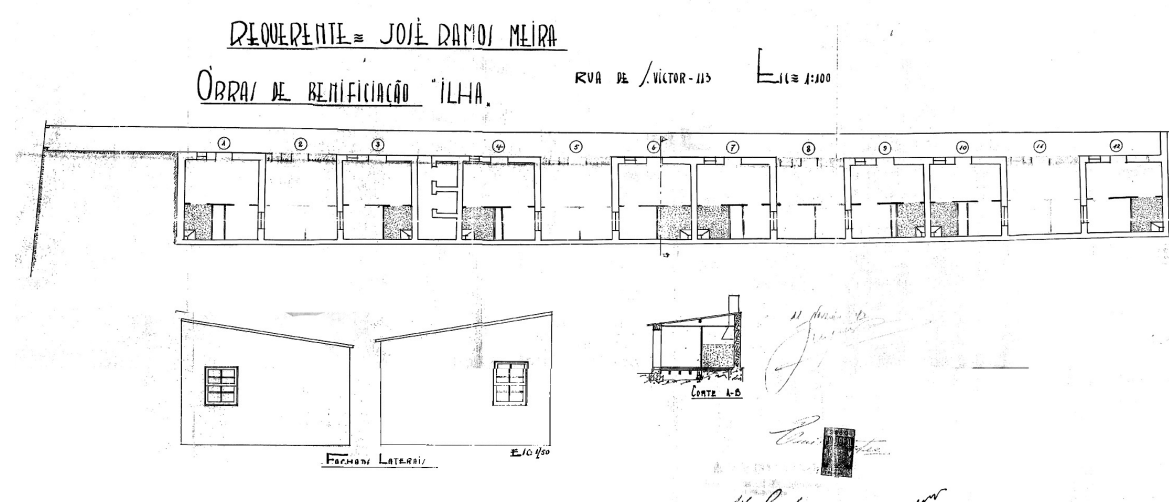


fig.53
Pedido para a realização das "Obras de Beneficiação" para o lote n.º 113; 1942.



fig.54 [imagem de autor]
Estado de conservação do edificado existente.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS / DEGRADAÇÕES E DANOS OBSERVADOS

“A casa é o abrigo. A coisa principal da casa é o telhado e a chaminé. Dentro somos independentes ou quase. Estamos protegidos da cidade e do mundo inteiro.”⁹⁰

Convertido numa ruína de memórias com 150 anos, todo o edificado encontra-se devoluto e bastante degradado. Actualmente, o conjunto habitacional encontra-se descaracterizado, a nível formal e funcional, em comparação com o projecto das obras de beneficiação requerido em 1942.

O edifício à face da rua, construído na segunda metade do século XIX, de carácter comercial, servia uma oficina de fundição de prata. Define-se com um tipo de construção tradicional de alvenaria de granito, em todas as suas paredes exteriores. A cobertura inclinada, de duas águas, é revestida por telha cerâmica tipo Marselha, que assenta numa estrutura de madeira em precário estado de conservação. Os remates com as paredes exteriores apresentam ligeiras deformações que provocam infiltrações um pouco por toda a extensão da cobertura. A fachada, de 5.50 m de largura por 3.95 m de altura, é revestida a azulejo cerâmico na sua totalidade, com excepção do lambril e do contorno dos vão e padieira que são rebocados e pintados. Constituídos por uma caixilharia de madeira, os dois vãos de porta, de 1.20x2.00 m², providenciam o acesso ao edifício, enquanto que o terceiro, com a mesma dimensão, apresenta uma caixilharia de perfis de ferro e permite aceder directamente ao corredor.

Quanto ao seu interior, este encontra-se dividido em dois espaços. O primeiro, com uma área de aproximadamente 20 m², funcionava como local de trabalho e posto de comércio. A sua iluminação e ventilação advêm das duas portas para a rua, assim como de uma pequena clarabóia situada na zona posterior. Na parede lateral encontra-se um vão encerrado que providenciava um acesso independente ao corredor interno. O segundo espaço, com 5 m², servia de arrumos, ao mesmo tempo que fornecia o acesso a um pequeno W.C. com lavatório e sanita. A comunicação entre estas duas áreas é realizada por um vão com uma porta de madeira que encerra ambos os espaços. Actualmente, todo edifício comunica com a primeira habitação do lote através de uma abertura na parede tardoiz, o que possibilitou a extensão do espaço de trabalho da oficina.

As habitações, individualmente, foram sofrendo intervenções em resposta às necessidades dos seus moradores. Todavia, estas adaptações não alteram o desenho padrão da habitação, referente ao plano de 1942, mas sim o seu programa, devido à extensão do espaço habitar para área dos pátios.

O interior das habitações é dividido em três espaços. O primeiro é reservado à sala, com uma dimensão aproximada de 4.00x2.00 m², que comunica directamente com os dois espaços posteriores através de dois vãos de porta com uma dimensão de 0.80x2.00 m². A cozinha, com dimensões sensivelmente na ordem de 1.50x2.00 m², tem iluminação natural providenciada por uma pequena clarabóia de telha de vidro. A

⁹⁰ [35] SIZA, Vieira, Álvaro, “01 textos” / Álvaro Siza; editor Carlos Campos Morais. - Porto: Civilização ed., 2009; p.349.



fig.55 [imagem de autor]
Degradação e danos observados no interior das habitações.

ventilação é efectuada através de uma chaminé de extracção natural de fumo e cheiros. Por sua vez, o quarto de dormir, ligeiramente mais amplo do que a cozinha, com $2.50 \times 2.00 \text{ m}^2$, em caso algum tem luz ou ventilação natural, na medida que o vão de janela, anteriormente aberto para o pátio, foi encerrado ou orientado para outra divisão. As paredes interiores são, regra geral, em betão areado, rebocado e pintado, tendo uma espessura de 0.10 m. No espaço da sala e do quarto o revestimento das paredes é, em alguns casos, a papel de parede, enquanto que na zona de cozinha é sempre finalizado por um revestimento cerâmico. Os tectos são planos e, regra geral, de madeira. Por vezes são colocados tectos falsos em estuque, pladur, ou mesmo MDF, como forma de encobrir os danos e degradações resultantes do envelhecimento das coberturas.

As ampliações do edificado, realizadas na área dos pátios, não obedecem a qualquer padrão, podendo adquirir várias formas e usos. Com uma dimensão de $2.00 \times 4.00 \text{ m}^2$, são normalmente utilizadas para a extensão do espaço útil, podendo conter uma cozinha e um quarto de banho, ou simplesmente cozinha, ou ainda quarto de dormir e arrumos. Em duas situações, estes espaços são inteiramente autónomos da habitação, contendo funções pouco legíveis.

A cobertura, de uma só água, é revestida a telha tipo Marselha e assenta numa precária estrutura de madeira. Apresenta uma pendente de 30% para o interior do lote, sendo rematada por uma caleira.

A fachada lateral sofreu bastantes alterações, consoante as necessidades de cada morador. Assim, a parede de alvenaria de granito, com 0.20 m de espessura, tem um comprimento aproximado de 4.00 m e uma altura que varia mediante a cota do chão, entre os 4.00 m e 3.00 m no ponto mais alto e 2.00 m a 2.50 m no ponto mais baixo. Dispõe de dois vãos de janela, com uma dimensão média de $1.00 \times 1.00 \text{ m}^2$ e $0.60 \times 1.00 \text{ m}^2$, estando o vão mais estreito situado na zona mais próxima do corredor.

A fachada para o corredor, com sensivelmente 4.00 m de comprimento e 2.50 m de altura, é constituída por uma parede de alvenaria de granito, com 0.30 m de espessura, rebocada e pintada. Ostenta um vão de janela e porta com uma dimensão média de $0.70 \times 1.00 \text{ m}^2$ e $0.90 \times 2.00 \text{ m}^2$, respectivamente.

As paredes que constituem a fachada lateral e frontal são de granito aparelhado, travando-se entre si nos cunhais. Quanto à parede de tardo das habitações, muro de divisão do lote, de alvenaria de granito tosco e, 0.50 m mais alto que a cobertura, pressupõe uma existência anterior à construção do edificado, uma vez que não trava as paredes laterais.

As caixilharias são de madeira, com uma ou duas folhas, tendo sido pontualmente substituídas por perfis de alumínio. Verifica-se inclusive a existência de diversos estores em PVC, colocados pelo exterior.

Por sua vez, o corredor de acesso encontra-se em grande parte coberto, na extensão das fachadas das habitações. Com cerca de 60.00 m de comprimento e uma largura constante de 1.40 m, é dividido em treze patamares com um comprimento médio de 4.00 m, associando-se desta forma à estrutura modular do edificado. A cada habitação ou pátio corresponde um patamar, sendo a mudança de cota realizada no fim de cada um deles. A inclinação da pendente total do corredor situa-se na ordem do 6.5%, o que acentua visualmente a empena do lote vizinho.

Relativamente às infra-estruturas; redes de águas, saneamento e electricidade; são na sua maioria muito



antigas, instaladas de forma desorganizada e em mau estado de conservação, encontrando-se, actualmente, com grandes carências e deficiências, principalmente a rede de saneamento. Os sanitários comuns estão ligados à rede doméstica de colectores, enquanto que os sanitários privados, construídos posteriormente, encontram-se ligados a uma fossa séptica, na extremidade sul do lote, devido à pendente do terreno.

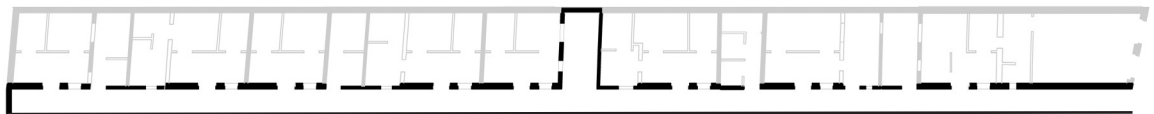
Em síntese, da análise realizada ao edificado existente, conclui-se que a totalidade dos edifícios está em mau estado de conservação, necessitando de intervenções profundas em todos os elementos construtivos: fachadas, coberturas, pavimentos e caixilharias. Importa também salientar a necessidade de demolir as ampliações que ocupam os pátios, a fim de permanecerem visíveis as fachadas laterais e de providenciar a ventilação e iluminação natural necessária ao conjunto dos edifícios.



fig.56 [imagem de autor]
Degradação e danos observados pelo exterior das habitações.



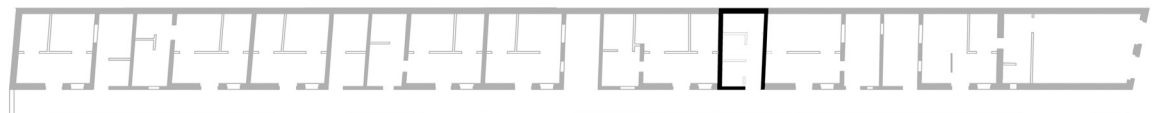
estrutura pré-existente / áreas interiores



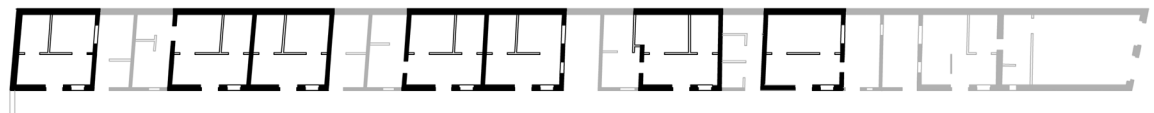
estrutura pré-existente / áreas exteriores



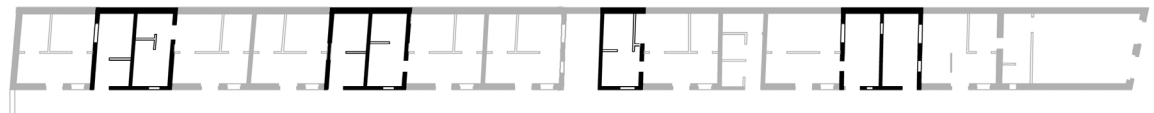
serviços / comércio;



infra-estruturas / sanitários;



habitação;



ampliações;

fig.57 [imagem de autor]
Estrutura pré-existente; distribuição de serviços.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

“Aos arquitectos compete, se tal for permitido, preservar património tanto como criá-lo; sempre assim aconteceu – com ou sem arquitectos.”⁹¹

A estratégia consiste na preservação da estrutura pré-existente. O facto do conjunto do edificado se encontrar em elevado estado de degradação, prevê-se a limpeza e remoção de paredes, estuques coberturas e pavimentos. Esta acção visa proporcionar uma melhor adaptação a novos sistemas construtivos e programas.

As construções sobre os pátios deverão ser suprimidas, a fim de desobstruir as fachadas laterais e providenciar uma maior área de permeabilidade do solo. O processo de remoção deverá incluir todas as estruturas anómalas; coberturas, infra-estruturas e objectos estranhos; dos pátios e corredor de acesso. Através de acções específicas e localizadas, prevê-se a recuperação formal de todo o edificado exterior, mantendo a mesma linguagem utilizada no projecto de 1942. Esta estratégia decorre da vontade de garantir que a recuperação do edificado do lote não entre em confronto directo com a actual legislação e regimes normativos (Decreto-Lei n.º 220/2008, Decreto-Lei n.º 163/2006, PDM, RGEU, RGMP). Desta forma, o processo interventivo exerce um impacto mínimo na estrutura e forma física dos edifícios, no sentido de direccionar a acção de recuperação para uma concordância legível com a lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, referente às “Obras de Escassa Relevância Urbanística”.⁹²

Esta opção deve-se essencialmente à necessidade de promover um espaço com qualidade, sem no entanto comprometer a nível burocrático a sua viabilidade funcional.

Assim sendo, sob o ponto de vista do processo construtivo, é necessário que as intervenções sejam coerentes entre si. Procedendo-se à interpretação das pré-existências com o intuito de respeitar, sempre que possível os sistemas construtivos, vamos assegurar que os novos elementos a empregar sejam compatíveis com os primeiros, permitindo a redução de custos e a obtenção de soluções mais sustentadas. Os sistemas de compartimentação devem integrar materiais que assegurem requisitos mínimos na

⁹¹ [35] **SIZA**, Vieira, Álvaro, “01 textos” / Álvaro Siza; editor Carlos Campos Morais. - Porto: Civilização ed., 2009; p.324.

⁹² **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 1.ª série – N.º 170 – 4 de Setembro de 2007; Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro; “Artigo n.º 2 [...] para efeitos do presente diploma, entende-se por: c) ‘Obras de reconstrução sem preservação das fachadas’ as obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas, da cêrcea e do número de pisos; Artigo 6.º Isenção de licença; 1 — Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: a) As obras de conservação; b) As obras de alteração no interior de edifícios ou suas fracções, à excepção dos imóveis classificados ou em vias de classificação, que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cêrceas, da forma das fachadas e da forma dos telhados;”

GRUPO TIPO	PATOLOGIAS	CAUSA	ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO
ESTRUTURA	fissuras em paredes exteriores e interiores	ausência/deficiente impermeabilização; ausência de manutenção periódica; desgaste dos materiais	manutenção e reparação das paredes estruturais; aplicação de sistemas construtivos compatíveis com a estrutura existente;
COBERTURA	deformação da cobertura / infiltrações / humidades	ausência/deficiente impermeabilização; ausência de manutenção periódica; degradação dos algerozes e tubos de queda; desgaste dos materiais	introdução de um sistema de cobertura com isolamento térmico; correcção das pendentes e alteração dos algerozes e tubos de queda;
FACHADAS	deterioração dos rebocos / fissuras	alteração deficiente das caixilharias originais; aberturas de novos vãos de porta e janela; introdução de estores de pvc pelo exterior do edifício;	limpeza de todos os objectos estranhos; introdução de caixilharia estanque; aplicação de um reboco com argamassas hidrófugas; Isolamento térmico pelo interior;
PAVIMENTOS	fissuras	alteração das cotas originais; instalação de infra_estruturas; introdução de novos materiais de pavimento; degradação dos materiais;	remoção do pavimento existente; colocação de infra_estruturas necessárias; Isolamento térmico;
PROJECTO 1942	deturpação da imagem do edifício	construção nos pátios; encerramento e abertura de vãos de porta e janela; introdução de infra-estruturas pelo exterior; introdução de coberturas aligeiradas sobre o corredor;	limpeza de todos os corpos estranhos; encerramento de vãos; correcção de todas as alterações realizadas pelo exterior depois do projecto de 1942;

fig.58 [imagem de autor]
Quadro síntese de patologias / estratégias.

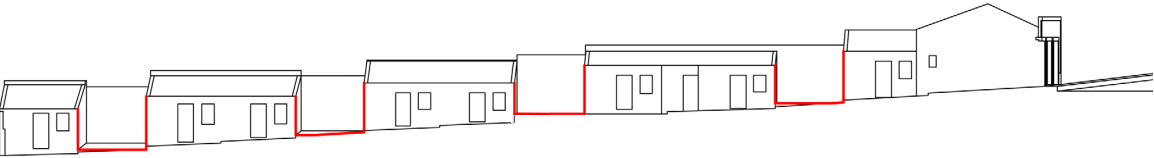
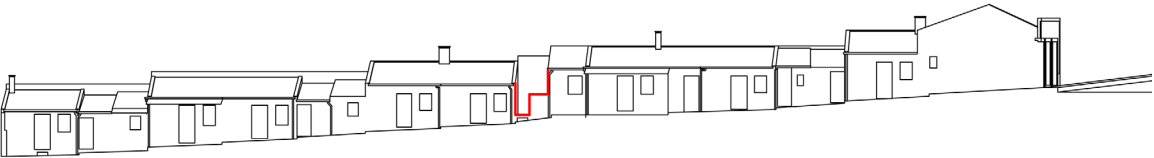


fig.59 [imagem de autor]
Estratégia de Intervenção; supressão da construção sobre os pátios.

segurança contra incêndios, assim como, um bom nível isolamento térmico e acústico.

No que diz respeito à segurança contra incêndios, é necessário prever um conjunto de medidas que reduza o risco de deflagração e de propagação do incêndio, facilite a evacuação em condições de segurança e, ainda, providencie as circunstâncias necessárias para o ataque ao fogo.

O conforto térmico, não pode ser dissociado da sustentabilidade da construção e da necessidade de poupança energética. Desta forma, as soluções a adoptar deverão privilegiar os sistemas passivos de conforto térmico, incentivando a redução das cargas térmicas de aquecimento através de bons níveis de isolamento. O reforço do isolamento das coberturas, por onde ocorrem as perdas mais significativas, a substituição de caixilharias antigas, de vidros simples, por caixilharias mais estanques, de vidros duplos, representam a estratégia a aplicar na resolução das anomalias térmicas encontradas no conjunto habitacional. É necessário não descurar a importância da ventilação como forma de diminuir a humidade relativa interior. As áreas interiores, onde há maior produção de vapor, devem ser convenientemente ventiladas e arejadas. Esta necessidade torna-se mais importante à medida que as caixilharias são mais estanques.

Em relação ao conforto acústico, pretende-se adoptar uma abordagem semelhante à referida anteriormente. Procura-se, a custo moderado, melhorar significativamente o isolamento entre os edifícios, recorrendo a materiais leves.

Relativamente ao cumprimento das principais condições de salubridade das instalações sanitárias, deve-se proceder ao guarnecimento apropriado destes espaços com os correspondentes sistemas de ventilação, abastecimento e escoamento de águas. Os acabamentos utilizados nos revestimentos devem ser laváveis, impermeáveis e resistentes.

A realização de novas instalações de infra-estruturas será igualmente equacionada e adaptada às necessidades vigentes. Uma das infra-estruturas que influência bastante a durabilidade e a ocorrência de anomalias é o sistema de drenagem de águas pluviais.

Por último, no que respeita à durabilidade e economia, prevê-se uma atitude muito pragmática de adopção de soluções e materiais que permitam alcançar os objectivos enunciados a custos aceitáveis e com a durabilidade adequada.

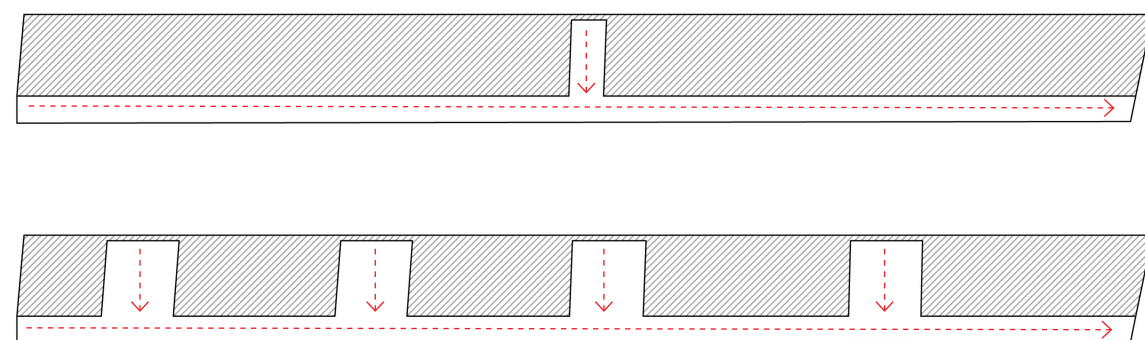


fig.60 [imagem de autor]
Percursos e acessibilidades; situação existente / proposta de intervenção.

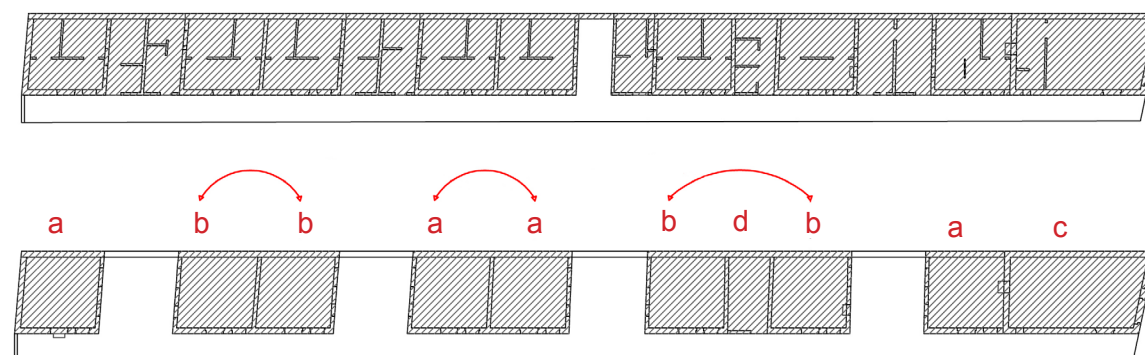


fig.61 [imagem de autor]
Espaço coberto; distribuição e localização de funções; a) atelier; b) residências; c) atelier de frente de rua; d) cozinha.

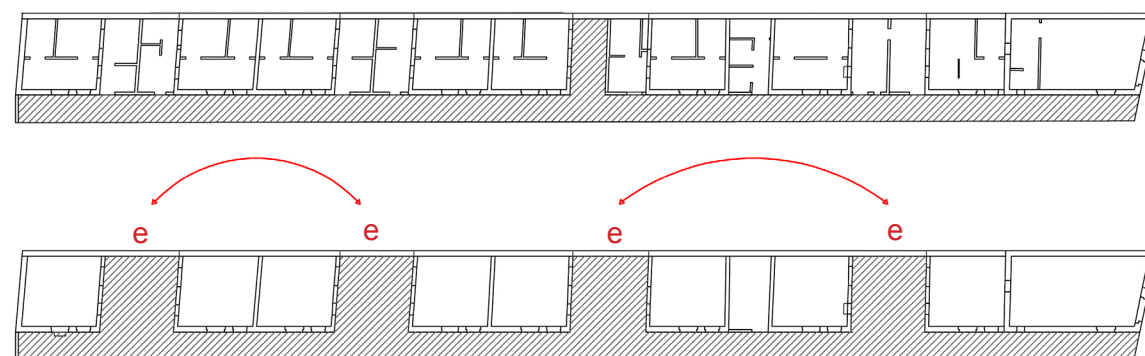


fig.62 [imagem de autor]
Espaço exterior; distribuição de acessos; e) pátios.

PROPOSTA

“Uma Proposta arquitectónica que tem como objectivo entrar a fundo nas tendências inovadoras existentes, nos conflitos e nas tensões que configuram a realidade; uma proposta que pretende refrescar algo mais do que uma materialização passiva, recusando a redução desta realidade, analisando todos os seus aspectos um por um; uma proposta deste tipo não pode encontrar apoio numa imagem fixa, não pode seguir uma evolução linear.”⁹³

No seguimento da análise efectuada ao edificado existente, a proposta de intervenção para o lote n.º 113 assenta num modelo de recuperação e requalificação que, garantindo a morfologia do conjunto habitacional, fixa um novo uso e programa.

O respectivo processo abrange todo o edificado do lote e utiliza como matriz o pedido de beneficiação requerido à Câmara Municipal do Porto em 1942. Procura-se exercer, pela prática do desenho, um novo entendimento destes edifícios, tanto na sua componente individual do espaço local, como na sua vertente colectiva do espaço urbano da cidade.

A prática de projecto permite uma relação indissociável entre o entendimento global do espaço físico e a consciência do processo evolutivo da tipologia em estudo. Utilizar a estrutura de implantação do edificado existente e assumir as características formais dos edifícios, ainda que a ocupação do espaço se altere, possibilita preservar a identidade do lugar.

Na necessidade de inverter os valores de precariedade e insalubridade, associados, tanto à morfologia do edificado, como ao contexto social e urbano que o envolve, assegura-se um programa específico que conteste a realidade do pré-conceito desta tipologia. Desta forma, extrai-se aos edifícios o seu uso enquanto habitação unifamiliar, e insere-se uma utilização multidisciplinar, que visa a interligação da produção cultural, com a estadia temporária unipessoal.

O programa para o edificado do lote, referencia-se no tema *“Ateliês e Residências Temporárias”*. Fundamenta a sua origem na análise meticulosa das características e estrutura física dos edifícios, assim como na sua implantação estratégica no tecido urbano da cidade, potenciadora de movimentos e dinâmicas culturais e sociais.

A escolha do programa emerge da necessidade de oferecer uma resposta coerente às condicionantes legisladoras que bloqueiam a reestruturação destes conjuntos habitacionais, condicionando-os lentamente para o esquecimento e para a estagnação. Interpondo um programa associado ao ofício e vivência temporária, questiona conceitos e formas de viver em comunidade, tornando o espaço capaz de se adaptar

⁹³ [54] QUADERNS 159; p.58.

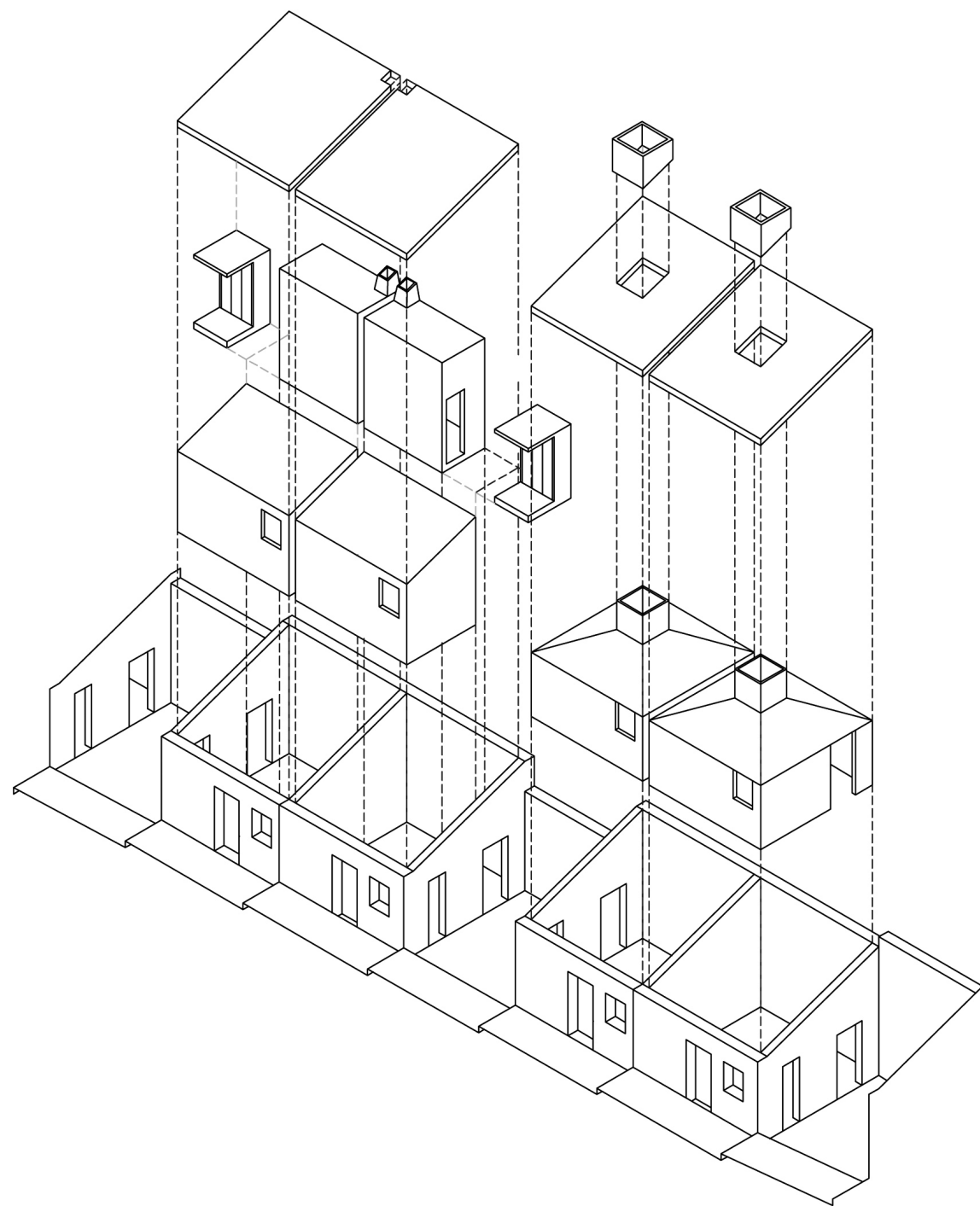


fig.63 [imagem de autor]
Axonometria do esquema modular para a distribuição de funções.

a novos contextos e usos, respondendo de forma digna às complexas exigências da sociedade do século XXI.

A organização geral do programa para o lote parte dos princípios apontados na estratégia de intervenção. Consolidadas as acções de recuperação, requalificação e limpeza do edificado, a adaptação do programa à morfologia pré-existente é evidente.

Utilizando a estrutura modular do plano de 1942, o lote com uma área total de 306 m², é dividido essencialmente em duas fracções, a primeira destinada à área coberta com 164 m² e a segunda à área permeável com 142 m². O programa é distribuído com base na lógica modular do mesmo plano, ou seja, a dois edifícios segue-se um pátio. A inserção da função é alternada por cada módulo de 2+1, dois edifícios de residência mais um pátio, seguindo-se dois edifícios de ateliês mais um pátio.

No edifício de frente de rua, prevê-se essencialmente um espaço de ateliê que se pode adaptar à divulgação e exposição do trabalho realizado pelos residentes. O seu uso é versátil, podendo adquirir um estatuto multifuncional, mediante as necessidades emergentes. Com uma área bruta de 42 m², o espaço ocupa toda a extensão periférica do edifício, contendo um mezanino com um terço da área total. Dispõe de um WC com lavatório e sanita. O acesso à rua é realizado directamente pelos dois vãos de porta, providenciando-se, inclusive, um acesso independente ao corredor de distribuição. A ventilação e iluminação são realizadas naturalmente.

Quanto aos edifícios do interior do lote, a distribuição de funções é realizada de uma forma coerente, mediante a modelação métrica do espaço cheio e vazio. A cada dois edifícios atribui-se uma função, sendo o pátio o elemento de ligação entre elas. Assim sendo, prevê-se quatro ateliês individuais, com uma área livre de trabalho de 16 m². Cada ateliê contém uma banca, lavatório/pia e arrumos. As quatro residências individuais (para um limite máximo de dois ocupantes) têm uma área total 16 m². Esta é dividida em três sectores: área de acesso e distribuição, área privada de dormir e quarto de banho composto por sanita, lavatório e base de duche.

O espaço coberto de 8 m², que outrora continha os sanitários comuns, adquire a função de cozinha com serventia a todos os residentes.

Todos os edifícios são ventilados e iluminados naturalmente.

As áreas exteriores de revestimento permeável, caracterizam-se pelo corredor de acesso e pelos quatro pátios individuais. Cada pátio, com uma área de 16 m², possibilita o acesso aos compartimentos interiores, assim como ventila e ilumina os edifícios que o circundam. O corredor de acesso é descoberto em toda a sua extensão, providenciando uma boa acessibilidade aos pátios e edifícios.

Com uma lotação total de seis indivíduos, providencia-se uma distribuição equilibrada na ocupação dos módulos, sendo a área coberta útil na ordem dos 25 m² por cada residente.

As condições básicas para o desenvolvimento e consolidação do projecto advêm da rentabilização das áreas fixas de 16 m². A qualidade do espaço, associada a boas condições de salubridade, permite demonstrar que o conjunto edificado em estudo é plausível de se reintegrar no tecido urbano comportando um novo programa.

Desta forma, através da recuperação e requalificação de todo o edificado, procura-se uma desmitificação da imagem precária associada a esta tipologia, permitindo que novos ocupantes interajam com a comunidade local, colaborando para o fomento social e cultural da cidade e especificamente da área de S. Victor.

PLANTAS / ALÇADOS / CORTES



fig.64 [imagem de autor]
Planta de Implantação _ 1 / 2000

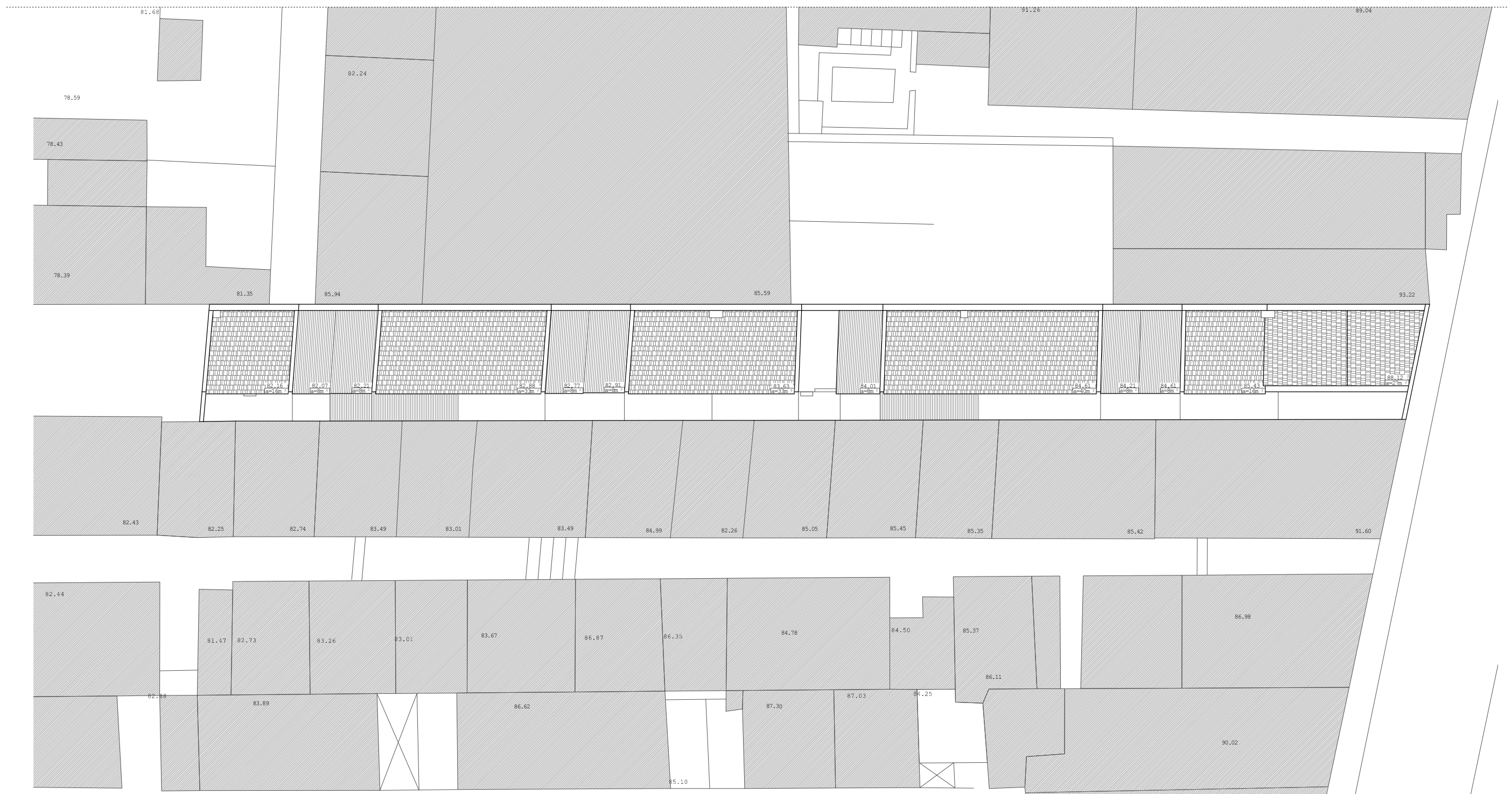


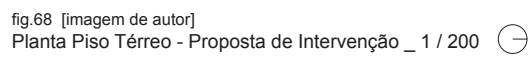
fig.65 [imagem de autor]
Planta de Cobertura - Situação Existente _ 1 / 200



fig.66 [imagem de autor]
Planta Piso Térreo - Situação Existente _ 1 / 200



fig.67 [imagem de autor]
Planta de Cobertura - Proposta de Intervenção _ 1 / 200



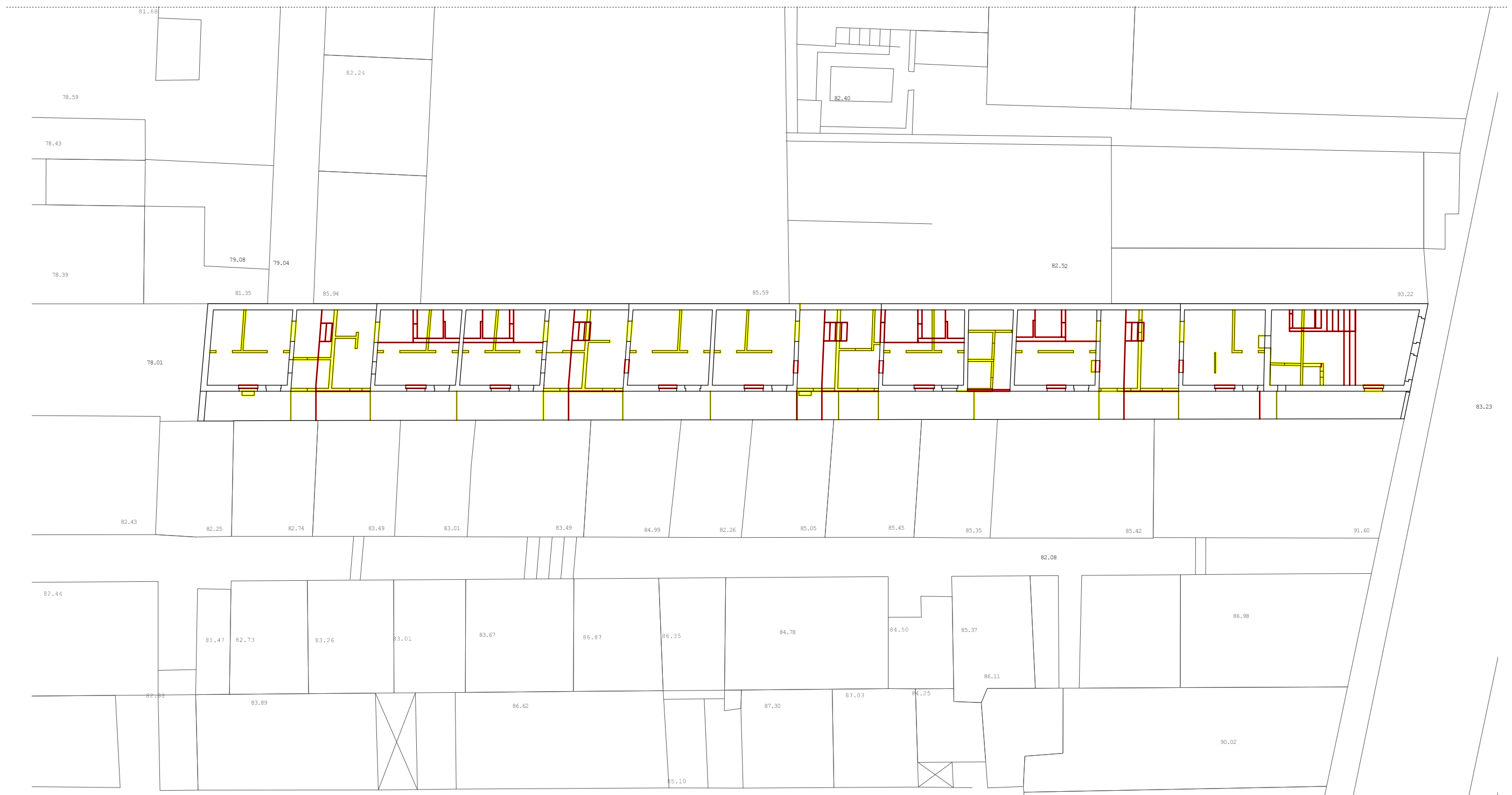


fig.69 [imagem de autor]

Planta Piso Térreo - Cores Convencionais _ 1 / 200



— Elementos a Construir

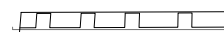
— Elementos a Demolir



fig.70 [imagem de autor]
Alçado Longitudinal - Situação Existente _ 1 / 200



fig.71 [imagem de autor]
Alçado Longitudinal - Proposta de Intervenção _ 1 / 200



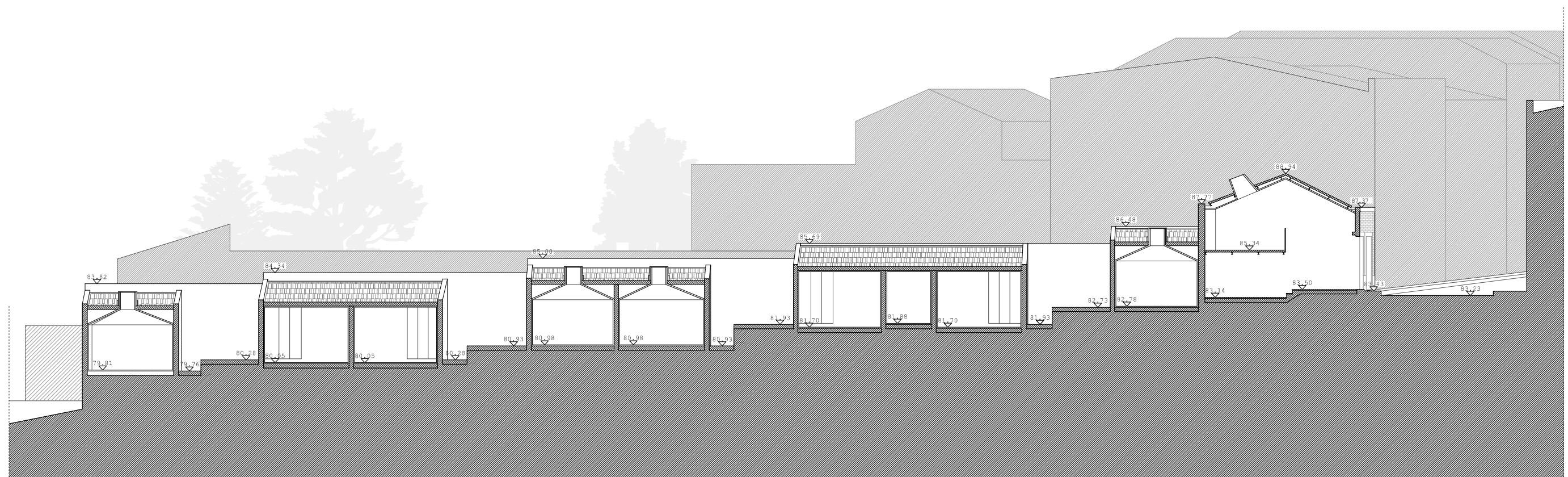


fig.72 [imagem de autor]
Corte Longitudinal - Proposta de Intervenção _ 1 / 200

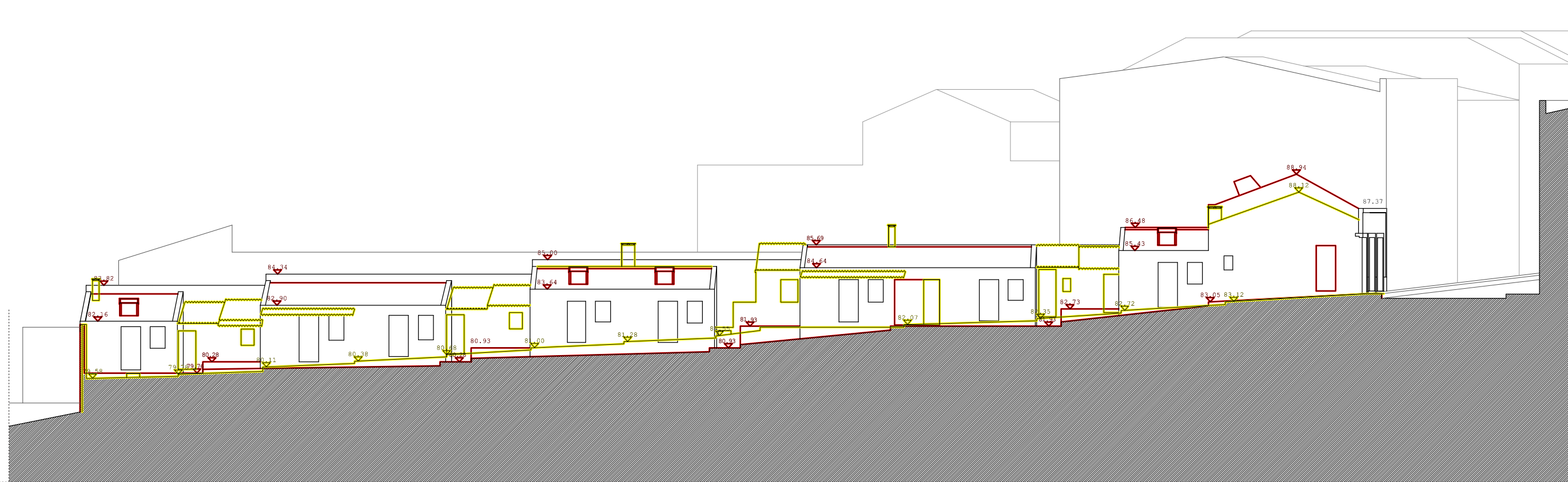


fig.73 [imagem de autor]
Alçado Longitudinal - Cores Convencionais _ 1 / 200

— Elementos a Construir

— Elementos a Demolir



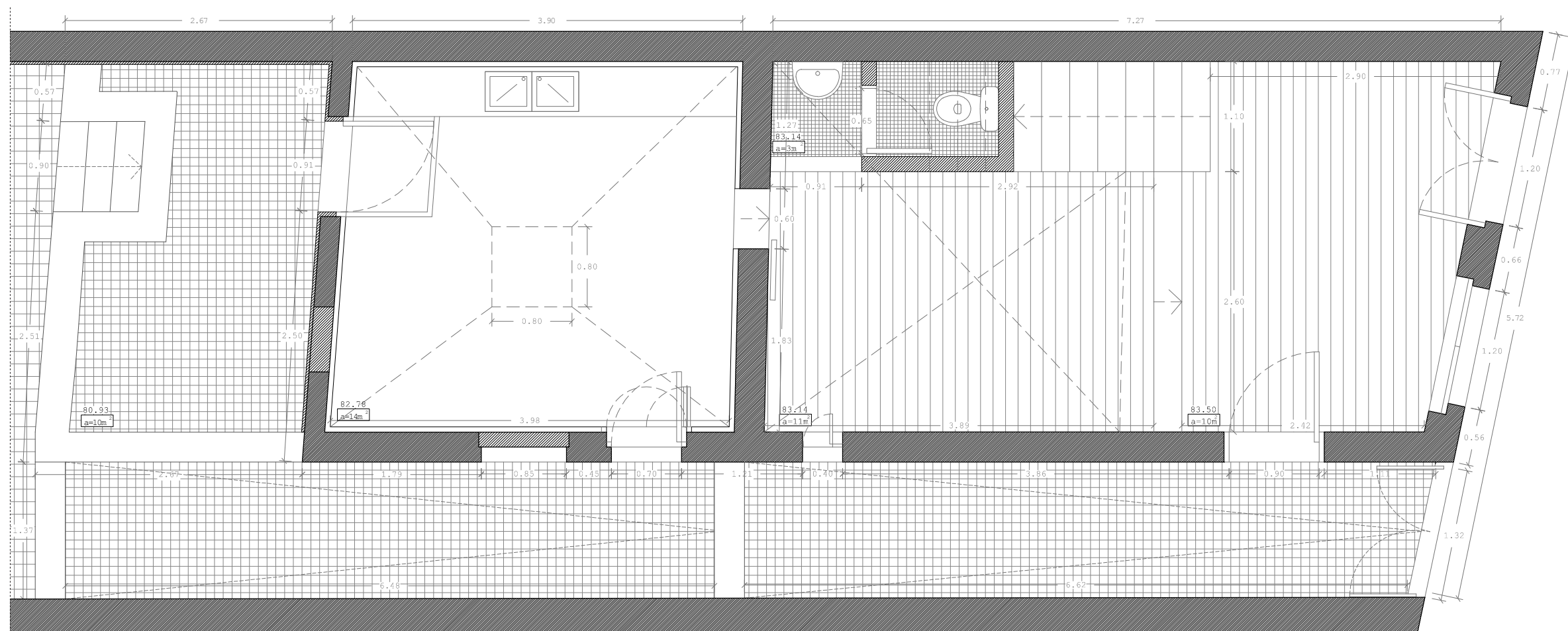


fig.75 [imagem de autor]
Proposta de Intervenção; Planta de Rés-do-Chão; Atelier Frente de Rua _ 1 / 50

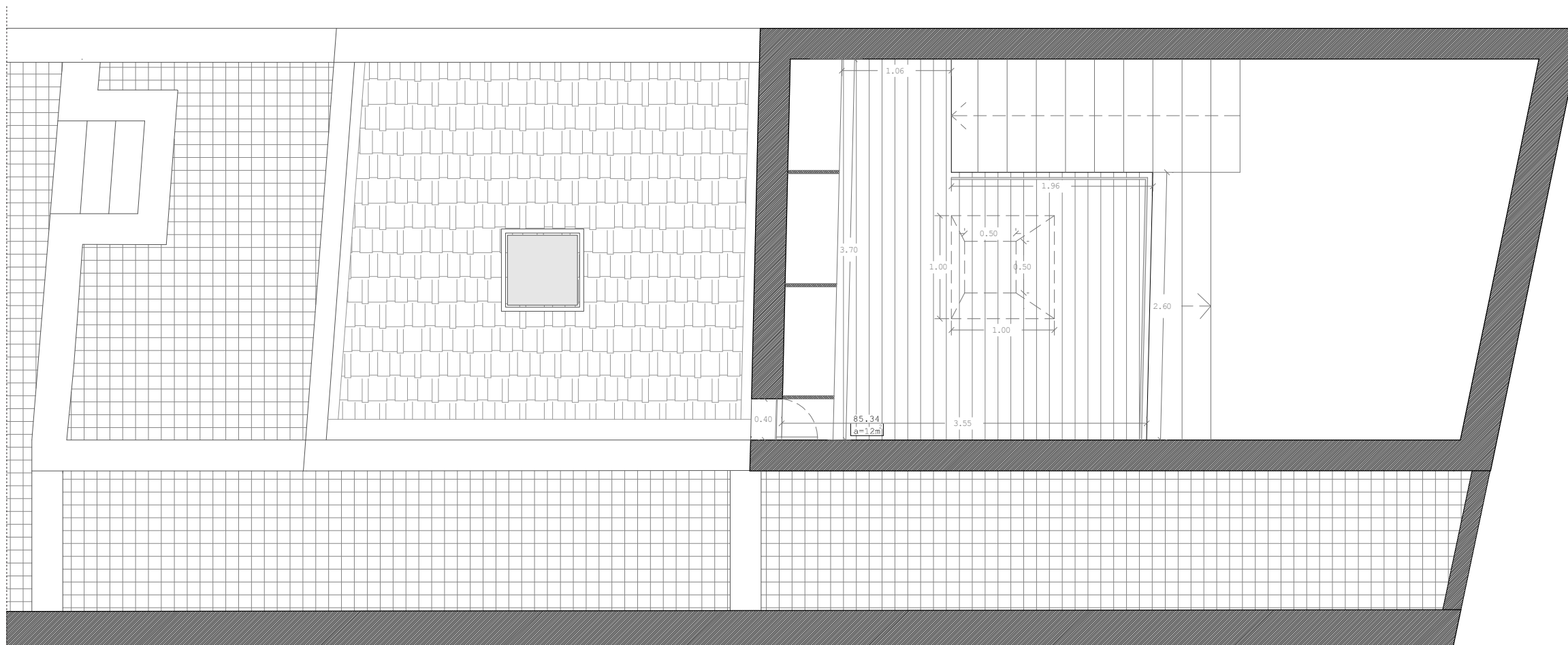
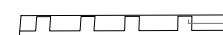


fig.76 [imagem de autor]
Proposta de Intervenção; Planta Mezanino; Atelier Frente de Rua _ 1 / 50



--	--	--	--	--	--



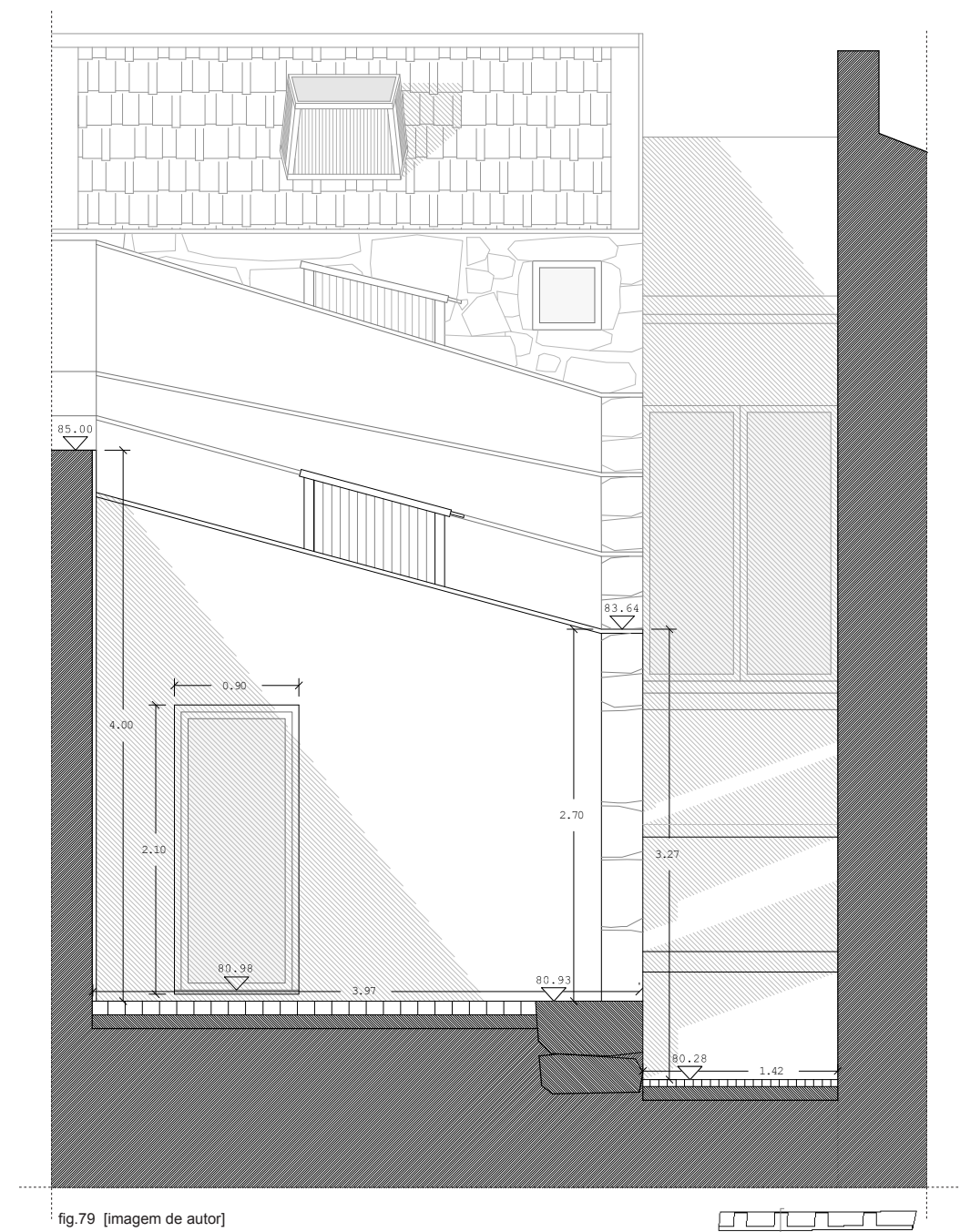
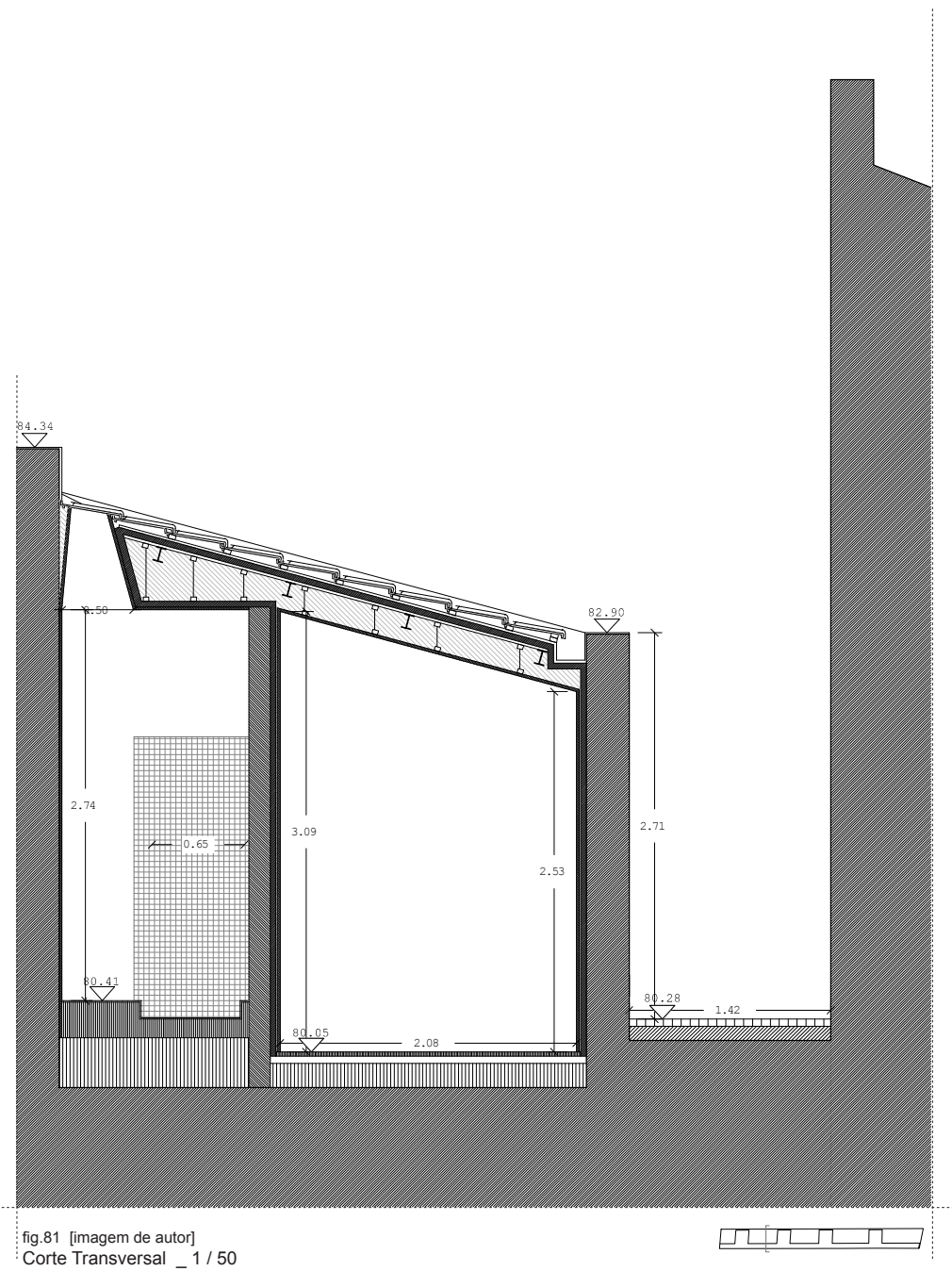
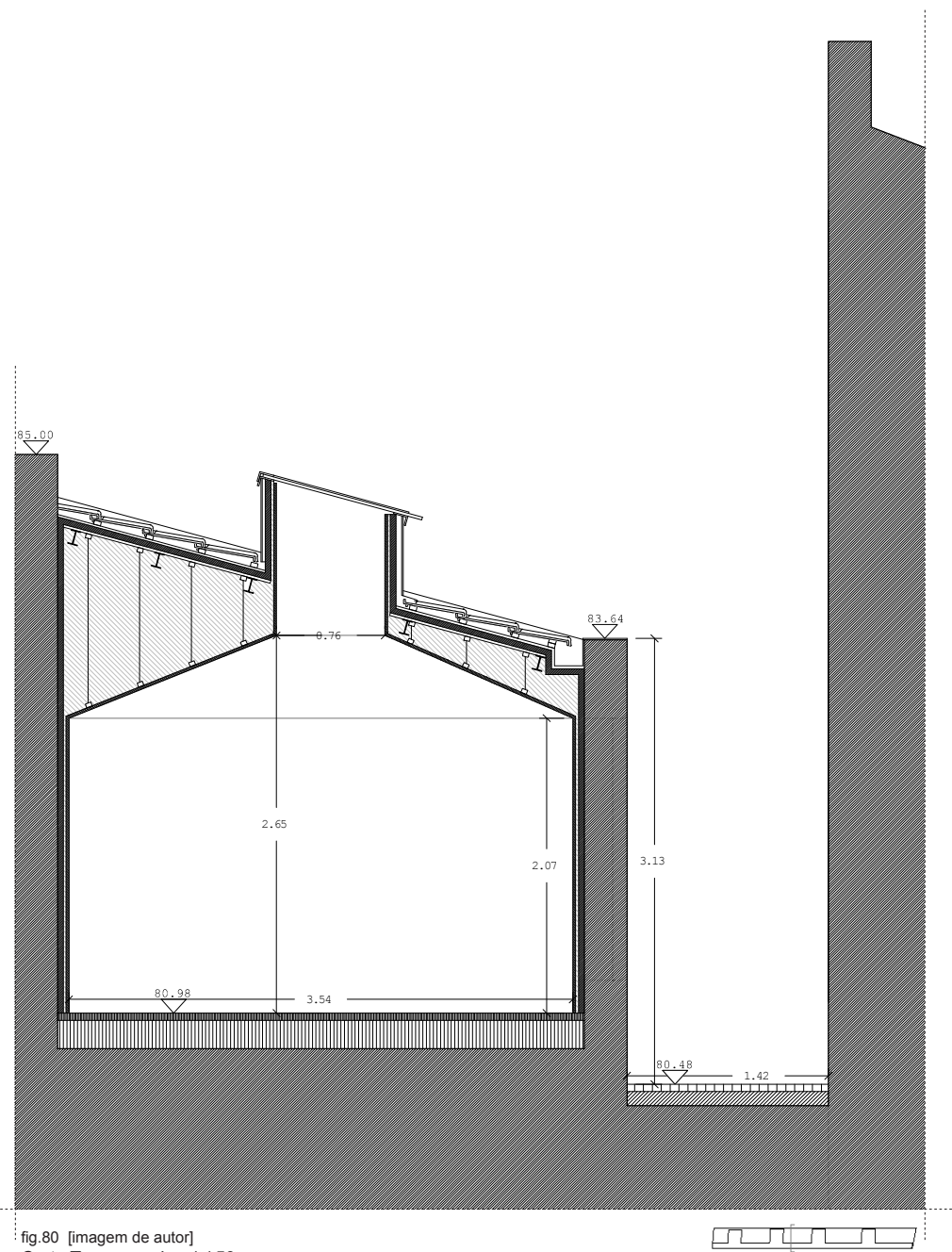


fig.79 [imagem de autor]
Alçado Transversal _ 1 / 50



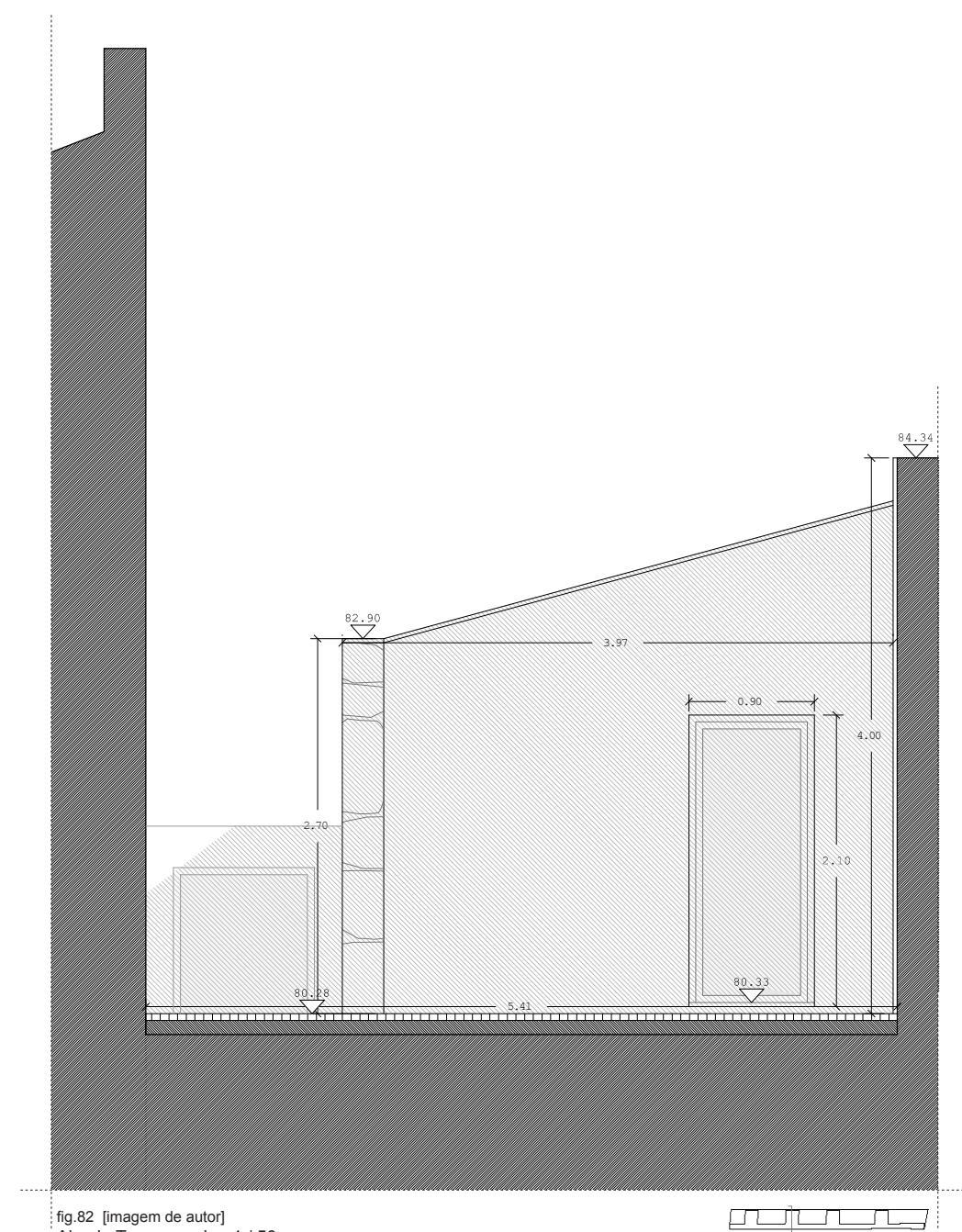


fig.82 [imagem de autor]
Alçado Transversal _ 1 / 50

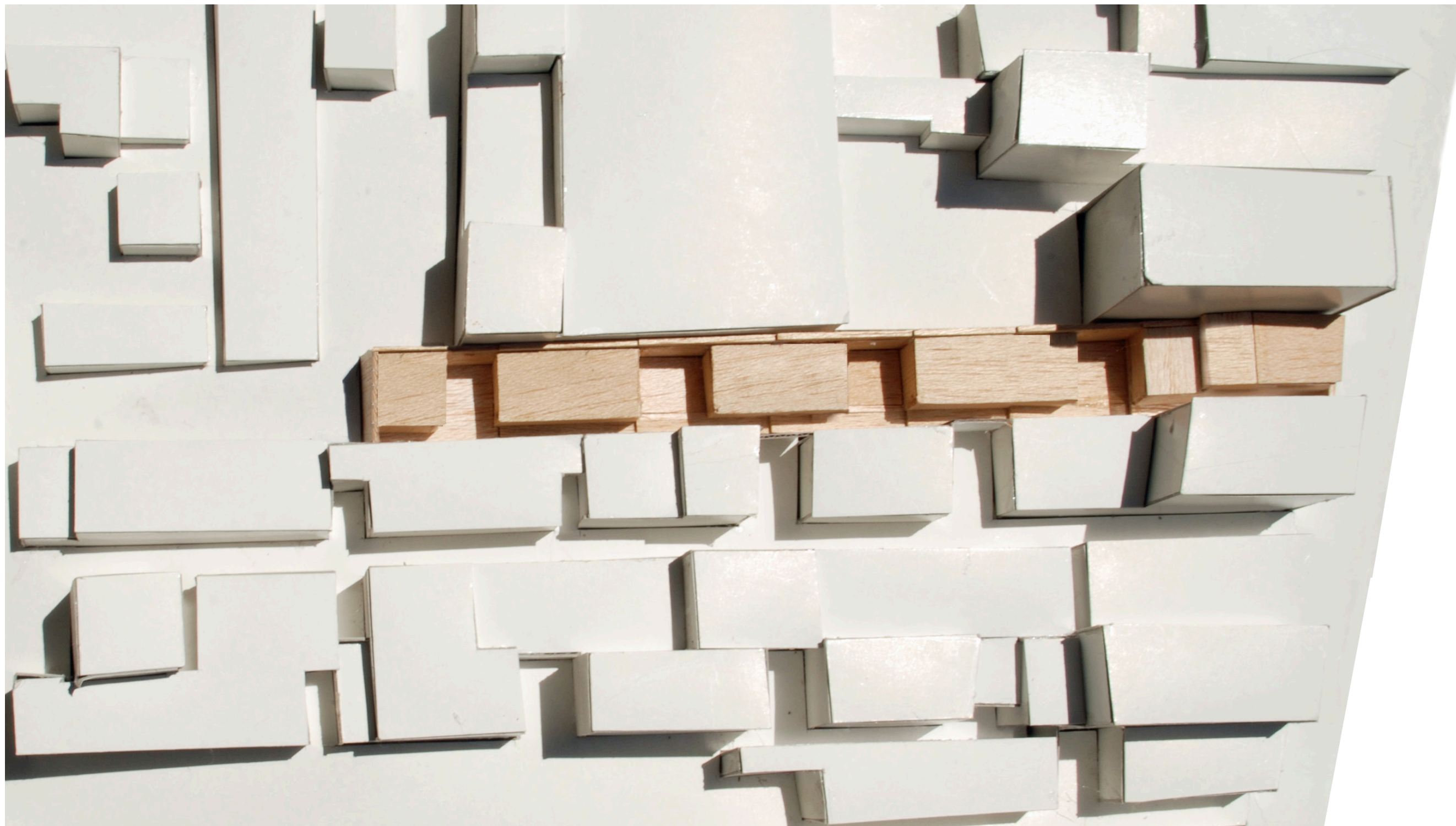


fig.83 [imagem de autor]
Proposta de Intervenção; Maquete _ 1 / 200





fig.84 [imagem de autor]
Corte Transversal; Maquete _ 1 / 20

“Tudo há que refazer, começando pelo princípio.”⁹⁴

A presente dissertação, “*Ensaio para um projecto de intervenção do lote n.º 113*”, pretende mostrar, que todo o espaço é susceptível de sofrer intervenções, independentemente da forma, implantação, identidade e pré-conceitos. Demonstrando, de forma concisa, que as operações de intervenção, requalificação e reconstrução, são passíveis, de aplicar ao este tipo de edificado seleccionado, sem comprometer a sua viabilidade funcional e legislativa.

O processo de requalificação, para o edificado do lote n.º 113, pressupôs uma interpretação da tipologia operária no plano urbano da cidade, como forma de compreender a sua permanência e, consequentemente, a sua constante ocupação. Factores associados à implantação, no interior dos lotes, ao baixo custo das habitações e, também, aos ócios e ofícios praticados na cidade do Porto durante os dois últimos séculos, constituíram razões para a perduração destes conjuntos habitacionais.

A necessidade de realizar um estudo referente à evolução, forma e implantação destes edifícios operários, permitiu desenvolver, através da prática de projecto, uma proposta ciente das capacidades e obstruções que esta tipologia comporta pela sua natureza. Assim sendo, o desenho que esta morfologia delimita, não deve ser entendido como obstrução à prática de projecto, mas sim como directriz da consolidação processual da proposta de requalificação.

Desta forma, a estratégia de intervenção adoptada, utiliza o modelo estrutural aprovado no ano de 1942. Esta escolha permitiu controlar as alterações a nível formal, e, consequentemente, a integração do conjunto edificado na malha urbana envolvente.

A distribuição, organização e adaptação das funções do programa, “*Ateliês e Residências Temporárias*”, no conjunto edificado, permitiu uma nova concepção do espaço, sem que este adulterasse os seus limites físicos.

A capacidade multifuncional do lote n.º 113 deve-se a três factores: primeiro, a localização central no tecido urbano da cidade do Porto e a boa relação com equipamentos, infra-estruturas e serviços de apoio local; segundo, o conjunto edificado se encontrar na sua totalidade em estado devoluto, possibilitando uma acção de intervenção global e liberdade na escolha do programa; terceiro, a existência de um proprietário que pretende preservar este tipo de estruturas com um investimento moderado. Estes factores proporcionaram a criação de uma boa qualidade do espaço e, consequentemente, a reintegração do conjunto edificado na cidade com um novo estatuto.



fig.85 [imagem de autor]
Corte Transversal; Maquete _ 1 / 20

⁹⁴ [36] TÁVORA, Fernando; “O problema da casa portuguesa” / Fernando Távora. - Lisboa: Manuel João Leal, 1947; p.03.

Espera-se, assim, que a presente dissertação, constitua um contributo positivo, para um modo distinto encarar o potencial destas tipologias.

“Nesta óptica, cada decisão deverá ser assumida como parte de um processo dinâmico, sendo indispensável a adopção de uma metodologia adequada.

*Ultrapassados os procedimentos burocráticos e tecnocráticos, o conceito do projecto será diferente, não devendo ter nada que ver nem com a improvisação nem com o ‘casse-tête’.”*⁹⁵

⁹⁵ [48] J.A. 204. “A Questão do Alojamento 1”. “A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano”. Janeiro-Fevereiro. 2002; p.17.

livros

[01] **ANTAS**, António Azeredo; “*A salubridade habitacional no Pôrto (1929-1933)* ”/ por Azeredo Antas e Manuel Monterroso. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

[02] **BANDEIRINHA**, José António; “*O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*”/ José António Bandeirinha. - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

[03] **BENEVOLO**, Leonardo; “*História da cidade*”/ Leonardo Benevolo; trad. Silvia Mazza. - 3ª ed. - São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

[04] **BERRANCE**, Luís Eduardo, “*Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844*”/ Luís Berrance. - Porto: A.H.C.M.P., 1993.

[05] **CARDOSO**, António; “*O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*”/ António Cardoso. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1997.

[06] “*Carta topographica da cidade do Porto que foi mandada levantar na escala de 1=500 por ordem da...*”/ org. Arquivo Histórico Municipal; texto de Rui Tavares. - Porto: Câmara Municipal, 1992.

[07] “*Casas do Porto: século XIV ao XIX*”/ Câmara Municipal. Gabinete de História da Cidade. - Porto : C.M. G.H.C., 1961.

[08] **CASTANHEIRA**, Carlos; “*As cidades de Álvaro Siza*”/ ed. Carlos Castanheira, Chiara Porcu. - 1ª ed. - Lisboa: Figueirinhas, 2001.

[09] **CÓIAS**, Vítor; “*Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira: técnicas pouco intrusivas*”/ Vítor Cóias. - 2ª ed. - Lisboa: Argumentum, 2007.

[10] **COSTA**, Alexandre Alves; “*Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*”/ Alexandre Alves Costa. - 2ª ed revista e aumentada. - Porto: Faup Publicações, 2007.

[11] **COSTA**, Alexandre Alves; “*Candidatura ao Prémio Jean Tschumi: Prize nominee UIA 2005*”/ ed. Ana Vaz Milheiro, João Afonso; trad. Paul Bernard. - Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006.

[12] **COSTA**, Alexandre Alves “*Textos datados*”/ Alexandre Alves Costa. - Coimbra: Edarq, 2007

[13] **ENGELS**, Friederich; “*A questão do Alojamento*”/ Friederich Engels; trad. Ribeiro da Costa. - Porto: Editora Poveira, 1971.

[14] “*Exposição de Plantas da Cidade do Porto dos séculos XVIII e XIX*”. - Porto: Gabinete de História da Cidade, 1949.

[15] **FERNANDES**, Francisco Barata; “*Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*”/ Francisco Barata Fernandes. - 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1999.

[16] **FERRÃO**, Bernardo; “*Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*”/ Bernardo José Ferrão; prefácio de Fernando Távora. - 3ª ed. - Porto: FAUP, 1997.

[17] **FERREIRA**, José António; “*As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*”/ coord. José António Ferreira. - Porto: C.M., 2000.

[18] **GROS**, Marielle Christine; “*O alojamento social sob o fascismo*”/ Marielle Christine Gros. - Porto: Afrontamento, 1982.

[19] **GUNTHER**, Nonell, Anni; “*Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*” / Anni Günther Nonell. - 1ª ed. - Porto: Faup Publicações, 2002.

[20] **KLEIN**, Alexander; “*Vivienda mínima: 1906-1957*” / Alexander Klein. - Barcelona: GG, 1980.

[21] **LOZA**, Rui Ramos; “*Porto Património Mundial: CRUARB 25 anos de reabilitação urbana=Oporto World heritage=Porto patrimoine mondial*” / coord. do projecto Rui Ramos Loza. - 1ª ed. - Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.

[22] **MARTÍ**, Arís, Carlos; - “*Las formas de la residencia en la ciudad moderna : vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*” / ed. Carlos Martí Arís. - 2ª ed. - Barcelona: Ed. UPC, 2000.

[23] **OLIVEIRA**, J. M. Pereira de; *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento* / J. M. Pereira de Oliveira. - Porto: Afrontamento, 2007.

[24] “*O problema da habitação: análise sectorial: programas de acção em 74/75: princípios de orientação futura.*” - [S.l. : s.n.], 1976.

[25] **PACHECO**, Helder; “*Regressar ao Porto*” / Helder Pacheco. - 1º ed. - Lisboa: Âncora, 2000.

[26] **PEREIRA**, Gaspar Martins; “*Famílias portuenses na viragem do século : 1880-1910*” / Gaspar Martins Pereira. - Porto: Afrontamento, 1995.

[27] **PIMENTA**, Manuel; “*As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*” / Manuel Pimenta... [et al.]. - Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001.

[28] **PORTO**. Câmara Municipal do; “*Plano de melhoramentos: 1956-1966*” / Câmara Municipal do Porto. - Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966.

[29] **PORTO**. Câmara Municipal; “*O Porto antigo projectos para a cidade (Sécs. XVIII-XIX): roteiro da exposição.*” - Porto: C.M., 1984.

[30] **PORTO**. Câmara Municipal. Gabinete de Urbanização; “*Plano Director da Cidade do Porto*” / Câmara Municipal do Porto. Gabinete de Urbanização. - Porto : C.M., 1962.

[31] **PORTUGAL**. Câmara Municipal do Porto; “*Plano de salubridade das ilhas do Porto*” / Câmara Municipal do Porto. - Porto: C.M., 1956.

[32] **PORTUGAL**; “*Regulamento Geral das edificações Urbanas: actualização do decreto-lei nº 290/2007.*” - Porto: Porto Editora, 2007.

[33] **PORTUGAL**; “*Arquitectura do Século XX*” / org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang. - München: Prestel, 1997.

[34] **SEIXAS**, Paulo. Castro Identidades de uma cidade. As Ilhas e o Porto. In: JORGE, Victor de Oliveira, ITURRA, Raul (coord.). Recuperar o espanto: O Olhar da Antropologia. Porto: Afrontamento, 1997.

[35] **SIZA**, Vieira, Álvaro, “*01 textos*” / Álvaro Siza; editor Carlos Campos Morais. - Porto: Civilização ed., 2009.

[36] **TÁVORA**, Fernando; “*O problema da casa portuguesa*” / Fernando Távora. - Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

[37] **TÁVORA**, Fernando; “*Teoria geral da organização do espaço: arquitectura e urbanismo.*” - Porto: Faup Publicações, 1993.

[38] **TEIXEIRA**, Manuel C. ; “*Habitação popular na cidade oitocentista : as ilhas do Porto*” / Manuel C. Teixeira; prefácio de Fernando Távora. - Lisboa : F.C.G., 1996.

[39] **TESTA**, Peter; “*A arquitectura de Álvaro Siza=The architecture of Álvaro Siza*” / Peter Testa; trad. José Quintão. - Porto : FAUP, 1988.

[40] **WELLENKAMP**, Margarida; *Ilhas* / coord. Margarida Wellenkamp, Luis Pisco. - Porto: Panmixia, 2004.

teses

[41] **MOURA**, Carlos Machado e; “*Paisagens de betão*”: as grandes arquitecturas residenciais nos confins da cidade moderna europeia / Carlos Machado e Moura; docente acompanhante Prof. Manuel Correia Fernandes. - Porto: Faup, 2006

[42] **GUIMARÃES, Maria** Filipa Magalhães Lopes; “*Do social edificado: bases para uma proposta de reabilitação do bairro de São Vitor*” / Maria Filipa Magalhães Lopes Guimarães; docente acompanhante Prof. Rui Póvoas. - Porto: Faup, 2009. - 125 p. - Ano lectivo 2008/2009.

[43] **MOREIRA**, Pedro Carvalho; “*O SAAL, as ilhas e a cidade*” / Pedro Carvalho Moreira; docente acompanhante Prof. Carlos Machado. - Porto: Faup, 2004.

[44] **MOURA**, Maria Luísa Penha Souto de; “*Ensaio de uma ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea*” / Maria Luísa Penha Souto de Moura ; docente acompanhante Prof. Nuno Brandão Costa. - Porto: Faup, 2008. - 2 vol. - Ano lectivo 2007/2008.

[45] **OLIVEIRA**, Hélder Manuel Gomes de; “*De Ilhas para bairros: os espaços exteriores*” / Hélder Manuel Gomes de Oliveira; docente acompanhante Prof. Rui Braz Afonso. - Porto: Faup, 2004.

[46] **PEREIRA**, Ana Aurora Freitas; “*Ilhas a erradicar ou qualificar?*” / Ana Aurora Freitas Pereira; docente acompanhante Prof. Rui Brás Afonso. - Porto: Faup, 2005.

periódico

[47] **DOSSIER** “*Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto*”. *Manuel A. Correia Teixeira*

[48] **J.A.** 204. “*A Questão do Alojamento 1*”. “*A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano*”. Janeiro-Fevereiro. 2002.

[49] **J.A.** 205. “*A Questão do Alojamento 2*”. Março-Abril. 2002.

[50] **L’ Architecture D’ Aujourd’ Hui**. 194. “*Portugal, Le SAAL un An Apres*”. Janeiro. 1970.

[51] **L’ Architecture D’ Aujourd’ Hui**. 211. “*Álvaro Siza. Projets et Réalisations. 1970-1980*.” Outrubro. 1980.

[52] **L’ Architecture D’ Aujourd’ Hui**. 278. “*Álvaro Siza*”. Dezembro. 1991.

[53] **LOTUS INTERNATIONAL**. 13 “*L’isola proletária come elemento base del tessuto urbano*”, 1976.

[54] **QUADERNS** 159

legislação

[55] **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 1.ª série B – N.º 25 – 3 de Fevereiro de 2006; Regulamento do Plano Director Municipal do Porto.

[56] **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 1.ª série – N.º 152 – 8 de Agosto de 2006; Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto.

[57] **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 1.ª série – N.º 170 – 4 de Setembro de 2007; Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.

[58] **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 1.ª série – N.º 220 – 12 de Novembro de 2008; Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro.

[59] **DIÁRIO DA REPÚBLICA**, 2.ª série – N.º 56 – 18 de Março de 2008; Código Regulamentar do Município do Porto.

[60] **RGEU**, Regulamento Geral das Edificações Urbanas; Decreto-Lei n.º38382/51 de 7 de Agosto

[61] **REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS**, nºs 103, 110, 111,112, 113 E 115, de 1 de Agosto a 1 de Dezembro De 1903.

sites

[62] <http://analisesocial.ics.ul.pt>

[63] <http://arqpapel.fa.utl.pt>

[64] <http://www.bing.com/maps/>

[65] <http://elandtim.clappsbaskets.co.uk>

[66] <http://fims.up.pt>

[67] <http://maps.google.pt/>

[68] <http://www.nottsheritagegateway.org.uk>

[69] <http://paginas.fe.up.pt>

[70] <http://www.portoantigo.org>

[71] <http://www.adporto.pt> (*Uma Cidade em (r) Evolução: recuperação do Arquivo SAAI / N*)

[72] <http://purl.pt>

